



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Astrid Sarmiento Cosac

Mulheres nos espaços de poder: trajetórias, narrativas e a motivação das
mulheres dedicadas a vida pública

Juiz de Fora

2023

Astrid Sarmento Cosac

**Mulheres nos espaços de poder: trajetórias, narrativas e a motivação das
mulheres dedicadas a vida pública**

Tese de doutoramento apresentada como requisito para defesa de Doutorado em Ciências Sociais na linha de pesquisa Cultura, Democracia e Instituições, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Chaloub.

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sarmiento Cosac, Astrid .

Mulheres nos espaços de poder : trajetórias, narrativas e a motivação das mulheres dedicadas a vida pública / Astrid Sarmiento Cosac. -- 2023.

175 p.

Orientador: Jorge . Chaloub

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

1. Gênero. 2. Trajetória. 3. Motivação. 4. Vida Pública. 5. Espaço de poder. I. Chaloub, Jorge ., orient. II. Título.

ASTRID SARMENTO COSAC

MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: TRAJETÓRIAS, NARRATIVAS E A MOTIVAÇÃO DAS MULHERES DEDICADAS A VIDA PÚBLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Jorge Gomes de Souza Chaloub - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Raul Francisco Magalhães

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Diogo Tourino de Sousa

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Alessandra Maia Terra de Faria

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof(a) Dr(a) Raquel Guilherme de Lima

Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 10/02/2023.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GOMES DE SOUZA CHALOUB, Usuário Externo**, em 16/03/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Tourino de Sousa, Professor(a)**, em 20/03/2023, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Guilherme de Lima, Usuário Externo**, em 20/03/2023, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Francisco Magalhaes, Professor(a)**, em 20/03/2023, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Maia Terra de Faria, Usuário Externo**, em 20/03/2023, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1148233** e o código CRC **40E59970**.

Dedico este trabalho as minhas filhas
amadas Agatha Antunes de Moraes
Sarmiento e Olga Sarmiento Cordeiro
razões de toda a minha luta!

AGRADECIMENTOS

Diferentemente da minha dissertação que começo agradecendo a Deus e a minha mãe, eu gostaria de agradecer em primeiro lugar a mim mesma pela batalha e dedicação, porque esta conquista é fruto de muita luta e de muita abdicção, em segundo lugar agradeço a Deus por me dar forças para vencer todas as batalhas travadas no mundo social, pessoal, intelectual e familiar. Em seguida, gostaria de aproveitar o momento para agradecer ao meu companheiro Schneider que sempre acreditou em mim e no meu trabalho, gostaria de registrar um grande reconhecimento a minha mãe, Cristina Sarmiento, por todos os momentos que estive ausente e ela supriu as minhas necessidades maternas. Ela e minha avó Eny Sarmiento me ensinaram a ser uma mulher guerreira, prestativa, amiga e parceira, se não fosse pela minha mãe esta etapa não seria possível! E sem o capital político que minha avó me ensinou, também não. Meu eterno agradecimento e dedicação deste trabalho as minhas filhas Agatha e Olga que merecem o meu sincero reconhecimento, que apesar de terem 15 e 3 anos conseguem entender o quanto a minha carreira acadêmica é importante para mim e para elas. Por ambas se sentarem ao meu lado no computador na tentativa de entender o complexo mundo das Ciências Sociais, obrigada filhas, por aceitarem minha ausência e espero que minha trajetória sirva de exemplo para que um dia, eu possa assistir a defesa de vocês. Gostaria agora de agradecer ao meu orientador, sempre compreensivo com os dilemas da minha vida pessoal, Prof. Dr. Jorge Chaloub, também a minha amiga, mestra e orientadora do mestrado Prof^a. Dra. Marta Mendes da Rocha, pela dedicação, oportunidades, pela paciência com as minhas lutas paralelas e por sempre acreditar no meu potencial. Agradeço a todos(as) os(as) meus amigos e amigas que fizeram esta tese tornar-se possível, principalmente, Raquel Gonçalves, Sílvia Gonçalves, Lígia Gomes do Valle e Vanessa Silva (sem vocês, a realização deste trabalho não seria possível). A todos(as) aqueles(as) que passaram por minha vida profissional e acadêmica, a minha turma de graduação, em especial ao Will, Nádia, Rodrigo, Ju, a minha turma de mestrado, aos funcionários(as), professores(as) e TAE's da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial aos(às) docentes do meu amado ICH. Agradecimento ao meu eterno mestre, que despertou em mim o desejo de estudar Ciências Políticas, Raul F. Magalhães. À lindíssima Célia Arribas, Cristina Dias, Marcelo Camurça, Beth Pissolato, Rubem Barbosa, Dmitri Cerboncini, Chris Jalles, Eduardo Condé, Raphael

Bispo, Raquel Lima e Patrícia Rangel (por me tornar mais feminista) e a todos(as) do nosso Departamento. Ao pessoal da Secretaria, sempre solícitos, ao pessoal do xerox, da cantina, da limpeza, aos colegas dos grupos de pesquisa. A todas as pessoas que, desde 2008, momento em que ingressei na Universidade, fizeram a minha vida ter mais sentido!

Aos meus amigos(as) pessoais, de infância e familiares por me ouvirem e apoiarem: Vanny, Eloina, Gi, Alê, Carol e Dani Sales. Aos camaradas do Partido, Ronald dos Santos, Márcio Florentino, Conceição Silva, Jussara Cony, José Augusto, Paulo Sérgio, Fernando Eliotério, Wadson Ribeiro, Kátia Souto e muitos(as) outros(as), por me oferecerem oportunidades de participar dos processos formativos, projetos e por sempre acreditarem no meu potencial. Aos meus eleitores que acreditaram em mim nas campanhas de 2016 e 2018. Faço um agradecimento muito especial ao CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular que me ensinou o caminho da educação popular, trabalho que amo e a todes que fizeram parte deste processo de crescimento profissional. Agradeço a todas as pessoas queridas que contribuíram em algum momento na minha vida. Como Alcindo Ferla, Samantha Boucheard, Antônio Jacques, Hugo Quintela,

Agradeço aos amigos que fiz no Condomínio Jardim de Minas, que torceram e me incentivaram. Aos amigos do Facebook pelas vibrações positivas, aos meus familiares de Belo Horizonte, Lima Duarte, Brasília, aos colegas da Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG, aos parceiros da Associação de Pós-graduandos da UFJF – APG, aos companheiros de trabalho da Comissão Própria de Avaliação da UFJF, agradecer a equipe do Conselho Nacional de Saúde e a Organização Pan-americana de Saúde por acreditarem no meu potencial e a todas as pessoas que de alguma forma passaram pela minha vida e que não caberia escrever nem em mil páginas. Obrigada de coração pelos incentivos.

E para reforçar mais um pouco, agradeço, mais uma vez e sempre, a minha professora Marta, por ser esta profissional impecável, séria, dedicada, respeitável, além de ser uma pessoa incrível, ao meu maior fã e melhor companheiro de vida, Schneider Cordeiro, por ser a melhor versão masculina de mim e também a minha melhor amiga Vanny, por estar sempre ao meu lado e me admirar tanto!

Agradeço pelas oportunidades oferecidas pela Instituição que estudo, a UFJF, as agências de fomento FAPEMIG, CAPES (da qual fui bolsista de mestrado e doutorado), CNPq pelos financiamentos de pesquisas, eventos e projetos.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação.”

Simone de Beauvoir (1960, p.34)

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as trajetórias, as narrativas e as motivações das mulheres que se dedicam à vida pública. O texto, por um lado, evidencia o repertório de técnicas utilizadas por mulheres que assumiram papéis de liderança em diversas configurações de poder e movimentos sociais. Por outro lado, revela as dificuldades enfrentadas por elas na luta pelos seus direitos, tanto no âmbito civil, como na participação da política partidária e espaços de poder. Para alcançar este objetivo, foram selecionadas mulheres que atuaram em conselhos regionais ou locais de saúde em Juiz de Fora, Minas Gerais. As informações sobre as diferentes formas das mulheres participarem dos conselhos ou nas políticas locais foram obtidas por meio de entrevistas em profundidade. As primeiras entrevistas se deram de forma presencial, entretanto, com o início da pandemia e as restrições sociais que se impuseram, o procedimento teve que ser alterado, de modo que as conversas passaram a ser realizadas por telefone, e gravadas com aplicativo próprio. Na maior parte das mulheres entrevistadas, apesar dos perfis e contextos distintos, o discurso predominante girava em torno da solidariedade e da necessidade de fazer com que o poder público seja colocado a serviço das pessoas. Segundo suas narrativas, seu principal objetivo era mudar a realidade em que vivem, tornando a sociedade, o bairro, a cidade ou o estado um lugar melhor para todos e todas. As motivações expostas nas entrevistas eram diversas: maternidade, motivações familiares, carreira profissional, autoafirmação, e principalmente a busca pelo reconhecimento pessoal, como também pelo reconhecimento da capacidade e da dignidade da mulher nas esferas públicas, mas principalmente, o cuidado e a empatia para com o próximo.

Palavras-chave: Gênero. Trajetória. Motivação. Vida Pública. Espaços de poder.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the trajectories, narratives, and motivations of women who engage in public life. The text, on the one hand, highlights the repertoire of techniques used by women who have assumed leadership roles in various configurations of power and social movements. On the other hand, it reveals the difficulties faced by them in the struggle for their rights, both in the civil sphere and in the participation in party politics and spaces of power. To achieve this goal, women who worked in regional or local health councils in Juiz de Fora, Minas Gerais, were selected. The information about the different ways women participates in the councils or in local politics was obtained through in-depth interviews. The first interviews took place in person, however, with the beginning of the pandemic and the social restrictions that were imposed, the procedure had to be changed, so that the conversations started to be carried out by telephone, and recorded with a proprietary application. In most of the women interviewed, despite the distinct profiles and contexts, the predominant discourse revolved around solidarity and the need to make public power be put at the service of the people. According to their narratives, their main objective was to change the reality in which they live, making society, the neighborhood, the city or the state a better place for everyone. The motivations exposed in the interviews were diverse: maternity, family motivations, professional career, self-affirmation, and mainly the search for personal recognition, as well as the recognition of the capacity and dignity of women in the public spheres, but mainly, the care and empathy for others.

Keywords: Gender. Trajectory. Motivation. Public Life. Spaces of power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Gráfico da composição feminina no Legislativo brasileiro (1982-2018)	64
Figura 2- Ocupação de DAS na administração pública federal, por sexo (2001 – jun. 2011) (em %)	66
Figura 3- Representação dos Gêneros Declarados nas Eleições 2020	71
Figura 4 - Faixa Etária dos Gêneros Masculinos e Feminino que concorreram nas Eleições 2020	72
Figura 5- Comparativo da relação de candidaturas masculinas e femininas desde as eleições de 2000 a 2020	73
Figura 6- Importância dada por homens e por mulheres sobre as pautas de gênero na educação	74
Figura 7- Importância dada por homens e por mulheres sobre equidade de gênero	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perfil das entrevistadas, 2021	82
Quadro 2- Etapas do reconhecimento intersubjetivo.....	101
Quadro 3- Conceito das esferas do reconhecimento	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ALGUNS ELEMENTOS SOBRE O LUGAR DA MULHER NA TEORIA POLÍTICA.....	29
2.1	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E REPRESENTATIVIDADE.....	32
2.2	PARTICIPAÇÃO AMPLIADA NA ESFERA PÚBLICA.....	35
2.3	AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA POLÍTICA COMO POSSÍVEL ESTRATÉGIA NA TEORIA FEMINISTA.....	39
2.3.1	A Bivalência em Nancy Fraser.....	43
2.3.2	A interseccionalidade histórica e a impossibilidade da imparcialidade da justiça social em Iris Young.....	47
2.4	PRESENÇA, REPRESENTAÇÃO E PERFORMANCE: AS CATEGORIAS DE MICHAEL SAWARD E NANCY FRASER NO MAPEAMENTO DO LUGAR POLÍTICO DOS(AS) REPRESENTANTES.....	48
2.5	CONSELHOS DE SAÚDE E PRESENÇA FEMININA.....	54
3	A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	56
3.1	LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL ATÉ 1988.....	57
3.2	CONQUISTAS POLÍTICAS FEMINISTAS NO BRASIL APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	60
3.3	O NÃO-LUGAR DA MULHER NA POLÍTICA: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	67
3.4	A PRESENÇA FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL.....	69
3.6	“FEMINISMOS” NO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO.....	73
3.7	O PAPEL DA MULHER NOS CONSELHOS DE SAÚDE DE BRASIL.....	76
4	ENTREVISTAS E METODOLOGIAS DAS NARRATIVAS.....	81
4.1	OS DESAFIOS DA MULHER NA ESFERA PÚBLICA A PARTIR DAS ENTREVISTAS.....	83
4.1.1	Política e cuidado.....	83
4.1.2	Política e Maternidade.....	86
4.1.3	Política e Estudo.....	92
4.1.4	Política e Movimentos sociais.....	94
4.2	ANÁLISE DAS NARRATIVAS.....	96
4.2.1	Arcabouço teórico metodológico de análise.....	97
4.2.2	Amor, direito e solidariedade.....	100

4.2.3	Crítica reconstrutiva.....	105
4.2.4	A busca de autoafirmação.....	107
4.2.5	Narrativa, coerência e ordem	108
5	CONCEITOS DE MUDANÇAS MORAIS PROGRESSIVAS	111
5.1	O CUIDADO COMO ENSEJADOR DA CARREIRA POLÍTICA	111
5.1.1	Cuidado e políticas de saúde	116
5.1.2	Empatia pelo próximo	118
5.2	O ACESSO AO ESTUDO.....	123
5.3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDANTIS	125
5.4	A MATERNIDADE.....	128
5.5	CARREIRA MORAL, REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS.....	134
5.6	O LUGAR DE FALA DA MULHER FRENTE À ESTRUTURA MACHISTA	135
5.6.1	A Infância, a adolescência e o bullying	139
5.6.2	Estrutura política no Brasil.....	140
5.6.3	Mulheres e religiosidade.....	144
5.6.4	Violência psicológica na vida pública	145
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
	ANEXO 1 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	168
	ANEXO 2 – PARECER DA CONEP	170
	ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)...	171

1 INTRODUÇÃO

Sou parte da geração nascida nos anos 80 no Brasil, em meio à efervescência do processo de redemocratização do país. A informação política sem o filtro dos generais chegava aos lares em um fluxo atordoado de eventos estranhos como constituinte, políticas de preços ao consumidor, escândalos políticos e pessoais, trocas de moedas e um incompreensível sistema de poder e anos depois viver o primeiro *impeachment* com direito ao movimento “caras pintadas” liderado pela mídia. Quando se está em um processo de redemocratização, depois de tantos anos de informação e opinião reprimida, tudo se trata de percepção e a percepção geral era de que as atividades de governantes em Brasília eram responsivas aos desejos da população, ainda que a política fosse um tabu alheio das práticas diárias.

Por encanto ou desencanto, foi uma geração que invariavelmente tinha uma opinião sobre a política. Não interessa se opiniões coerentes aos princípios da Ciência Política, se fazia sentido na realidade, mas ainda que fosse para desgostar, quase todos tinham uma opinião. Com alguma sorte, as pessoas sentiam-se parte do processo político e começaram a vincular-se aos meios que conectavam a vida pública, como sindicatos, partidos, as incipientes ONG’s ou mesmo aos candidatos(as), traço de patrimonialismo marcante da nossa política.

Na infância, a observação dos responsáveis por minha criação dava como certa a correlação entre uma vida pessoal melhor e uma vida pública mais livre. A inserção na política – ou, pelo menos, no mundo dos candidatos (somente homens na minha época em Juiz de Fora) aos cargos representativos – foi através de minha avó materna, ao me levar, ainda na infância, em ações de campanhas para políticos locais que ela tinha ligação (direita conservadora). Hoje sei que, mesmo sem se candidatar ou integrar cargos no Estado, minha avó construiu capital político de relevância local, produto de sua trajetória como liderança informal mediadora das relações entre políticos, assessores(as) e apoiadores(as), embora não fosse seu objetivo principal. Ela era orientada pela crença de que os políticos poderiam influenciar positivamente a vida de muitas pessoas, um impulso que a situava entre o poder e o altruísmo individual.

Como minha avó, eu quis “mudar o mundo” e acreditava que este espaço estava localizado no meio da política, mas sem me imaginar em candidaturas. Ingressei na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora

em 2008, já com uma filha de 1 ano e com meus completos 27 anos. Integrei espaços políticos formais, como o movimento estudantil. O envolvimento do movimento com muitos partidos é campo fértil para o início da carreira política de muitos parlamentares e, para mim, foi uma ação orgânica a filiação partidária. Isso acabou culminando em minha primeira candidatura como vereadora (2016), participação na direção municipal do meu partido e na segunda candidatura a deputada estadual (2018). Os idealismos da juventude foram lapidados pelos dados objetivos da política representativa e, nesse contexto, as questões de gênero na construção de capital político tomaram forma concreta na minha vida e se mostraram como uma força invisível dentro da burocracia pública e da construção de uma trajetória de vida pública.

O breve prólogo acima não é uma mera introdução ou uma legitimação da minha presença no campo da participação das mulheres na política. Ele diz respeito a quem fala com nossos atores, ou seja, as mulheres, cujo compilado de suas histórias nos fornecerá elementos para mostrar os desafios estruturais impostos pelas questões de gênero na inserção e presença das mulheres na política e nos espaços públicos e de poder. Essas mulheres me conhecem ou conhecem as referências que nos colocou em contato, então elas sabem que não estão falando para uma pesquisadora impessoal, mas como alguém *insider* que entende e viveu o que elas estão contando.

Para entender melhor o objetivo deste trabalho autoral vou falar sobre a trajetória social que permite percorrer o espaço social, captando singularidades decorrentes das posições dos atores em relação aos outros que compõe seu campo. Estar a par das disposições individuais desses agentes, inclusive aprender como esses agentes expressam tais disposições em sua linguagem (MONTAGNER, 2007) é fundamental para evitar que eu forçasse expectativas e/ou pré-julgamentos sobre minhas entrevistadas. Outra vantagem é que esse conhecimento do espaço social entre as atrizes sociais e eu, enquanto pesquisadora, permitiu aproveitar recursos como tempo de execução das entrevistas ao estruturá-la e captar com mais precisão possíveis tentativas de manipulação das entrevistadas.

Silva (2003) e Lima (2013) captam esse sentido de busca do espaço social marcado pelas lentes pessoais do(a) entrevistado(a), mas, sobretudo do(a) pesquisador(a):

Os sentidos da experiência, contudo, embora marcadamente influenciados pela macroestrutura, seriam modulados a partir das particularidades biográficas de cada caso. A interpretação que eu possuía da minha trajetória era, nesse sentido, uma dessas modulações e, por isso, não poderia funcionar como um filtro que exaltasse posturas mais empáticas aos meus olhos e bloqueasse outras menos aprazíveis. A consciência da necessidade de aprender um novo léxico, para lidar com o problema de pesquisa imaginado, era posta à pesquisadora, que deveria estar atenta a ampla uma complexidade de reações e significados, presentes em uma situação que eu mesma havia vivido e sobre a qual trazia as minhas memórias afetivas (LIMA, 2013, p. 16).

Meu trabalho é transformar em dados objetivos e/ou simbólicos o que eu ou elas sabemos, sentimos, mas não estruturamos sobre o campo político e a vida pública. Minha breve biografia política oferece ao leitor deste trabalho a posição de expectador dessas histórias, uma vez que elas sabiam para quem estavam contando suas experiências, as conexões que me envolviam e as implicações de contar essas histórias. Elas também sabem que, se fazem parte de um estudo sobre o campo político, de alguma forma isso é um reconhecimento de sua existência como ator político, que é o objetivo de suas trajetórias. Que fique claro que modular uma trajetória para um ouvinte específico não significa mentir, mas adequar à realidade de quem as ouve, tal como fazemos alterações de narrativas quando contamos a mesma história separadamente a um(a) chefe, amigo(a) ou desconhecido(a).

Essa pesquisa busca expor qual o repertório de estratégias que as mulheres que integram as lideranças de diferentes espaços de poder e movimentos sociais, e principalmente, já foram conselheiras regionais ou municipais de Saúde em Juiz de Fora- MG. Cabe neste momento apresentar porque a escolha por Juiz de Fora que pertence à Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais (IBGE), uma dentre as 12 que compõem o estado e que, por sua vez, é formada por sete microrregiões que recebem sua denominação a partir do seu centro principal, assim denominadas: Juiz de Fora (33 municípios), Viçosa (20 municípios), Ubá (17 municípios), Cataguases (14 municípios), Muriaé (20 municípios), Manhuaçu (20 municípios) e Ponte Nova (18 municípios). No total, a Zona da Mata é composta por 142 municípios. A Microrregião de Juiz de Fora é a que mais absorve a população na Zona da Mata, aproximadamente 1/3 da população total. Dos seus 33 municípios, 24 apresentam população inferior a 5.000 pessoas, apenas 2 entre 5.000 e 10.000 e 6 têm população entre 10.000 e 50.000 pessoas, além de Juiz de Fora, com 559.636 habitantes,

segundo estimativa do IBGE (2017). Sendo Juiz de Fora o principal polo regional da Zona da Mata, como o 5º município do estado no setor de serviços e o 10º no setor industrial. Outro ponto relevante é que, para além da sua microrregião, no âmbito estadual, Juiz de Fora é um dos municípios mais populosos e com maior Produto Interno Bruto, mantendo-se na quinta posição no que se refere à participação no PIB e no Valor Adicionado Industrial de Minas Gerais. Contudo, a despeito de sua importância na geração de riqueza oriunda da prestação de serviços, do comércio e das atividades industriais o município não apresenta destaque em termos estaduais (RODRIGUES, 2015). Dentre os atrativos exercidos por Juiz de Fora estão as condições básicas de infraestrutura e mercado, a logística, o aeroporto, a localização estratégica dada pela proximidade com os grandes centros do país como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, as várias instituições de ensino, e a criação das áreas de Especial Interesse Econômico (AEIE). O papel central de Juiz de Fora é evidenciado em escala regional quando analisamos sua participação no PIB, à quantidade de empregos ofertados, além da significativa presença da população que se desloca de cidades do entorno buscando serviços especializados.

De acordo com informações da Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, apenas na Programação Pactuada Integrada da Saúde, 162 municípios da micro e mesorregião dependem de Juiz de Fora para procedimentos que vão dos mais simples até os mais complexos.

A importância de Juiz de Fora no que tange o acesso à saúde aparece nos dados apresentados pelo DATASUS¹, atualmente o parque hospitalar de Juiz de Fora devido ao seu tamanho e complexidade acaba induzindo uma demanda potencial maior que a divisão administrativa convencional. Tornando-se um grande polo da rede de atendimento à saúde da macrorregião, destacando sua importância no âmbito da saúde em relação ao atendimento frente a macrorregião sudeste aproximadamente 40% da produção hospitalar e aproximadamente 45% da produção ambulatorial, com 958 leitos e 2.490 especialidades (DATASUS, 2022).

Outro fato importante do polo de saúde de Juiz de Fora, está no que Delgado (2012) identificou, sendo a existência de quatro consórcios, o Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes de Minas Gerais (privado), Consórcio Intermunicipal para Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Paraibuna

¹ O DATASUS é o sistema de informática do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele coleta, processa e dissemina informações sobre a saúde no Brasil.

(CONPAR), Consórcio Intermunicipal de Saúde Pé da Serra (ACISPES - Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra) e Associação dos Municípios da Micro Região do Vale Paraibuna (AMPAR)². A ACISPES merece destaque, sendo assim, como cidade-sede deste equipamento de saúde, Juiz de Fora adquire status perante as demais cidades da microrregião.

O Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora é um órgão colegiado, deliberativo, normativo, permanente e fiscalizador do SUS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, composto por 108 conselheiros, sendo 54 titulares e 54 suplentes. Foi criado pela Lei Orgânica do Município, instituído pela Lei nº 8.076 de 11 de maio de 1992 e regulamentado por regimento interno revisto em 2012 (resolução CMS 370/2012), que regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde do município. Possui representação quadripartite, isto é, metade dos conselheiros representam os usuários dos serviços do SUS, o que corresponde a 27 membros titulares, e a outra metade é dividida entre representantes do governo, prestadores de serviço e profissionais de saúde, cada um com nove conselheiros titulares.

Juiz de Fora conta, além do conselho municipal, com conselhos locais e regionais de saúde. No total, são 12 conselhos regionais de saúde, sendo um para cada região sanitária de saúde e 62 conselhos locais de saúde, sendo 14 deles na zona rural. Conforme o Artigo 4º do Regimento Interno, estes conselhos seguem processo eleitoral, sendo que sua composição obedece ao seguinte critério: 70% Representantes dos Usuários, 20% de Representantes dos Trabalhadores de Saúde e 10% de Representantes do Governo.

A escolha por conselheiras ou ex conselheiras de saúde dialoga diretamente com Souza (2001) que destaca que a participação pode ser entendida como uma forma de agregar os indivíduos da sociedade civil de maneira que estes participem na administração pública. Entendendo dessa forma, considero importante o entendimento de como ocorre a participação das conselheiras no conselho e nas reuniões, bem como o modo que se dá a organização e participação dos segmentos. Além disso, é necessário compreender o exercício do papel da conselheira enquanto membro que participa da gestão pública.

² É importante destacar que Juiz de Fora não é integrante da ACISPES e nem da AMPAR. Apresenta-se como cidade sede de atendimento e decisão, respectivamente, de cada associação.

Ou seja, a conselheira de saúde possui uma trajetória de motivação para a participação como elemento intrínseco ao controle social, lembrando do caráter performático de algumas instâncias. Nesse caso, os conselhos podem ser entendidos como dispositivos institucionais que buscam forçar a deliberação como um intermediário de regulação entre a intervenção excessiva e o conhecimento dos estabelecidos no conselho (SHAPIRO, 2002). Dessa forma, a possibilidade de significação do espaço como inclusivo ou apenas mantenedor do interesse de atuação dessas mulheres envolvidas, fazendo com que tanto o caráter democrático como o de um instrumento que perpetua a desigualdade e a submissão se tornem possíveis. (SALIBA *et al.*, 2009). O que ressalta a questão da utilização deste engajamento no espaço dos conselhos e suas trajetórias narradas para a produção de um capital político e social de envolvimento e participação.

E acabam utilizando desse capital para ingressar nos espaços e posições de poder, sobretudo quando o ingresso nesse campo não sugere capital político masculino como facilitador de suas trajetórias. Uma vez mapeada essas estratégias, o argumento segue utilizando a teoria tanto política quanto feminista para compreender se há apenas a incorporação de elementos isolados no campo político ou se essas mulheres representam de alguma forma uma mudança estrutural do campo no modo de incorporar outras mulheres nas suas dinâmicas.

A escolha por conselheiras também ocorre porque, segundo Carneiro (2006), os Conselhos de Direito são uma ruptura com a estrutura jurídico-institucional corrente até a Constituição Federal de 1988. Servindo como espaços de participação e engajamento político, constituídos através de estruturas com viés comunitário e popular com uma atuação mais territorial, capaz de constituir esferas de poder deliberativo, alocatório e regulatório. Estes espaços agregam participação política e ação governamental no qual há argumentação sobre os valores, normas e procedimentos relativos às políticas públicas, em um campo de tensão de interesses permanente, interesse que para este estudo é uma importante motivação para as conselheiras no reconhecimento de sua atuação.

Especificamente a opção pelo Conselho de Saúde se dá por não serem um produto ou uma estratégia cuja função seja o retorno econômico, tal qual a iniciativa privada. Dos(as) conselheiros(as) é exigida interação sobre fatores sociais e econômicos, além da gestão voltada para os interesses coletivos orientados para a construção da qualidade de vida, outro ponto de motivação para as conselheiras. Além

de sabermos que a área da saúde é um espaço fortemente ocupado pelas mulheres com maioria efetiva na atuação e participação dos Conselhos e Conferências de Saúde. Sendo a saúde um lugar de ações coletivas e colaborativas, referentes ao cuidado.

Cabe ressaltar que a delimitação de um espaço geográfico para o levantamento da trajetória acompanha a importância de Juiz de Fora como polo econômico e de saúde, além de obedecer a critérios práticos impostos pelos recursos necessários a execução da pesquisa e à possibilidade de estabelecer com maior segurança as atrizes políticas com relevância real para o campo. Os nomes escolhidos foram indicados, avaliados e selecionados segundo a ausência de capital masculino como sustentáculo das respectivas carreiras, a estabilidade de sua presença no campo político e na esfera pública para evitar casos de “oportunismo”, a respeitabilidade de outras pessoas que integram seus respectivos campos de atuação (reconhecimento público como validação), o trânsito com outras instituições políticas e/ou burocráticas para evitar casos isolados ou de acaso e, por fim o método *snowball* ou “Bola de Neve”³ onde as participantes iniciais do estudo indicam novas participantes que por sua vez indicam outras participantes, e assim sucessivamente, fortalecendo assim a questão do reconhecimento da atuação no espaço do conselho.

O tema e o argumento originaram-se das possibilidades apontadas na minha dissertação de mestrado *“Rotas de ingresso e a atuação política das mulheres: trajetórias, percepções e comportamento político de vereadoras em Minas Gerais”*. Este foi um estudo que privilegiou metodologias quantitativas para mapear como as rotas de ingresso e as trajetórias de vereadoras, por meio de uma abordagem de *survey* online individual com amostragem baseada no porte do município e no índice de pobreza. Na tentativa de buscar uma compreensão sociopolítica das trajetórias dessas mulheres legisladoras, analisando sua atuação política em relação a sua forma de ingresso. Foram realizadas entrevistas com 49 vereadoras, eleitas em 2012 no estado de Minas Gerais, em 36 municípios mineiros, com objetivo de investigar o impacto que o capital masculino através de três dimensões: 1) percepções e opiniões; 2) atitudes; e 3) comportamento: acesso a postos de poder, ambição e produção legislativa, assim como os temas da agenda destas vereadoras e, principalmente, o

³ A amostra por bola de neve é uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos. Torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso.

fato de possuírem experiência associativa prévia. Pelo estudo, foi possível estabelecer uma tipologia sobre o tema com duas categorias centrais: *independentes* e *herdeiras*, distintas pela presença/ausência de capital político masculino como principal fator para a vitória eleitoral, dinâmica comum na influência do capital político familiar, principalmente do capital masculino, no caso das “herdeiras”⁴.

Para o atual trabalho de doutorado, busquei o ponto que não consegui responder com dados, lembrando que neste trabalho o foco foi em mulheres conselheiras de saúde, algumas foram candidatas, mas não era uma condição, levando em consideração a dissertação, no que tange ao perfil das “independentes”, especificamente, no subtipo denominado “puras”⁵, que é caracterizado pela experiência associativa prévia em conselhos, movimentos sociais, grêmios estudantis, associações de bairro, entre outras formas de associação. O grande ponto que me fez refletir foi que com tantos entraves e barreiras para o ingresso delas nos espaços políticos, algo motivava estas mulheres. Mas a pergunta que me intrigava era: o que nas trajetórias destas mulheres era tão latente no desejo de ajudar, participar e serem figuras públicas? De onde vinha a disposição em participar, buscando reconhecimento e ocupando diferentes cargos, inclusive pleitos municipais e estaduais? Neste trabalho, a categoria “puras” foi repensada no termo “engajadas” porque os dados apurados mostraram que as mulheres sem capital político masculino seriam mais atuantes nos espaços de participação, integrando inúmeras esferas, instituições e cargos. Para a tipologia do mestrado os dados quantitativos foram suficientes e, em si, já demonstram que o campo político exige que as mulheres se aproximem mais de movimentos e instituições que integram o campo político paralelamente aos partidos, caso almejem assumir algum cargo representativo.

As análises que nos serviram de referência estão situadas em minha pesquisa de mestrado, que foi a base de reflexão para o atual trabalho, como dito. Assim, os dados quantitativos não foram capazes de responder minhas indagações e questionamentos levantados sobre a motivação e a disposição dessas mulheres engajadas na vida pública sem capital político masculino, assim optei por realizar uma análise qualitativa com mulheres dentro deste perfil. Fazendo uso de entrevistas

⁴ Coube aqui uma explanação sobre o trabalho de mestrado para que ficasse inteligível o motivo central que motivou esta pesquisa de doutorado.

⁵ As *puras* caracterizam-se pela experiência associativa prévia de tipo político em sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, grêmios estudantis, associações, conselhos etc (COSAC, 2012).

embasadas na metodologia da história oral, na tentativa de captar os motivos que movem estas mulheres.

Para estruturar esta pesquisa de doutorado, nos capítulos 1 e 2 foi necessário realizar uma breve análise que colabora na apresentação do cenário encontrado pelas mulheres ao ingressarem na carreira política (ou pelo menos, intencioná-la), assim expondo uma abordagem sobre a temática da trajetória de lutas e conquistas sociais e políticas, adentrando aos principais fatos históricos, bem como os movimentos sociais que aconteceram, a fim de garantir os direitos de oportunidade iguais às mulheres nas esferas públicas. As discussões se estendem ao mostrar como as múltiplas teorias feministas e o machismo estrutural dificultam que uma agenda feminista ou feminina seja integrada às discussões mais gerais e generalizantes do campo político.

Ainda no capítulo 2, estão algumas teorias da democracia, da representação e da representatividade relevantes para o campo deste trabalho. O debate sobre estes temas marcou o século XX e, a cada vez que as identidades se ampliam no tecido social e conquistam legitimidade, o campo da política é obrigado a criar formas de absorver ou incorporar ou rechaçar os novos interesses demandantes por espaço. E a aspiração de um consenso generalista no espaço público fica cada vez mais próxima da ficção em diferentes contextos políticos. Manin (1995), Phillips (2001), Urbinati (2006), Saward (2010), Young (1988, 1990, 2012), Almeida (2018) são alguns dos autores que dão um panorama geral de como esse campo da política e da representação são construídos em um universo tomado pela diversidade, além dos desafios no acesso (ainda desigual) aos recursos do campo político por aqueles grupos e indivíduos que integram ou falam por minorias. Também será abordado debates pautados nas vertentes das teorias feministas e seus dilemas sobre a representação e reconhecimento das mulheres nos espaços de poder.

No entanto, há poucos estudos dedicados aos casos de sucesso das mulheres na dinâmica da democracia representativa e podemos deduzir que, em parte, isso se deve aos raros casos de sucesso consistentes e no mesmo contexto sócio-histórico, de mulheres que avançaram até cargos políticos significantes sem utilizar capital masculino como recurso.

No Capítulo 3 a intenção foi apresentar a metodologia utilizada para a construção do questionário semiestruturado e a forma de condução das entrevistas, além de importantes percepções do comportamento e dos detalhes coletados na

observação dos espaços e condições de realização das entrevistas, assim como os entraves encontrados durante esta pesquisa. Apontando algumas narrativas e suas relações, com enfoque nas semelhanças e diferenças das trajetórias das entrevistadas.

Pensando nas estatísticas sobre a presença feminina no espaço público brasileiro, através das pesquisas sobre o assunto e pela exposição de um breve resumo da luta no último século pela participação política de mulheres no Brasil. É possível perceber as barreiras estruturais como a resistência das elites aos novos atores políticos, o machismo que confunde políticos e eleitores sobre o papel social da mulher, a dificuldade no repasse de recursos para as disputas, machismo estrutural que resulta em pouco apoio doméstico, a falta de capital político para sustentar a agenda de gênero (e outras minorias), além das questões que envolvem a ideia de representação em uma democracia que questionam se uma mulher, ou um grupo de mulheres, responde pela totalidade do gênero. A questão é que, mesmo diante desse cenário, algumas mulheres seguem a vida na política ou na esfera pública e fazem disso sua grande obra pessoal. Elas preenchem todos os pré-requisitos de negações: não têm capital político, a maioria das vezes também não tem capital financeiro, não têm a validação social de algum homem que esteja no meio político, eventualmente não possuem, se quer a validação social masculina em sua vida pessoal, mas ainda assim permanecem no campo.

Nesse contexto, algumas figuras pensadas para conseguir perceber o que as motivava nessa jornada, o que de comum podemos encontrar nessa trajetória. Através da obra de Geertz (1989) busca-se meios de colocar em prática aquilo que Bourdieu (1998) alertou sobre as trajetórias: tudo que o informante diz é uma elaboração que ele faz dos sinais sociais que ele interpretou; então não é objetivo analisar somente as histórias que são contadas. Pois sabe-se do risco de ouvir propagandas pessoais, histórias heroicas ou romantizadas, não porque as pessoas são más, mas porque são humanas e o ato de pensar, elaborar respostas para o outro já ressignifica a ação e a própria história em alguma medida. O almejado no campo são os detalhes, as hesitações, as pausas, as confusões, ou seja, o fluxo que se esconde na conversa. Porque é nesse fluxo que encontrar-se a ação social acontecendo por trás e através do indivíduo.

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p. 24).

Assim, as entrevistas foram analisadas no contexto de seu campo político e das forças correspondentes. Em uma perspectiva *bourdieusiana*, a trajetória social é um modo único de percorrer o espaço social, e captar essa singularidade que inclui perceber os movimentos de posições do agente em relação aos outros postos. E estar a par das disposições individuais desses agentes, e aprender como esses eles expressam tais disposições em sua fala (MONTAGNER, 2007).

A ciência do contexto político que as entrevistadas estão cumpre requisitos para uma descrição detalhada: a descrição é interpretativa do discurso social e visa transformar as declarações em elementos pesquisáveis. É ir a fundo em determinado tema e utilizar da teoria para suprir com vocabulário a realidade social contada pelo ato simbólico. Busca-se “não generalizar através dos casos, mas dentro deles” (GEERTZ, 1989, p. 36). Com o intuito de captar o “simbólico” a pesquisa acontecia de forma presencial, até entrarmos em quarentena com a pandemia do Covid-19, pois sabíamos que o menor gesto demonstraria uma infinidade de sentimentos que o informante guarda sobre um determinado assunto. Não há o estabelecimento prévio de duração e o entrevistado é informado que está livre para expressar suas opiniões e que não há nenhum caráter político ou avaliativo nas respostas. Não há certo ou errado, há apenas a tentativa por parte do(a) pesquisador(a) de compreender trajetórias de vida particulares.

O uso da história oral como ferramenta metodológica para captar as memórias pessoais das mulheres entrevistadas teve o objetivo de conhecer e compreender as trajetórias de vida, assim como o ingresso na vida pública. Tendo a capacidade de captar nuances das trajetórias de engajamento político, na tentativa de desvendar qual seria o ponto comum que motiva estas diferentes mulheres a atuarem na vida política. Hoje “a história oral é, talvez, o campo da história e das ciências sociais em que mais se têm produzido textos de cunho teórico-metodológico nos últimos anos” (ALBERTI, 1996).

A história oral é entendida como uma metodologia de pesquisa que remete às dimensões técnica e teórica, sendo que a segunda “evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 12). A história oral nesta pesquisa é o cerne estrutural do trabalho, no qual percepções sobre a trajetória das entrevistadas serviram como guia para dar corpo a pesquisa, numa relação entre história e memória, os tipos de entrevistas e as formas de narrar trajetórias individuais (FERREIRA; AMADO, 1998, OLIVEIRA, 2019).

Como ressalta Pereira (1991, p. 109), a história oral pode ser entendida como um “método-fonte-técnica” que colabora para estudar acontecimentos históricos, instituições e grupos sociais “à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam”. Assim, de acordo com a autora, a história oral passa a ser um estudo de processos sociais a partir da consciência subjetiva do ator social, mas uma consciência cujas bases não são individuais. Assim, o trabalho explora as entrevistas e transcrições tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico (OLIVEIRA, 2019). É relevante levar em consideração que a história oral pode apresentar alguns entraves e dificuldades, uma vez que a memória individual não é isolada e fechada, mas sim construída pela sociedade. Desta forma, as lembranças estão ligadas à essa memória social e coletiva (PEREIRA, 1991).

Outro entrave a ser levado em consideração são as possibilidades oferecidas pela história oral como investigação da memória para além do significado, entendendo-a como acontecimento ou ação (ALBERTI, 1996). Pollak (1992) fala de memórias em disputa para definir as construções que as memórias fazem individualmente sobre o campo em que estão inseridas, como no caso da construção das memórias de partidos políticos: nesses casos, há um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória que tem por objetivo privilegiar certos acontecimentos, datas e/ou atores dentro de uma determinada perspectiva. Esse é um evento perceptível nos encontros que tive com conselheiras filiadas aos partidos políticos, mesmo durante o curso de formação onde elas estavam, em tese, longe do campo “partido”.

O objetivo era de realizar, em média, cerca de 20 entrevistas com mulheres, mas com a pandemia algumas alterações tornaram-se necessárias, como entrevistas online e a diminuição no número de entrevistadas. Sobre a escolha das mulheres, conforme supracitado, elas não possuem capital político masculino, atuam ou atuaram como conselheiras de saúde na cidade de Juiz de Fora no estado de Minas Gerais e

ocupam ou ocuparam cargos políticos e/ou pleitearam cargos eletivos, não sendo um pré-requisito. Ou seja, mulheres “engajadas” na carreira pública e que dedicam seus esforços à vida pública. A escolha da cidade de Juiz de Fora deu-se também através das percepções levantadas durante a pesquisa de bacharelado intitulada “*Democracia deliberativa: as dificuldades do exercício e da participação feminina*”, onde foi detectado a forte presença das mulheres não só de forma quantitativa, mas em cargos de poder. Inclusive, no ano de 2010, o Conselho Municipal de Saúde era presidido por uma mulher e a ouvidora de saúde também era mulher (ainda é). Além da facilidade de acesso às entrevistadas por se tratar da cidade da pesquisadora, a redução de gastos devido à falta de recursos levando em consideração a conjuntura política atual do Brasil.

Cabe a tentativa de mapeamento do tipo de narrativas que as mulheres no campo da política produzem. Elas identificam e assumem como naturais para si certos posicionamentos e construções, enquanto aqui a busca é mais pelo “estranhamento” dessa naturalização. É sabido que essas construções pessoais narradas no processo de entrevista são um recorte feito mutuamente entre o emissor - que deseja se fazer entender e tem interesse em transmitir uma determinada imagem - e o receptor - no caso, eu como pesquisadora, diante de concepções do campo que se movem para encaixar automaticamente as trajetórias em categorias sociológicas já conhecidas. Essas dificuldades práticas foram trabalhadas com sucesso em Silva (2003) e Lima (2016).

Desta forma, descrever as entrevistas e relatar uma história envolve a exposição de fatos e sentimentos, que são percebidos pelo(a) pesquisador(a) como elementos capazes de formar um conjunto coerente, capaz de transmitir os sentidos desejados. O ato de contar expõe elementos valiosos com o intuito de compreender melhor o sujeito que narra e o contexto no qual ele está inserido (LIMA, 2016).

A análise dos aspectos socioculturais e o contexto que o envolve compõem uma narrativa que permite ao(a) pesquisador(a) trabalhar temas que estejam na essência da própria sociologia, trabalhando a “clássica relação entre sociedade e indivíduo, a socialização e a reflexividade da ação” (LIMA, 2016).

Além da tentativa de perceber que existe todo um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória, que acaba privilegiando certos acontecimentos, datas e/ou atores dentro de uma determinada perspectiva (POLLAK, 1992).

Eu realizei as entrevistas com 17 mulheres, possuindo diferentes perfis, histórias de vida, carreira, vida pessoal, e os caminhos que as levaram para a vida pública e o mundo da política. Cada uma com motivações, causas e razões diferentes, mas todas com o mesmo objetivo: tornar o mundo um lugar melhor. Neste resumo das entrevistas, tem-se um pouco da história de vida de cada uma, os principais pontos que as levaram a entrar na vida política, as dificuldades, recompensas encontradas e o porquê de ainda continuarem tão ativas.

A minha gravidez acabou por atrasar a execução de parte do meu projeto, que inicialmente estava previsto para ocorrer entre 2018 e 2019, mas com a gestação e nascimento de minha filha, as prioridades acabaram mudando. Quando voltei a trabalhar no projeto, meses depois do nascimento da minha filha, voltando a realizar as entrevistas, teve início a pandemia, e todo caos que veio com ela.

Devido à crise sanitária que ocorria, acabei optando por uma nova modalidade de falar com as mulheres que participaram da minha pesquisa, que aceitaram e foram grandemente solícitas, não havendo dificuldades em contactá-las e conseguir sua contribuição para esta pesquisa. Assim, segue um resumo de todas as 17 entrevistas realizadas. O nome de todas as mulheres foi abreviado a fim de manter em sigilo sua identidade, e todas as informações fornecidas.

Como base vital da análise, o capítulo 4 traz considerações tanto do produto das entrevistas e o conteúdo das narrativas destas mulheres no que tange esta disposição em participar e está motivação, relacionando pontos semelhantes e divergentes das diferentes trajetórias de vida narradas. Quanto sobre como a presença dessas mulheres “engajadas” afetam o campo, pelo menos localmente. E se é possível criarmos categorias simbólicas para entendermos a motivação principal destas mulheres. Cabe ressaltar que detalhes da metodologia são expostos sabendo que, por ser local, esse estudo pode e deve ser reproduzido em outras regiões para avaliar convergências sobre a dinâmica do poder após a presença de mulheres com uma agenda independente do capital político tradicional, todavia atuando em um espaço dominado pelo *status quo*.

E por fim, as considerações finais com o objetivo de apresentar os pontos marcantes e conclusivos deste trabalho que acontece em meio a pandemia de proporções mundiais, modificando nossa visão de mundo e alterando os métodos de realização desta pesquisa.

2 ALGUNS ELEMENTOS SOBRE O LUGAR DA MULHER NA TEORIA POLÍTICA

O espaço político ocidental historicamente é um espaço de dominação masculina. Clássicos como Aristóteles chegaram a abordar a subordinação feminina aos homens, mas dificilmente a filosofia política e a historiografia abordaram a participação política no poder. Quando o faziam, rechaçavam a hipótese de envolvimento feminino na política ou na vida pública de modo geral. Bourdieu (2002) conceitua “dominação masculina” como a relação de oposição entre masculino/feminino pautada pela naturalização de uma pretensa superioridade masculina incorporada na organização social (*habitus*) pela justificativa objetivada dos traços distintivos entre os gêneros, como formação corporal ou força física.

Somente na modernidade, quando os primeiros movimentos que pleiteiam ampliação da participação política na democracia moderna emergem, que a participação feminina vem ao debate público. O contexto da Revolução Industrial inglesa (e na Europa como um todo) foi um marco da transformação das diferenças de gênero como pauta política, primeiramente em temas trabalhista e depois abordando questões como costumes e saúde. Posteriormente, a demanda pela participação das mulheres nas fábricas bélicas americanas e europeias durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial incidiu em maior proximidade dos trabalhadores com as mulheres, permitindo maior articulação para a luta de direitos coletivos. Segundo Thompson (1987), o conceito de classe social moldou na modernidade a noção de espaço masculino e feminino, assim como reinventaram as relações de poder.

O Movimento Feminista, na segunda metade século XX, se expande em várias vertentes com diferentes propostas para alcançar a equidade entre gêneros, incluindo a demanda por ocupação do espaço político deliberativo e representativo. As mulheres militantes denunciam o patriarcado como uma organização social estruturante no qual as mulheres são subordinadas aos homens, refletida na sub-representação feminina nos espaços de poder. É vasta a produção acadêmica e os dados que comprovam a relação entre desigualdades de gênero e a baixa participação feminina na política (KUSCHNIR, 2000, AVELAR, 2001, ARAÚJO, 2010; MIGUEL, 2013).

A compreensão ampliada do fenômeno foi decidida neste trabalho por compreender que a igualdade numérica não significa igualdade de espaço, de acesso aos cargos de poder e/ou sobre o peso desta participação no círculo de poder que ela ocorre. As desigualdades de gênero constituem significativa barreira para que as mulheres participem de modo consistente na política, ou seja, pautando agendas, liderando movimentos, aumentando o volume eleitoral e a presença em cargos de confiança nos setores-chave do Estado. Sobre isso, Lisboa (2008, p.3) afirma que:

A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses (LISBOA, 2008, p.3).

Popularizada como pauta nos espaços acadêmicos desde a segunda metade século XX, predominantemente naqueles das Humanidades, a presença das mulheres na política é uma das agendas de mais destaque nas democracias desde os anos 90. Ela vem ocupando as discussões em plenários, reportagens nos meios de comunicação, integra a pauta de protestos e, mais recentemente, vem sendo cooptada por partidos e políticos como *marketing* eficiente para sensibilizar o eleitorado. A questão é tão central que toca de forma muito semelhante as democracias recém-criadas/reestabelecidas naquele contexto das quedas das ditaduras da América Latina, África, Ásia e Leste Europeu, mas também sensibiliza aquelas que são consolidadas e berço da Modernidade no ocidente, como Estados Unidos, França ou Inglaterra, embora os desafios sobre a superação das desigualdades sejam diferentes nesses contextos. A questão assumiu contornos globalizados ao mobilizar agências humanitárias, instituições transnacionais (a exemplo da ONU-Mulher) e blocos de países, que vêm sistematicamente cobrando ações concretas e políticas públicas para mitigar a desigualdade de acesso à participação política das mulheres. As mulheres demoraram a conquistar o direito de participação política e do processo eleitoral e, somente nos anos 90, o debate se centrou nas raízes históricas de discriminação política como dificuldade de acesso e permanência das mulheres (mas também outras minorias) no espaço público (MOISÉS; SANCHEZ, 2014).

Não é exagero concordar com Pateman (1993) que quando se imerge na Filosofia Política que se ocupa da exegese do pacto social que alicerça o Estado Moderno e a Política Moderna, sua história, seus condicionantes e suas consequências são orientados a partir do direito patriarcal que, ontologicamente, parte da premissa que os homens, natural e divinamente, são superiores às mulheres, não cabendo discussões possíveis porque o assunto é óbvio e dado pela natureza (MOUFFE, 1988, PATEMAN, 1993). Uma vez superiores, cabe aos homens qualquer empreitada que oriente a organização da vida e, para aquelas mulheres que, de alguma forma, alçavam posições de poder, restavam sanções sociais e morais que desencorajavam outras que por elas pudessem se inspirar ou se unir.

Em vez disso, eles [os *teóricos do contratualismo*] incorporaram o direito conjugal em suas teorias e, ao fazê-lo, deram ao preceito do direito sexual masculino sua forma contratual moderna. O patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno as mulheres são subordinadas aos homens *enquanto homens*, ou enquanto fraternidade. O contrato original é feito depois da derrota política do pai e cria o *patriarcado fraternal* moderno (PATEMAN, 1993, p. 18, **grifo da autora**).

Da gênese no patriarcado, o universo político reconheceu ao longo do último século que as mulheres eram indivíduos autônomos, tanto nos processos de suas vidas pessoais quanto o reconhecimento público por meio de dispositivos legais de suas aptidões profissionais e sociais equivalentes às dos homens. Porém, agir politicamente dentro dos espaços institucionais está sujeito às construções psicossociais dos sujeitos que os integram, cuja formação moral (e moralizante) são afetadas pelas construções político-sociais expostas acima. Dessa forma, mesmo com a garantia legal e com políticas públicas voltadas ao incentivo da presença de mulheres no espaço político, as condições adversas advindas das estruturais patriarcais se tornam uma barreira desestimulante e intransponível, especialmente para aquelas que tentam emplacar agendas feministas em seus respectivos meios.

A função política está diretamente ligada à divisão social do trabalho, na qual mulheres são socialmente direcionadas a priorizar os cuidados com cônjuges, filhos, familiares e casa. Muitas vezes, as responsabilidades da vida pública são impeditivas caso não haja a desconstrução da mulher que ingressa na vida política do seu papel de cuidadora, permitindo que ela delegue tais responsabilidades a uma rede de apoio,

na qual se inclui o parceiro. Outro problema é que a atividade política implica em presença pública, mesmo para aquelas que não assumem cargos representativos. Muitos homens e mulheres podem julgar como socialmente inadequada a exposição dessas mulheres, especialmente aquelas cujo parceiro não está na vida pública ou que não tenham um parceiro. As mulheres que têm trânsito político facilitado – não fácil! – são aquelas que se subordinam ao capital político masculino, representando agendas de colegas e/ou predecessores com vínculo direto com elas, sejam pais, maridos, parentes ou homens do mesmo círculo sociais (MOUFFE, 1988, PATEMAN, 1993; URBINATI, 2006; FRASER, 2009, MOISÉS; SANCHEZ, 2014).

2.1 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E REPRESENTATIVIDADE

No século XX as discussões sobre a natureza da democracia se concentravam sobre ser esta a melhor forma de governo. Ainda que houvesse vários movimentos no tecido social que exigiam a ampliação do sufrágio – historicamente era concedido somente aos homens, brancos, alfabetizados e, quase sempre, detentores de posses – no campo teórico e político não a pauta se organizava em torno da democracia eleitoral ser melhor do que outras formas de governo ou mesmo melhor do que a democracia direta.

Isso porque a condição de cidadão para o liberalismo clássico estava intrinsecamente relacionada à propriedade, ou melhor, à posse de propriedades, o que também marca a atuação do Estado e sua razão de ser: a proteção da propriedade como princípio e a regulação das liberdades que possam violar o direito e a segurança do indivíduo sobre sua liberdade. A discussão na primeira metade do século XX se concentrou em torno da tese de que o sucesso da democracia como regime não era possível em cenários que não reuniram as condições estruturais para democracia, a saber, um alto grau de imersão de um país a economia liberal (CABRAL NETO, 1997; SANTOS; AVRITZER, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) grupos sociais até então excluídos da dinâmica econômica liberal e, portanto, destituídos de cidadania, haviam passado pela experiência de integrarem espaços sociais antes proibitivos. Mulheres, negros e imigrantes foram usados nos anos de conflito para suprir lacunas nos exércitos no *front* e nas linhas de produção que não foram arrasadas pelo conflito ou

que produziam suprimentos aos exércitos em batalha. Ao fim da guerra, a pressão pela participação política de grupos excluídos associada a alguma mobilidade social conquistada pelos postos de trabalho no período de confronto, colocaram esses grupos em contato direto com uma posição de cidadania que eles demoraram a conquistar e da qual não pretendiam ceder posição. Assim, em poucos anos a ampliação da cidadania foi concatenada na luta por direitos civis nos países de economia central, pelas lutas de coloniais na África e pela liberdade política nos países sob o julgo da ditadura na América Latina, cenários em que a democracia passou a ser o valor central da luta política.

Com o mundo político e econômico mais complexo, no qual vários grupos exigiam suas demandas nas agendas públicas, fortalecendo seu caráter eleitoral. No campo teórico, o modelo hegemônico liberal proposto por Schumpeter se tornou a referência ao questionar o modelo de “interesse comum”, no qual o povo, diante de sua opinião decorrente de um processo racional, escolhe um representante na figura do político para gerir no Estado o interesse comum que orientou sua eleição. A existência de múltiplos partidos já seria suficiente para mostrar a existência de interesses divergentes no tecido social, o que leva ao ponto de que nem todas as pessoas realmente sabem o que querem, especialmente sobre a vida coletiva. Disso é possível questionar também a noção de “povo soberano”, uma vez que o tecido social é composto por múltiplos impulsos individuais um tanto vagos, não é possível que a vontade do povo seja atendida, ou mesmo, representada. Assim, a dinâmica eleitoral tem natureza mais autorizativa, onde o representante governa em nome do povo, do que representativa, no qual ele defende os interesses do povo, e a soberania popular se restringe a opção de escolha dos inúmeros representantes no “mercado político”. Ainda observando a dinâmica eleitoral, Schumpeter assume que os governos são formados por representantes das elites que competiram pela preferência do eleitor, cuja observação do “bem comum” é um meio para a manutenção do poder das oligarquias (SCHUMPETER, 1984).

O modelo proposto por Schumpeter foi “atualizado” nos anos 1970 por Rawls (2002) e Habermas (1997). Há nos dois autores o desejo de superação da perspectiva utilitária, no qual os indivíduos fazem suas escolhas baseados em uma forma de satisfação dos interesses pessoais com pouca influência das dinâmicas institucionais e dos juízos coletivos. Rawls (2002), por exemplo, desenvolve sua teoria política liberal postulando que a liberdade deve ser igual a todos, prevalecendo a justiça sobre

o bem. Essa noção de “justiça” parte do conceito de sociedade bem-ordenada na qual os indivíduos sabem coletivamente o que é justo e confiam nas instituições designadas para resguardar a justiça. Assim, a escolha racional não se dá em nome do “bem comum” racionalizado, mas de uma percepção subjetiva do que é justo (antes de ser bom) aos olhos do indivíduo, em uma dinâmica de solidariedade entre desconhecidos que fazem o esforço de regularem sua convivência cooperativamente.

Habermas constrói sua “Teoria da Comunicação” em bases semelhantes a Rawls, na qual o justo é anterior ao bom. Todavia, para não incorrer na falha de Rawls que não trabalhou as dinâmicas de justiça nas sociedades que não são bem-ordenadas, Habermas (1997) constrói sua teoria assumindo-a como um modelo ideal do processo democrático, no qual é fundamental que todas as pessoas que compõem o campo estejam envolvidas; que todos tenham chances equitativas de participação no processo político; voto de igual peso entre os indivíduos, assim como a mesma possibilidade de influenciar a agenda pública; e o acesso igual a todas as informações que interessam no processo sobre o qual há deliberação. Somente quando há exposição e debate racional de ideias é possível que haja formação de um consenso seguro entre as partes litigantes, o que é aspecto central de sua teoria. Logo, a escolha não é subjetiva, como em Rawls, mas intersubjetiva e construída nas relações na arena pública.

Tanto na arena pública quanto nos meios teóricos já não se ressaltava a necessidade de condições estruturais para existência da democracia, especialmente após os processos de democratização da América Latina e do Leste Europeu. Embora mais amplas do que a concepção de democracia atrelada à economia liberal, podemos notar neste breve resumo que nem a teoria do bem ordenado de Rawls e tampouco a teoria da comunicação de Habermas contemplam a democracia como um valor transnacional e as convulsões locais que pretendiam depor os poderes tradicionais instalados nos Estados do, então, Terceiro Mundo. Os anos 80 trouxeram incertezas no mundo Oriental com a União Soviética dando sinais de desgaste e no Ocidente com os Estados de Bem-Estar Sociais dando lugar às políticas de austeridade neoliberais. Socialmente foi uma época caracterizada pela contradição entre mobilização e institucionalização, pela apatia política do cidadão comum, pela consolidação do processo eleitoral universal como meio legítimo de formação de governos e pelo pluralismo político através da ampliação da participação (SANTOS; AVRITZER, 2002; MOUFFE, 2005). Assim, a representatividade passou a ser o

elemento sobre o qual os teóricos se debruçam, dessa vez acompanhados dos movimentos sociais que trouxeram diversidade de atores e demandas à política e à academia.

2.2 PARTICIPAÇÃO AMPLIADA NA ESFERA PÚBLICA

A evolução da democracia liberal para a democracia representativa marcou o ingresso nos processos de tomada de decisão a presença de múltiplas opiniões em contraponto à exposição de ideias que culminavam na aceitação ou rejeição de uma ideia sem maiores questionamentos e intervenções. Uma democracia é representativa se as opiniões podem ser contestadas e as decisões revistas tanto quanto necessário, além da necessidade de recriação periódica do representante. Ela se diferencia do contrato social que monopolizava à vontade no soberano e extrapola a competição eleitoral pela preferência do eleitor (URBINATI, 2006).

Pode-se dizer que a representação política provoca a disseminação da presença do soberano e sua transformação em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade. Portanto, embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade democrática (URBINATI, 2006, p. 193).

Antes de uma revolução teórica, a democracia como resposta às desigualdades sociais é uma demanda de todos os grupos que, mesmo incluídos nos processos eleitorais, não acessam com equidade os recursos do Estado e do capital. Já havia sido postulado por Marx que o capitalismo produz desigualdades como condição para a perpetuação do sistema e que a manutenção do capital reservado a uma elite é possível pelas dinâmicas institucionais do Estado. O Estado de Bem-Estar Social do pós-Guerra ampliou o número de eleitores, mas também aumentou as condições de participação deste eleitorado ao promover escolarização, autonomia individual e aumento de renda que permitia que parte de suas energias fossem empregadas na política, cujo efeito colateral foi maior controle dos representantes eleitos. As constituições que surgiram após a queda dos regimes ditatoriais e coloniais contemplavam os ideais de participação política ampliada e de garantias de bem-estar para a população, resultado da atuação de sindicatos e movimentos sociais na

garantia de direitos de cidadania, oferecendo legalidade e legitimidade às organizações populares. Uma vez que os grupos sociais gozavam de cidadania, o Estado teve sua responsabilidade como organizador dos conflitos entre múltiplos interesses supervalorizados.

O aumento da demanda não acompanhou em velocidade o desenvolvimento das instituições para que elas abriguem em seus quadros múltiplos grupos de interesses e suas agendas. Nas últimas décadas, o ceticismo orienta tanto a percepção acerca da capacidade regulatória dos governos nacionais quanto em relação às capacidades das democracias convencionais de atrair o cidadão comum para a participação política. É importante destacar que, “democracias convencionais” são:

[...] os sistemas de representação competitiva em que os cidadãos são portadores de direitos políticos, dentre eles os direitos de expressão, associação e sufrágio; os cidadãos manifestam seus interesses por meio do exercício dos direitos políticos, em particular por meio do voto em seus representantes, nas eleições regulares; as eleições são organizadas por partidos políticos rivais e a vitória eleitoral significa o controle do governo, o que dá aos candidatos vencedores a autoridade para moldar as políticas públicas por meio da legislação e do controle que exercem sobre a administração (FUNG; COHEN, 2007, p.221).

Assim, qualquer democracia de massa é, ao menos, minimamente organizada em um sistema de representação competitiva, mas agora os valores democráticos vinculados à participação nos processos de tomada de decisão da vida pública são reivindicados por aqueles que são representados. Diferente da democracia descrita no início do século XX por Schumpeter, a democracia contemporânea já não se sustenta apenas pelo caráter autorizativo da participação popular ou pela hegemonia oligárquica.

Para Fung (2015), a participação pública (em tradução literal, mas pode ser equivalente ao termo “popular”) é fundamental para significar valores-chave da democracia, tais como legitimidade, justiça e governança. Nesta construção, os atores públicos podem ser vistos como parte significativa da solução dos desafios da democracia desde que as instituições tenham dispositivos para ouvi-los, mas também que as condições de acesso às estruturas democráticas não imponham obstáculos intransponíveis ao cidadão comum, *outsider* das agências de poder. Se, por um lado, é um equívoco pensar que as dificuldades sejam apenas estruturais para a

manutenção das oligarquias políticas, por outro ainda não há meio de garantir que as desigualdades econômicas e sociais não interfiram negativamente no ideal de “igualdade” de oportunidades políticas nos sistemas de representação. Mesmo quando normativamente as instituições se abrem aos cidadãos comuns, a tendência é que estes renunciem ao primeiro princípio democrático, a saber a “responsabilidade”, deixando deliberadamente a tomada de decisões para os políticos profissionais, se abstendo do trabalho crítico a respeito do meio. Os sistemas representativos focam mais em mobilizar recursos eleitorais do que em promover a “autonomia política”, ou seja, a capacidade dos cidadãos viverem dentro das regras por eles mesmos criadas. Esse tópico é especialmente caro nas democracias que vieram após longos períodos ditatoriais, na qual as desigualdades e a apatia dos cidadãos tendem a gerar reproduções legitimadas de práticas autoritárias.

Não se ignora nessa teoria os interesses pessoais (subjetividades) ou de grupos (intersubjetividades) atravessem a racionalidade com a qual a decisão política deve ser orientada. Assim como Habermas, Fung e Cohen (2007) também expressam a necessidade do desenvolvimento dos argumentos no processo de participação política como expressão das boas razões coletivas para a tomada de decisão, haja vista que, os argumentos pautados na igualdade, na justiça e no bem comum fornecem elementos de sustentação racionais para que indivíduos e grupos abdicuem parcial ou completamente seus interesses.

Os arranjos participativo-deliberativos e a representação competitiva podem ser transformados e ligados de modo que um reforce o outro. Se tais arranjos tornassem-se uma forma comum de resolução de problemas locais e administrativos, o papel das legislaturas e órgãos públicos centralizados não mais seria o de solucionar diretamente os vários problemas sociais, mas o de apoiar os esforços das várias deliberações participativas, mantendo sua integridade democrática e garantindo sua coordenação. Inversamente, aqueles que participassem diretamente desses novos arranjos deliberativos formariam uma base altamente informada, mobilizada e ativa que realçaria o mandato e a legitimidade dos representantes eleitos e de outros funcionários (FUNG; COHEN, 2007, pp. 233-234).

A razoabilidade entre os participantes não pode ser garantida legal ou normativamente, ainda que esses dispositivos organizem a arena política. Fung (2015) argumenta que ainda não existe um desenho institucional que contemple completamente tais lacunas entre os interesses e o bem comum, mesmo naquelas

democracias desenvolvidas. Se considerar os muitos “*designs* de participação social”, em nenhum deles a participação é intrinsecamente boa, sendo, em geral, a oferta de participação social como meio de transparência e regulamentação das decisões dos representantes políticos. Para avaliar se, de fato, a participação é democrática (no sentido de dar poder à sociedade), deve-se considerar, na visão do autor, se os critérios do “cubo democrático” (*democracy cube*), que são as três faces fundamentais da questão, estão presentes: 1. Quem participa; 2. Como comunicam e tomam decisões; 3. Qual influência sobre o resultado público das ações e decisões.

Michael Saward (2010) propõe uma análise que se aprofunda na questão da representatividade além dos espaços institucionalizados de poder, extrapolando as relações representante/representado. Para ele, os modelos de representação não são a parte mais importante na análise, uma vez que a relação *agent-principal* não é conhecida, já que há profusão de interesses no momento da escolha eleitoral dos representados não é possível de ser conhecida pelo representante. Embora no modelo de Saward os elementos a seguir possam estar presentes ou ausentes, basicamente a dinâmica representativa é composta pelo (1) *maker*, que é um ator individual ou coletivo que se apresenta como (2) sujeito representante da ideia a ser representada, ou seja, de um (3) objeto. Esse objeto sempre diz respeito a um (4) referente e sua reivindicação por representação é oferecida a uma (5) audiência. Note que o *maker* e o sujeito são suas estruturas distintas, na qual o sujeito incorpora os ideais (objeto) a ser representado e cujo propósito é convencer sua audiência.

Essa “virada construtivista” (ALMEIDA, 2018) se dá ao assumir que não existe um espaço representativo a ser preenchido, mas a representação é construída na figura do representante ao mesmo tempo em que a audiência interpreta essa projeção de modo a legitimar ou não a persona do representante, onde a legitimidade política se torna legitimidade democrática. Em Saward (2010) não precisa haver uma elaboração de um espaço político próprio para aumentar a autonomia do representado, uma vez que esse já faz comunicar seus interesses legitimando ou não um representante e está em consonância com os símbolos compartilhados pelo grupo social referido. A representação seria assim, uma ideia dos objetivos que a constituem, antes de ser um fato objetivo. Existem riscos nesse tipo de relação, no qual o próprio autor menciona que no campo do debate é possível alterar ou reinterpretar discursos para colocar os adversários em outros campos contrários aos interesses do eleitor, além de diferenciar o “sucesso” da “legitimidade”. Ou seja,

mesmo que uma demanda alcance uma audiência, sua atuação somente será legítima se o tecido social reconhecer sua legitimidade, ainda que alguns indivíduos não se liguem às demandas desse constituinte específico. Essa relação está mais ligada às transformações no tecido social do que às possibilidades de criação de oportunidade política.

2.3 AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA POLÍTICA COMO POSSÍVEL ESTRATÉGIA NA TEORIA FEMINISTA

Há tendência, nas últimas três décadas, de aumento na participação de mulheres na vida pública, fomentando novas dinâmicas políticas e institucionais além de alimentar o debate sobre governança. O desafio para que a participação pública seja efetiva, legítima e justa ultrapassa o debate sobre a forma como o *design* institucional pode ser pensado para aumentar a participação social de mulheres e outras minorias na política. A experiência nas últimas três décadas mostra que a determinação legal não foi o suficiente para fazer dos espaços políticos mais igualitários e representativos (MANIN, 1995; FRASER, 1997, 2006; PHILIPS, 2001; YOUNG, 2011). Isso suscita um problema político em torno da qualidade da participação política desses grupos que, desde suas origens modernas, não eram considerados como sujeitos de presença legítima nos espaços públicos. Os movimentos sociais desde a metade do século XX optaram por direcionar a discussão em torno da necessidade da participação desses grupos nos temas centrais da gestão pública, ao mesmo tempo em que protagonizam uma agenda voltada para a sua definição como sujeito com um esforço de dominar a própria narrativa (FRASER, 1997; 2001; 2007).

Celi Pinto (2010) atesta que, embora incontestáveis as vitórias do movimento feminista na política e em seus reflexos na sociedade, as mulheres ainda não foram sistematicamente encorajadas a ingressar na arena política. Na sociedade brasileira a estrutura opera de dois modos mais sistemáticos no desencorajamento político feminino: o fosso da desigualdade social e uma rígida hierarquização no acesso aos direitos básicos. Claramente a dinâmica democrática liberal não operou para minimizar o acesso desigual a cidadania – e, isso é obviamente um problema – mas, ainda assim, mulheres empoderadas acessaram o poder. A pesquisadora mostra como é importante que se dê espaço seguro, constitua redes de apoio e voz para que

essas mulheres compartilhem suas experiências e para que outras mulheres se sintam encorajadas a segui-las, porque somente as mulheres são capazes de construir essas condições para outras na prática. Há que se superar as dificuldades organizacionais de um movimento tão difuso quanto o movimento feminista.

A proposta que este trabalho defende é que as mulheres que já integram os círculos de poder sejam as vozes que orientam a teoria política feminista, que elas contêm como superam barreiras que o próprio jogo impõe em suas trajetórias políticas. É preciso que mulheres conscientes sobre seu papel como atrizes nesta arena e que saibam da importância da construção da imagem e do discurso possam convencer e ensinar outras mulheres a participar da política nas diferentes esferas do Estado, aproveitando os espaços múltiplos de pertencimento que a democracia liberal usualmente oferece. Urge entender e reproduzir, tanto quanto possível, as estratégias que essas mulheres utilizaram para alcançar seu espaço político para que mais mulheres ocupem os espaços políticos, mas também para sensibilizar a adesão das mulheres, de forma geral, à pauta feminista.

Incentivar mulheres a compor quadros políticos e ocupar espaços no Estado existe o risco de cooptar mulheres não identificadas com a agenda feminista, mas Phillips (2001), Pinto (2003, 2010) e Matos (2009, 2010) entendem que mesmo divergente, mais mulheres na arena política sensibilizaria as decisões sobre as desigualdades e opressões de gênero. O risco é válido, uma vez que as autoras mencionam que é impossível que uma transformação política, no sentido de dar condições igualitárias de acesso ao poder para as mulheres, não se faz sem a política da presença. Elas defendem que a representação de mulheres nas esferas de poder é uma das condições para que as reformas e ações do sistema político se sensibilizem com as questões femininas.

As dificuldades estruturais para que a política da presença se estabeleça quanto à agenda feminista são lembradas por Phillips (2001), assim como Young (1988), em que o estabelecimento de condições de acesso diferenciado para grupos que não encontram representatividade no corpo político ainda esbarram nos interesses e na reivindicação da presença de outros grupos sociais marginalizados ou radicais e que o *establishment* não se considera seguro suficiente sobre o potencial de contenção dos danos desses grupos dentro da arena política e dos círculos de poder. Isso porque o imaginário social pode entender que são privilégios a demanda

por condições que mitiguem os elementos de barreira à presença das mulheres na política e fortalecer a demanda pela presença de grupos indesejados.

O movimento precisa assumir sua dinâmica cultura da política de reconhecimento, sua dinâmica social questionadora das opressões (que são transversais) e sua dinâmica política. O resultado da adoção das costas eleitorais mostra que somente garantias legalistas e propostas reformistas do sistema político não foram suficientes em mais de 20 anos porque as mulheres não conseguem ultrapassar barreiras estruturais como acesso desigual aos direitos e recursos, dificuldade de estabelecer uma rede de apoio pessoal e política, maternidade, o imaginário social sobre a figura da mulher na sociedade e do político, somente para citar os desafios mais gerais. Por isso entendemos que a trajetória de mulheres deve ser uma das estratégias na Ciência Política que conduzem ao entendimento da presença das mulheres com agendas feministas na política, mas também para a construção dos espaços seguros, uma vez que não buscamos individualidades, mas similaridades entre casos de sucesso de mulheres dentro das estruturas estatais que possam sugerir um curso de ação e uma rede de apoio e estratégia.

No campo teórico, essas questões também dizem respeito ao movimento feminista em lugares do mundo. Nancy Fraser (2001, 2002, 2007) e Iris Young (1988, 2012) desenvolveram duas teorias sólidas que oferecem caminhos interessantes sobre a prática feminista no Estado, um caminho onde teoria e prática política se encontram. Em comum a percepção que o Estado é garantidor do acesso das mulheres às decisões políticas ao mesmo tempo em que o Estado, enquanto instituição (ou o conjunto delas) não é neutro. Ou seja, o Estado e a política são influenciadores e influenciados diretamente das/pelas práticas sociais, sendo campos que perpetuam práticas desiguais ou responde estruturalmente de modo insensível as práticas opressivas. Portanto, a teoria feminista não fala individualmente às mulheres; ela busca construir aspectos não opressivos e igualitários numa perspectiva de justiça, democracia e política.

Situado nessa relação ambígua e complexa entre teoria e prática política, o debate feminista tem se confrontado com a permeabilidade desigual das democracias à participação de indivíduos e grupos; as configurações excludentes da esfera pública e suas hierarquias; as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública; a institucionalização e efetivação desigual do acesso a direitos de cidadania nas democracias contemporâneas; os critérios para a

definição de princípios de justiça; os limites e o escopo do Estado como garantidor e como violador de direitos; as condições para a vocalização dos interesses de grupos subalternizados. Não se trata de apresentar uma lista ampla ou prioritária de temáticas, mas sim de deixar desde já estabelecido um ponto: o foco das teorias feministas não é específico (as mulheres, o feminino, a agenda feminista); tratam de política, de democracia, de justiça (BIROLLI, 2017, pp. 175-176).

Independente da abordagem feminista, um problema central na relação dos feminismos com o Estado é a pauta da política do reconhecimento. As múltiplas identidades do feminismo – marxista, liberal, negro, lésbico, popular, entre outras – também multiplicou as práticas políticas e as arenas de disputa pelo poder, seja eleitoral, seja institucional. Tais vertentes, associadas ou não, buscaram interferir nas políticas de Estado, levando a agenda feminista para as discussões públicas, cujas estratégias variavam entre privilegiar pela incorporação de agentes feministas dentro dos cargos públicos para produzir resultados feministas (*Statefeminism* ou Feminismo Estatal) ou manter-se deliberadamente fora da dinâmica estatal (Feminismo Autônomo), cujo prejuízo é estar a par dos recursos políticos, mas mais próximos às mulheres que estavam à margem do alcance do Estado e com maior autonomia crítica quanto participação em estruturas que perpetuam desigualdades e opressões. Ambas as vertentes antagonizam quanto à presença no Estado, mas se complementam nas arenas sociais e nas conquistas do movimento. Como o foco é a relação das mulheres dentro do Estado, nos próximos parágrafos priorizo as discussões teóricas do feminismo estatal.

Em relação à presença do feminismo no Estado, concentro a discussão no entre a teoria binária de Nancy Fraser (2001, 2007) e as críticas tecidas por Iris Young (1988, 2012). Não há uma conclusão sem contradições ou dilemas sobre a Teoria Crítica proposta por ambas ou uma teoria que seja superior a outra, mesmo porque as autoras foram elaborando suas colocações ao longo das críticas e dos anos. A relevância dessas teorias está no fato de que, não há, ainda, teoria ou experiência que tenha conseguido resolver os dilemas quanto ao desenvolvimento da política de reconhecimento que não comprometa, segundo os princípios democráticos, as identidades dos grupos e sujeitos. Além disso, ambas são referências teóricas sobre representação e presença em sistemas democráticos, base dos estudos de teóricas de política feministas brasileiras, tais como Pinto (2003, 2010), Matos (2010) e Birolli (2017).

O desenvolvimento da Teoria Crítica do feminismo também é fundamental na construção das estratégias que o movimento feminista se ocupa ao compor o Estado, ou menos na decisão de algumas atrizes ou vertentes de se manter autonomamente em relação às instituições estatais. Para a discussão, as teorias elaboradas por Nancy Fraser e Iris Young exemplificam a dificuldade em estabelecer um equilíbrio entre representação e justiça social, independente da tradição teórica política que se assume como referência.

2.3.1 A Bivalência em Nancy Fraser

Na trajetória acadêmica de Fraser, as questões da representatividade e o movimento feminista se orientam por um viés marxista de transformação das estruturas opressoras da sociedade. Ressalto que não é uma mera aplicação da teoria marxista aos dilemas encontrados pelas mulheres na sociedade e no poder, mas uma sofisticação teórica cujo objetivo é fazer do movimento feminista uma poderosa ferramenta social transformadora. Isso porque Fraser apresenta uma visão “pós-socialista” da sociedade contemporânea, na qual valores como globalização, transnacionalidade e integração suprimiram os ideais socialistas baseados na luta e opressões entre as classes.

Nancy Fraser (2007) estabelece o conceito de *Zeitdiagnose* como a observação das condições históricas e geográficas do feminismo para a elaboração de um projeto de feminismo atualizado com as demandas de um mundo globalizado. Isso porque Fraser assume que, desde o fim dos anos 80, o feminismo tomou um curso de ação que o apartou das lutas políticas por equidade e justiça econômica, assumindo a política de identidade pautada no **reconhecimento** das diferenças. Essa alternativa tornou a mudança cultural mais relevante como pauta do movimento do que os projetos de igualdade político-econômica e de justiça distributiva. A consequência deste curso de ação é a identificação da subordinação de gênero como produto cultural, enquanto negligenciava os danos da concentração de poderes políticos e econômico para homens da elite. Os círculos feministas, seduzidos pela demanda do reconhecimento da diversidade das mulheres e de seus direitos, não lidaram com a questão do afastamento entre a práxis e a teoria para problematizar a presença de mulheres em espaços de poder.

Nesta dinâmica, as questões avaliadas como opressão por gênero partem de um lugar naturalizado, não pela biologia, mas pela cultura ou socialização, como se os comportamentos fossem naturalmente masculinos e femininos. Lopes (2006) mostra que as mulheres quando se inserem em espaços de poder, mesmo quando questionam a ausência de membros do sexo feminino nesses espaços, acabam por assumir uma via de menor confronto incorporando a retórica conservadora de “talentos únicos” para atividades usualmente assinaladas como feminina, como saúde, nutrição e infância. Como consequência se constroem espaços privilegiados onde há garantia de acesso ao mesmo tempo em que esses espaços se tornam segregações ou limitadores da atuação feminina para outros campos políticos, especialmente sobre o acesso daqueles espaços onde as tomadas de decisões afetam todo o corpo social. Uma vez assumidos, esses lugares de acesso privilegiado não são problematizados, especialmente do ponto de vista político, de modo a permitir a presença de mais mulheres de diferentes origens e trajetórias em espaços de poder.

Paralelamente à eficiência da política de reconhecimento ou dos impactos desta na mitigação das injustiças sociais de ordem econômica, outro debate que se instalou nos círculos feministas é sobre como a presença das mulheres que assumem uma agenda feminista deve ocorrer no Estado. Não somente o movimento feminista, mas outras lutas identitárias também passaram a fazer de aspectos culturais uma questão política no mundo globalizado. Esta “politização generalizada da cultura” (FRASER, 2002) desligada da busca pela justiça social acabou por deixar o ambiente das lutas por reconhecimento sectarizadas, eclipsando as necessárias práticas econômicas redistributivas, por vezes gerando estranhamento entre reconhecimento de identidade e justiça social. De todo modo, a agenda contemporânea se desenvolve em torno das possibilidades do Estado de Bem-Estar Social e das críticas a esta configuração, embora haja divergências entre as correntes do movimento feminista sobre como a integração ao Estado deve ocorrer.

Em sua análise do movimento feminista norte-americano (*Zeitdiagnose*) a autora compreende que as transformações políticas nos anos 80 com os Estados de bem-estar social fizeram com que a discussão dos movimentos sociais fosse cooptada pela propaganda neoliberal de que o acesso aos direitos sociais ocorreria de modo igual aos grupos que estivessem representados na política.

Pode-se argumentar que esse *Zeitdiagnose* reflete uma perspectiva limitada, estadunidense e primeiromundista. Mas não creio que o seja. Ao contrário, a tendência das demandas pelo reconhecimento de eclipsar as demandas por distribuição foi geral, até mesmo mundial, apesar de o conteúdo dessas demandas diferirem. [...] O sucesso na manutenção desse perfil ocorreu não na busca de mitigar as iniquidades econômicas, mas na superação das hierarquias – através de políticas antidiscriminatórias e/ou multiculturais (FRASER, 2007, p. 298).

Os avanços feministas foram inegáveis quanto à presença no Estado, mas insuficientes para alterar outras estruturas opressoras que influenciam diretamente nas questões de gênero. O foco na política de reconhecimento, expressa nas múltiplas identidades feministas que adentraram o campo político, desviou a atenção das diferenças econômicas e das opressões de classe e, como efeito, afastou o movimento das mulheres que vivem em extratos marginalizados pela política, como imigrantes e trabalhadoras. O feminismo, defende Fraser (2002, 2007), deve superar as barreiras nacionais para que a justiça social não seja um produto limitado ao alcance das instituições nacionais. É uma correção necessária porque, mesmo não sendo intenção dos movimentos feministas, o resultado dessas conquistas limitadas às alternativas institucionais foi um “mau enquadramento” da justiça social, já que o feminismo falhou em oferecer às mulheres vítimas de outras opressões – como raça e classe – ou àquelas nas periferias do capitalismo algum sentido ou elementos para transformar as estruturas que se inserem.

O mau enquadramento surge quando o quadro do Estado territorial é imposto a fontes transnacionais de injustiça. Como resultado, temos divisão desigual de áreas de poder às expensas dos pobres e desprezados, a quem é negada a chance de colocar demandas transnacionais. Em tais casos, as lutas contra a má distribuição e o não-reconhecimento não são levadas adiante, e menos ainda são bem-sucedidas, a não ser que se liguem a lutas contra o mau enquadramento. O mau enquadramento, assim, emerge como alvo central da política feminista na sua fase transnacional (FRASER, 2007, p. 304).

A injustiça deve ser reconhecida em duas formas analíticas, que é a injustiça econômica, típica da estrutura político-econômica, e a injustiça cultural, que diz respeito aos padrões de representação e comunicação da cultura. A redistribuição e o reconhecimento são duas estruturas cruciais para superar injustiças sociais: a primeira altera o quadro político para redistribuir os recursos e a segunda altera os

quadros culturais para que identidades múltiplas sejam reconhecidas como de direitos. Elas são cruciais na terceira onda do feminismo para restaurar o equilíbrio necessário entre as pautas das injustiças socioeconômicas e das injustiças culturais.

A redistribuição é importante como pauta porque, no entendimento de Fraser, as injustiças são frutos do acesso desigual aos recursos sobre o simbólico, as representações e presença e também as tendências desconstrutivistas dos padrões de gênero. O problema que Fraser (2001) levanta é o dilema da redistribuição-reconhecimento. A exploração da classe trabalhadora exige uma “transformação redistributiva” de recursos que “desdiferencia” os indivíduos enquanto a opressão de gênero e sexualidade exige uma “transformação afirmativa”, que reconhece o que “diferencia” os indivíduos em *status*, não em identidade. Isso caracterizando a **bivalência** dessas coletividades oprimidas. Ou seja, o problema é, concomitantemente, político e cultural, sem que qualquer uma dessas duas estruturas seja derivada da outra. Elas são primárias, cooriginais e exigem “remédios” distintos, porém simultâneos.

Fraser (1997) comenta a relevância do trabalho de Young, mas discorda da possibilidade de que reconhecimento e redistribuição possam ser trabalhados segundo a perspectiva de que as injustiças são formas de opressão e, por isso mesmo, não seria possível distingui-las entre aquelas de caráter econômico e aquelas de caráter cultural. A crítica se baseia no fato de que, na percepção de Fraser, embora Young não faça uma distinção entre as opressões, sua busca por soluções que contemplem a questão do reconhecimento (implícita nas demandas dos movimentos sociais) não contemplem abordagens das injustiças impostas pelas políticas econômicas. Para Young, não há distinção, como exposto no próximo tópico, entre as injustiças culturais e simbólicas e as injustiças econômicas e políticas. Mas Fraser argumenta que, embora tenha tentado se eximir da dualidade das injustiças às quais as minorias estão expostas, as categorizações das injustiças levantadas por Young distinguem, ainda que modo não designado, diferenças entre os dois tipos de injustiças.

2.3.2 A interseccionalidade histórica e a impossibilidade da imparcialidade da justiça social em Iris Young

Assim como Nancy Fraser, Iris Young reconhece em sua teoria que há demandas – como direitos, oportunidades e (auto)respeito – que não são redutíveis ao paradigma distributivo tal qual os bens materiais e que, portanto, parte dos movimentos sociais, inclusive o movimento feminista, adotou uma estratégia equivocada em assimilar a lógica distributiva aos elementos que obedecem a lógicas culturais, de modo a capitalizar as demandas surgidas em virtude do Estado de bem-estar social. A justiça social também é entendida como uma pauta a ser levantada por todos os movimentos sociais, todavia Young (2012) propõe categorias analíticas diferentes sobre os elementos que compõe o dilema redistributivo por considerar que não existe possibilidade desses conceitos serem trabalhados de modo transcendental, ou seja, que sublima as diferenças de contexto sócio-histórico ou as subjetividades das quais os indivíduos são constituídos.

A abordagem de Young é relacional, histórica e socialmente situada. Essa visão coloca a opressão como conceito central de sua teoria, definida por ela como processos sistemáticos limitadores do autodesenvolvimento dos indivíduos, quer seja sobre o aprendizado e uso de habilidades socialmente valorizadas, quer seja sobre suas capacidades comunicativas ou expressivas. A autora identifica cinco formas de opressão, a saber: exploração, marginalização, falta de poder, imperialismo cultural e violência. Por isso, a opressão está vinculada às estruturas, não sendo distinta pelo seu caráter econômico ou cultural. A dominação é diferente de opressão e diz respeito aos limites sobre a autodeterminação dos indivíduos, dificultando seu acesso aos espaços políticos e de decisão (YOUNG, 1988).

Assim como Fraser, Young (1990) também percebe que a universalização e as agendas voltadas para integração institucional no Estado favoreceram as narrativas de grupos dominantes, mascarando como esses grupos, ao seguir as regras que seriam universais do jogo político, têm suas estruturas hierárquicas de tomada de decisão mascaradas pela “imparcialidade”, ou pelo menos do ideal de imparcialidade almejado pela superação das posições políticas concretas desses atores, o que cumpre uma função ideológica dominadora e opressiva. Porém, para Young a solução para a subjugação das estruturas hegemônicas não passa pela separação dos “remédios” entre objetos culturais e econômicos, nem mesmo como proposta teórica,

porque não é possível separar as demandas político-econômica e simbólica cultural, uma vez que as lutas culturais são diretamente afetadas pelas lutas econômicas. Mais do que isso, a política de reconhecimento é um meio de alcançar a justiça social, não um fim em si mesma como uma luta autônoma em relação à economia. Na visão de Young, Fraser (2001) assume essa separação como uma forma de tornar possível a distinção das políticas de reconhecimento que possibilitariam as políticas transformação econômica.

Young (1990) e Fraser (2007) atribuem valor significativo à participação de atores afetados pelas desigualdades dentro dos círculos democráticos de decisão, embora Young destaque que essa participação é transformadora apenas se organizada segundo seu contexto sócio-histórico. Em uma crítica direta a Fraser (2001) sobre a separação entre pautas econômicas e culturais, Young (2012) acredita que as categorias em debates devem ser estendidas e interseccionalizadas, abrangendo também outros movimentos sociais e suas demandas. O multiculturalismo desse arranjo pode implicar em sobrevalorização de diferenças que deveriam, contudo, ser eliminadas. Isso porque existe o risco das múltiplas vozes e perspectivas em disputa pelos recursos e por reconhecimento pode recorrer ao essencialismo de suas perspectivas ao mascarar no conceito de cultura, demandas e posições que precisariam ser revistas. Contudo, Young (2012) se antecipa as críticas expondo que os grupos de minorias conseguem se auto-organizar e se defender deste ruído, bem como constituiriam resistência à tentativa de grupos de poder (considerados porque também são parte do espaço democrático) de cooptar e dirigir as demandas das minorias.

2.4 PRESENÇA, REPRESENTAÇÃO E PERFORMANCE: AS CATEGORIAS DE MICHAEL SAWARD E NANCY FRASER NO MAPEAMENTO DO LUGAR POLÍTICO DOS(AS) REPRESENTANTES

Moisés e Sanchez (2014) apontam que a presença da mulher no espaço político é abordada sob duas perspectivas, sendo uma que evoca princípios de justiça e reconhecimento, abordagem amplamente difundida, inclusive fora do contexto acadêmico. Essa abordagem reconhece como antinatural e antirracional a exclusão das mulheres dos espaços políticos, o que seria uma vitória antropológica e biológica ao reconhecer que as habilidades necessárias à presença na vida pública não

estavam atreladas ao gênero. Esse reconhecimento promoveu importantes passos legais e normativos para que a presença feminina fosse possível na política, mas não garantiu que as instituições não operassem de modo a dificultar o ingresso e a permanência das mulheres, principalmente daquelas que promovem uma agenda feminina/feminista. Isso porque as instituições não são neutras como elas se pretendem, reproduzindo as relações de poder que marcam a sociedade.

Ademais, os efeitos dessa assimetria resultaram no primado das concepções, interesses e prioridades masculinas (Franceschet, 2011). Por outras palavras, a ausência de mulheres em cargos de representação ou de implementação de políticas públicas tem de ser tributada à existência de discriminação contra elas, mesmo quando essa discriminação não está institucionalizada (MOISÉS; SANCHEZ, 2014, p. 91).

Em resposta ao processo discriminatório e perpetuador das estruturas de dominação masculinas, os movimentos feministas investiram na narrativa política do reconhecimento, conforme aponta Fraser (2001; 2002; 2007; 2009). A autora é taxativa quando se refere à segunda onda feminista como promotora de uma revolução cultural na qual discriminação salarial, assédio sexual e moral ou tráfico sexual são elementos dos quais o discurso do senso comum se opõe, mas isso é insuficiente para acabar com tais práticas, porque elas estão enraizadas nas instituições que estruturam a sociedade. Entre outros fatores, a cooptação do feminismo pela tecnoburocracia tem raízes na relação que algumas vertentes do movimento estabeleceram com o Estado quando esse se abriu aos grupos sociais “*outsiders*”. A intenção era infundir valores feministas nas estruturas das instituições para transformá-las em agentes de difusão da justiça de gênero. O problema é que essa transformação se provou retórica, já que as instituições se erguem sob pilares tradicionais do poder e do machismo, e uma transformação no topo não pode surtir efeitos nessas bases solidificadas pelo tempo.

Retomando Moises e Sanchez (2014), outra perspectiva sobre a presença da mulher na política se concentra na legitimidade das instituições representativas que dificultam a presença equitativa da mulher, o que afeta o desempenho institucional, mas também se fecha a representação de um importante grupo social. Saward (2010) tende a pensar na questão do ponto de vista simbólico, já que, para o autor, a mulher desempenharia funções mais éticas no sistema político. Esse pode ser um erro de

análise sobre a presença da mulher no espaço público, já que aspectos éticos também podem ser falhos em relação a elas, mas também, segundo o próprio Saward (2010), a presença da mulher seria um contraponto às práticas nocivas a vida pública já arraigadas nos homens por elas terem experiências de vida e de socialização distintas. Fraser (1997) rejeita esse postulado, conforme descrito acima, haja vista que as instituições não podem ser transformadas pela simples presença feminina e a mudança cultural que ela gera, já que em suas bases o comportamento patriarcal reprodutor de desigualdades permanece. É pelo olhar de “reforma” ao invés de “demolição”, voltado muito mais aos comportamentos públicos do que a ruptura com um sistema desigual que as instituições absorvem mulheres, mas elaboram engrenagens para excluí-las dos postos de controle.

Um ponto importante de convergência entre Fraser e Saward é trabalhado também por Urbinati (2006, p. 193), a saber, que o decurso eleitoral coloca na arena as ideias de representação, mas não necessariamente promovem o representante, conformando um governo que se pode chamar “*responsável e limitado*”, mas não um governo *representativo*. A democracia representativa só existe quando representações diferentes e competitivas são colocadas em campo para que o povo possa escolher, e para isso é necessário multiplicar os pontos de tensões de discursos. E, nesse aspecto, os três autores divergem mais uma vez: para Urbinati (2006) a presença política está na ampliação da capacidade de vocalização das concepções de justo ou injusto por parte dos representantes, enquanto para Fraser não é possível alcançar tal presença dentro das dinâmicas patriarcais, já que a representação de mulheres e outras minorias servem mais ao objetivo neoliberal de manter interesses conflitantes apaziguados do que mitigar as desigualdades.

Biroli (2017) sugere que o foco das representantes feministas não seja as teorias feministas e sua agenda, mas ideais mais amplos como justiça, democracia e política. A autora estende a presença da mulher no espaço público ao dar ênfase à natureza moralizante da vida privada, sendo esses dois espaços inseparáveis e origem do apelo materno que a presença da mulher evoca na vida pública. A coação pela atuação ilibada (o que lembra a defesa de Saward exposta acima sobre a presença da mulher no espaço público), pelo caráter cuidadoso e materno e pela manutenção da vida privada nos mesmos moldes de responsabilidades que as mulheres que não se dedicam às atividades públicas são formas de coação e constrangimento da atuação dessa mulher na política ou mesmo de seu desejo de

ingresso no meio. Se a democracia carece de valores como liberdade, justiça e autonomia, conforme expressaram os autores até aqui, então essa coação, ainda que não violenta, é suficiente para demonstrar a baixa qualidade da democracia.

É possível notar que Biroli e Saward partem do princípio de que a representatividade é construída no representante, não só pela percepção da multiplicidade de interesses existentes no tecido social, mas também por considerarem que a persona do representante é construída para responder anseios dos representados. Aqui se refere a um passo anterior ao que a própria Biroli e também Urbinati compreendem como “vocalização”, ou a possibilidade de colocar na arena suas pautas e construí-las como argumentos para o debate. A própria Nancy Fraser entende que é possível essa construção da representação, contudo ela não é desejável se seu objetivo é apenas pertencer aos espaços institucionais do capitalismo.

Biroli (2010) relaciona a baixa presença das mulheres em situações de poder na mídia com sua baixa presença política. Os estereótipos de gênero são fundamentais para a manutenção das mulheres nos espaços privados e dos homens no espaço público, papéis esses que não somente são diferenciados, como são hierarquicamente distintos. A autora consegue estabelecer uma correlação entre as narrativas construída nos noticiários e a determinação dos personagens que têm voz ativa sobre a realidade. Essa narrativa não é natural ou dada, mas naturalizada pelo jornalismo quando seus produtores entram em contato com outras realidades sociais e dela tiram sua interpretação de mundo. Esta é uma escolha de relevância que mira naqueles atores que exercem autoridade sobre o público e que, por isso, serão replicados e reproduzidos, enquanto outros grupos seguem marginalizados. Ao mesmo tempo em que se forma pelo contato com a audiência, a mídia também forma a audiência, um ciclo capaz de perpetuar nos lugares de poder e vocalização os mesmo grupos ou indivíduos.

A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens”. As mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam, naturalmente, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade. A crítica feminista e a atuação política a ela correspondente confrontam-se com práticas e valores patriarcais que se atualizam, tendo como um de seus eixos a afirmação do

desinteresse feminino pela política, o silêncio sobre a atuação pública das mulheres e, no limite, a reprodução de estereótipos de gênero (BIROLI, 2010, p. 48).

Nesse trecho é possível lembrar que Fraser sobre a impossibilidade de transformar as estruturas estando dentro delas, especialmente se o lugar ocupado for uma zona de participação controlada determinada pelo poder dominante. Mas é possível também pensar em Iris Young ou Pateman que afirmam que os estereótipos de gênero são criados e sustentam a concepção do contrato liberal de representação, de fundo patriarcal e sustentado na subordinação feminina como se a manutenção de seu papel privado estivesse atrelada a condição de sucesso dos agentes da vida pública.

No limite, usando os conceitos de Saward, muitas mulheres quando ingressam na vida pública utilizam desses estereótipos para se legitimar perante a audiência ansiosa por representação feminina ao mesmo tempo em que não está disposta a fazer alterações estruturais severas nas bases patriarcais das instituições sociais. Com a legitimação conferida pela audiência – uma vez que essas mulheres emulam valores considerados femininos como maternidade, cuidado, ética ilibada e docilidade, em suas pautas e comportamentos – o sucesso ao acessar as zonas de pertencimento preestabelecidas é mais rápido e menos questionado.

A legitimação perante a audiência também é possível quando as mulheres emulam em sua persona política características que contestam o estereótipo feminino socialmente aceito, utilizando linguagem mais afirmativa que indicam rupturas com o jogo patriarcal. Porém, mesmo que elas alcancem o sucesso ao acessar as estruturas formais de poder, seu discurso carecerá de legitimação quando, em virtude desse acesso, sua audiência se tornar mais ampla e menos disposta a rupturas. Essas mulheres estarão mais sujeitas aos entraves impostos pelas instituições do que aquelas que se identificam, mesmo que apenas como construção de sujeito, com as bases patriarcais.

Iris Young (2006) traz uma análise interessante sobre a expectativa, ou mesmo a necessidade, que os grupos minoritários constroem em relação à presença nos espaços públicos. Isso acaba canalizando na figura dos representantes uma expectativa de “co-presença”, no qual aqueles que têm afinidades com um grupo representado no espaço público se sentem parte da discussão, uma presença “metafísica”, através do seu representante. O representante é a incorporação da voz

do representado, uma fusão estimulada pelo entendimento da presença política como o espaço de fala, avaliando a democracia pelas possibilidades de comunicação de ideias.

A questão é que essa representação ideal na qual o porta-voz é a expressão dos interesses de um grupo também é uma ficção, tal qual Saward (2014), Fraser (2009), Urbinati (2006) e Biroli (2010) já assinalaram, porque os grupos não são homogêneos e as perspectivas de bem-comum são atravessadas pelos interesses e subjetividades de seus membros.

Em vez de interpretar o significado normativo da representação como o ato de propriamente pôr-se pelos eleitores, devemos avaliar o processo de representação de acordo com o caráter do relacionamento entre o representante e os eleitores. O representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar de alguma forma conectado a eles, assim como os eleitores devem estar conectados entre si. Os sistemas de representação, por vezes, deixam de ser suficientemente democráticos não porque os representantes deixam de se pôr pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles. Nas democracias de massa modernas, as relações entre representantes e eleitores de fato se rompem facilmente: o difícil é mantê-las (YOUNG, 2006, pp. 149-150).

Com isso, é possível notar que os autores aqui expostos concordam na contradição teórica que é fomentar espaços políticos para representantes de grupos minoritários, entre eles as mulheres, uma vez que seria uma contradição teórica assumir a possibilidade de um representante “ideal” nos espaços democráticos, já que dentro dos grupos sociais há muitas divergências de interesses subjetivos. Há um traço comum também entre esses teóricos sobre como “presença” se confunde com “voz”, ou seja, como os grupos se sentem representados por ter alguém “falando e agindo como eles no espaço público”.

Representação e reconhecimento se confundem, mas podem trazer efeitos colaterais como a emulação por parte dos representantes de características que criam afinidade com o grupo que se deseja ser porta-voz – apontado centralmente por Saward (2010; 2014), mas também mencionado por Biroli (2010) – e uma não-defesa dos interesses destes grupos quando os representantes são presos em espaços privilegiados de atuação, do qual as demandas dali não saem, constituindo uma agenda periférica ou quando eles se utilizam de estereótipos para conseguir legitimidade dentro do tecido social, impondo uma revolução cultural que atinge os

discursos, mas não altera as estruturas que mantêm as desigualdades, como aponta Fraser (2001; 2007; 2010).

Até este ponto percebemos que há forte vinculação entre a performance e a legitimidade dos representantes políticos. Isso é mais visível nas condições de competição eleitoral, na qual os candidatos se esforçam para se parecer com a audiência e se conectar a ela, uma transformação metafísica da voz das demandas de grupos no espaço público. A própria natureza eleitoral é performativa por exigir que o candidato se destaque entre um sem-número de concorrentes com propostas semelhantes ou diametralmente opostas, o que pode ser um conflito não desejado para um momento tão publicizado.

Todavia, o espaço público de representação nas democracias não é ocupado apenas pelos representantes eleitos, mas também por políticos profissionais e burocratas, além dos espaços de decisão reservados à sociedade civil fora do contexto eleitoral mais amplo. Nessa categoria podemos encaixar os Conselhos de Saúde como importante espaço de presença feminina na vida pública

2.5 CONSELHOS DE SAÚDE E PRESENÇA FEMININA

Para abordar esse tema começo com o conceito “política de reconhecimento” de Nancy Fraser (2007). Essa foi uma opção quando a geração da segunda onda do feminismo percebeu que não era capaz de romper os quadros de desigualdades socioeconômicas e encontrou no estado de bem-estar social uma forma de estabelecer uma política de mudança cultural que valorizassem as diferenças, o que se tornou a prioridade. Agora as pautas feministas não se situam como parte da luta pelas desigualdades impostas pelo capitalismo, mas pela demarcação pública da identidade feminista e das implicações de “ser mulher”.

Segundo a autora, mesmo com os cenários políticos e sociais mais desiguais, as demandas de reconhecimento eclipsaram as demandas por justiça distributiva. Ou seja, cooptadas pelas instituições, as feministas falam para si mesmas como representantes das mulheres, se advogam esse reconhecimento, mas não se percebem anômalas em relação às outras mulheres marginalizadas como as que são mais pobres e negras, que sempre estiveram no mercado de trabalho e têm no impedimento financeiro e discriminatório, a real dificuldade de seu progresso social. Ou ainda, das evangélicas, que seguem outro código moral, muito mais afeito ao

patriarcado e que, para alguns indivíduos, oferece uma rede de legitimidade, proteção e seguridade que o feminismo e seu confronto do patriarcado não oferecem. Ou seja, aqui o ganho do sujeito é superior aos ganhos de sua identificação como pertencente a um grupo socialmente disruptivo.

Essa questão é importante porque quando uma mulher resolve se travestir da persona política de uma revolucionária cultural, ela cria uma identificação profunda com um grupo social restrito, o que pode levar o questionamento de suas atividades políticas, como se ela representasse somente alguns e não a totalidade das mulheres; sabemos aqui que essa representação total é uma ficção do ponto de vista teórico, mas ele ainda opera como estrutura discursiva.

Quando candidatas aos cargos representativos, isso surte efeitos, uma vez que, especialmente os postos legislativos, representam grupos de interesses. Mas quando essas mulheres que advogam suas identidades como feministas vão para as arenas diretas de tomada de decisão, cuja função é estabelecer um parecer, como no caso dos Conselhos de Saúde, essa identidade é problemática quanto à legitimidade.

Esclareço que aqui não trabalho com o “dever ser”, mas com “o que é”, e esses espaços estão situados dentro de uma estrutura patriarcal e neoliberal, que veem na presença feminina um apelo de participação política e, ao mesmo tempo, de reforço de estereótipos. Acrescento aqui o estereótipo do “feminino” exposto por Biroli (2010) como sinônimo de cuidado, de maternidade, de ética, mas também aquelas que se advogam lugar como feministas servir como o oposto a esse estereótipo, reforçando o senso comum que as categorizam como “raivosas”, “antifamília”, “promíscuas”, etc.

Nesse sentido, as categorias de Seward (2010; 2014) podem fornecer um guia do que podemos mapear e contrapor os resultados aos percalços relatados pelas entrevistadas como impostos pela estrutura institucional. Assim, as categorias “*maker*”, “sujeito”, “objeto”, “referente” e “audiência” podem servir como referências, enquanto de Fraser e de Biroli foram fornecidas as noções de reforço dos estereótipos de gênero e do empreendimento de revolução cultural ante as desigualdades sociais e econômicas. Todos esses estudos aqui apontados servirão de luzes para que possamos refletir sobre o papel das mulheres na estrutura política brasileira.

3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Os dispositivos incorporados às leis brasileiras não foram capazes de mitigar as desigualdades em torno da presença da mulher na política. As instituições governamentais ainda são dominadas por homens e o comportamento social no país ainda segue práticas patriarcais de dominação feminina. As cotas de ingresso nos cargos públicos, representativos ou não, têm como objetivo diversificar o perfil dos tomadores de decisão, e, na prática, permitiu que indivíduos ingressassem nas estruturas de poder (“Sucesso”, segundo Saward), mas não ocorreu o mesmo com os grupos (“Legitimidade”).

Nem sempre o indivíduo representa os interesses dos grupos que eles pertencem, mesmo porque exige consciência crítica para notar as dinâmicas de desigualdade. O acesso a esses cargos, seja via política eleitoral e partidos, seja pelos Conselhos e terceiro setor, ainda está submetido às desigualdades sociais, como acesso aos recursos e legitimidade, nos quais ficam explícitas que o discurso de igualdade de gênero foi assimilado pelas instituições, mas seguem as práticas de silenciamento e abusos.

Sabemos que, em geral, a representação nos cargos eletivos fica a cargo de figuras com características específicas: branca, masculina, cristã, heterossexual e classe de média alta/rica. Essa questão também passa pela construção da autoimagem da mulher, ou seja, sobre como essas mulheres se enxergam e como elas pretendem ser publicamente reconhecidas. O que podemos perceber na fala das entrevistadas ao longo do trabalho.

Assim como Silva (2013), não pretendo elaborar uma descrição pela “ausência”, ou seja, abordar porque as mulheres não conseguem ocupar espaços políticos em igualdade com os homens. Vários autores abordam as razões históricas, estruturais e burocráticas para a dificuldade que as mulheres encontram em ingressar e permanecer na política, o que explica porque não há tantas mulheres em atividades políticas. Todavia, essa abordagem não é satisfatória para elucidar porque algumas mulheres fazem da vida um enfrentamento de adversidade para estarem na política e como elas conseguem ingressar e se manter na política.

A luta das mulheres por inserção e representatividade política não pode ser alinhada em um movimento homogêneo dos atores e suas agendas. Tão diversa

quanto às vertentes do movimento feminista, o imaginário das ativistas e militantes é rico em composições de autorrepresentação e das relações das mulheres com o Estado sobre a inserção das pautas feministas nas questões políticas.

Nos próximos tópicos será exposto um breve histórico da trajetória feminista no Brasil referente à conquista de direitos das mulheres e as principais vertentes do movimento. Também é considerado o papel das mulheres tanto nos cargos representativos, quanto nos quadros democráticos e o que isso pode revelar das ações da estrutura política brasileira sobre a presença de mulheres em seus meios.

3.1 LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL ATÉ 1988

No Brasil, a presença de mulheres (e outras minorias) historicamente é contrária aos interesses de elites políticas e coincidiu com adventos da primeira onda feminista ao longo do século XX em vários lugares do mundo. Assim como em países centrais no capitalismo, como a Inglaterra ou os Estados Unidos, o feminismo brasileiro em sua primeira onda embasou suas pautas na extensão de direitos exclusivos masculinos para as mulheres. O direito ao voto foi a principal bandeira, mas as pautas também contemplavam os direitos de se candidatar e assumir cargos públicos, liberdades individuais e patrimoniais. As conquistas das feministas brasileiras, até a primeira metade do século XX, se concretizaram com vínculos com os sindicatos e movimentos trabalhistas que pressionavam o Estado a assumir equidade entre gêneros, etnias e classes, com pautas afins do movimento anarquista (PINTO, 2003, COELHO; BAPTISTA, 2009).

As feministas exigiam equidade nas condições de trabalho e o direito à participação das eleições, tanto pelo voto quanto pelo direito de candidatura, fruto da própria atividade de ocupação de espaços deliberativos nos sindicatos, uma vez que o movimento operário absorvia a participação das mulheres, mas não as permitia nos espaços de liderança, por considerá-las frágeis. A demanda das questões relativas ao trabalho e liderança política acabou fragilizada pela divisão dentro dos grupos feministas engajados na questão sufragista, mas que resistiam quanto à atuação de mulheres em cargos e espaços de liderança (PINTO, 2003, COELHO; BAPTISTA, 2009).

Lideradas, desde 1910, por Berta Lutz, as sufragistas brasileiras reuniram, em 1927, um abaixo assinado exigindo que fosse aprovado o projeto de lei do Senador Juvenal Lamartine, o qual previa a extensão do direito ao voto para as mulheres. Neste mesmo ano foi registrada a primeira eleitora do país. Em 1928, Alzira Soriano foi eleita a primeira mulher para um cargo executivo, devendo assumir a prefeitura de Lages (RN); todavia, foi impedida de concluir o mandato quando todos os votos femininos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado.

Apesar dos revezes, a empreitada feminista liderada por Lutz ampliava sua relevância até conseguir participar da constituinte getulista de 1932, conquistando o direito ao voto feminino ainda que condicionado a autorização do marido ou renda própria, em caso de solteiras ou viúvas. Logo na eleição de 1934, foi eleita a primeira parlamentar brasileira, Carlota Pereira de Queiroz. O Estado Novo acabou por dissolver o congresso em 1937, mas, já nas primeiras eleições democráticas após este período, Conceição da Costa Neves foi eleita a primeira deputada estadual do país em 1947, pelo estado de São Paulo, alcançando a terceira maior votação do pleito. Ela também se tornou a primeira mulher presidente de Assembleia Legislativa do Brasil (COELHO; BAPTISTA, 2009).

No pós-guerra, Simone de Beauvoir revolucionou o feminismo ao lançar o livro “O segundo sexo” em 1949, um dos primeiros passos na luta pelo reconhecimento identitário. A segunda onda feminista entendia que não era apenas a luta por direitos que levaria as mulheres a um lugar de igualdade com os homens, já que havia outras estruturas na própria cultura e nas instituições que ainda eram fonte de poderosa opressão (PINTO, 2003; FRASER, 2007).

Algumas frentes feministas no Brasil perderam espaço no enredo cultural da época, quando a economia voltou a acomodar os homens recém-chegados da guerra no mercado de trabalho. Mais uma vez, as mulheres relegadas aos espaços privados como se fosse um lugar natural vinculado ao gênero. Essa configuração também despertou nas mulheres brasileiras o sentimento que a luta era maior do que a garantia legal de direitos, uma vez que algumas vitórias do movimento permaneceram vigentes, tal como o fim das barreiras conjugais e de renda para o voto feminino.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de

mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2003, p.16).

Apesar do movimento feminista nos Estados Unidos e na Europa se articularam junto a outros movimentos de contracultura, os anos 60 no Brasil foram marcados pelo fechamento político e a supressão de direitos civis. A alternativa para um movimento político de mulheres durante a ditadura militar (1964-1985) foi a integração na resistência ao regime seja nas militâncias ou atuando nos grupos de esquerda clandestinos na luta pela abertura política, denuncia de torturas e retomada dos direitos civis e políticos suspensos.

Algumas mulheres participaram, inclusive da luta armada e, em 1975, Terezinha Zerbini criou o Movimento Feminino pela Anistia. Apesar da participação direta e, em alguns casos, em posições de liderança sobre diversos temas pertinentes à política e à vida civil, as brasileiras exiladas na Europa entraram em contato com o movimento feminista europeu e com as leituras progressista que embasavam esses grupos. Uma reação direta não veio do Regime Militar, mas dos homens também exilados que achavam o feminismo um desvio dos objetivos das lutas contra a ditadura. As mulheres já enxergavam que as opressões não eram independentes e nem deveriam ser combatidas separadamente (PINTO, 2003).

Nos anos 80, o feminismo brasileiro estava amadurecido quanto à necessidade de denunciar e combater opressões e no contexto redemocratizante as mulheres se aproximaram da política de base, lidando com associações de bairros, favelas e Comunidades Eclesiais de Base (CEB), apesar de sua origem classe média intelectualizada. Esse intercâmbio de mulheres e origens permitiu que muitas lideranças e representantes femininas estivessem formadas na abertura política dos anos 80, atuando especialmente no terceiro setor (GOHN, 2011). Dentro do Estado, as mulheres conseguiram um grande avanço representativo com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNCM) que foi fundamental na inclusão dos direitos da mulher na constituição democrática, mas também foi simbolicamente relevante por ter sua secretária com *status* de ministra (PINTO, 2003).

3.2 CONQUISTAS POLÍTICAS FEMINISTAS NO BRASIL APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

A garantia da participação das mulheres nos espaços representativos foi formalizada no processo de redemocratização. Apesar das muitas abordagens, o movimento feminista se profissionalizava atuando dentro dos modelos das ONGs, uma tendência internacional de criação de um terceiro setor alternativo às atuações públicas e privadas. Essa organização profissionalizada foi importante para que as mulheres conseguissem autonomia na sua luta, conseguissem maior poder de integração e articulação dentro do Estado e conquistasse alguns direitos políticos mesmo não correspondendo à maioria entre os candidatos eleitos.

Legalmente, a Constituição Federal de 1988 assegura os direitos políticos, sociais, individuais e patrimoniais universalmente, mas não assegura a condições de igualdade de participação na esfera pública. O movimento feminista se articulou também no campo político e cultural para que os direitos conquistados significassem, também na prática, que as demandas femininas fossem atendidas. Mas a resistência política foi/é um entrave significativo à presença da mulher no poder: enquanto o CNCM perdeu importância nos governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), a realidade dentro da política partidária e eleitoral também era desalentadora.

Nos pleitos a composição dos cargos eletivos e dos cargos “de confiança” apresentavam números pífios de mulheres, sobretudo em posições de liderança e articulação política. Na prática, a cidadania era restringida por estruturas que impediam as mulheres de receber as mesmas condições de disputa que os homens. A luta política das mulheres nos anos 90 foi marcada pela pressão por uma transformação nas estruturas do jogo político, mobilizando estratégias políticas e acadêmicas para alimentar o debate sobre a questão (PINTO, 2003; COELHO; BAPTISTA, 2009).

No interior deste quadro mais geral, parece ocorrer, também, um deslocamento no tipo de relação que o movimento feminista estabelece com o Estado. Até meados dos anos 80, as lutas feministas centravam suas atenções na denúncia e contestação da natureza do Estado e dos seus mecanismos geradores de exclusão. Ao mesmo tempo, dava-se ênfase à organização dos movimentos sociais e às suas ações reivindicatórias. A partir do início da presente década,

observa-se uma mudança de foco, tanto no âmbito da prática política como da produção teórica. Pensa-se mais o tema da relação das mulheres com o poder de Estado, do ponto de vista de suas estratégias de participação nas instâncias decisórias (ARAÚJO, 1998, s.p).

Nesse momento, a luta feminista era travada para a implementação de políticas públicas de ampliação da presença feminina na política nacional, sobretudo no espaço parlamentar. Essas políticas se sustentavam em aspectos simbólicos como os impactos no imaginário popular sobre a mulher como detentora de direitos e capacidades de liderança; na identidade e nos interesses das mulheres como um grupo, sendo este um eixo acadêmico relevante no reforço da política como presença; e diretamente nos resultados políticos, cuja principal vitória nos anos 90 foi a cota proporcional por gênero, prevista na legislação brasileira desde 1995 (BRASIL, 1995). O projeto de lei, de autoria da então deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), que estabelecia a cota mínima de 30% de participação de gênero para as candidaturas legislativas. Posteriormente, em 1997, as cotas foram incorporadas na nova legislação eleitoral para todas as candidaturas (ARAÚJO, 1998; VAZ, 2008).

Todo o debate político teve resistência de setores mais tradicionais da política e da sociedade, sob o argumento de que a representatividade em uma democracia que não é direta garantiria privilégios aos grupos que pleiteavam condições diferenciadas de participação política. Dentro do próprio movimento feminista se sabia que era necessário a presença de mulheres feministas com agendas feministas em cargos representativos, mas não há uma resposta clara sobre o desejo de ocupar espaços políticos por mulheres que não são, porém, feministas.

As tensões identificadas acima podem ser encontradas, particularmente, nos argumentos mais conceituais. Não é possível discuti-los de maneira mais detalhada. Mas vale registrar que a afirmação de **distintos valores e interesses políticos das mulheres como grupo**, para justificar sua inclusão de forma particular na arena política, tende a ser bastante controversa. Valores e interesses configurados por uma identidade de gênero, anterior mesmo às práticas políticas, tendem a ser recusados por guardar forte marca essencialista, não considerando as diversas clivagens que perpassam as vivências sociais. Isto é válido para análises que consideram necessários novos referenciais de presença na representação política, assim como ações que viabilizem tal objetivo, mas recusam uma justificativa com base em um conjunto de interesses das mulheres como grupo. Neste caso, entre outras razões, apresenta-se um

'contra-argumento' interessante: por não existir interesses fixos e coesos e nem idéias anteriores e dissociadas das práticas políticas é que se torna necessário pensar em medidas de ampliação da presença de mulheres. A recusa dos interesses também é válida para interpretações que reconhecem a necessidade de mecanismos de transformação desse quadro, mas consideram que argumentos de natureza essencialista acompanham a justificativa por cotas, derivando na afirmação de princípios de inclusão incompatíveis com uma perspectiva mais ampla e menos particular de representação política. Entre tais argumentos estaria o que concebe os interesses das mulheres como coletivo coeso, não considerando a fluidez e a dinâmica que marcam as distintas identidades (ARAÚJO, 1998, s.p. *grifo da autora*).

Apesar das discussões internas ao movimento feminista, a agenda prioritária era a implementação de políticas públicas de ampliação da presença feminina na política nacional, sobretudo no espaço parlamentar. O alvo das mulheres para as políticas estava nos aspectos simbólicos com impactos no imaginário popular, buscando a representação da mulher como indivíduo de direitos e capacidade de liderança produziu resultados políticos diretos como as cotas por gênero das candidaturas propostas pelos partidos.

Inicialmente, essas cotas eram definidas pelos estatutos internos de cada partido, o que, na prática, limitava o acesso à participação feminina em posições de decisão e liderança aos campos progressistas sensíveis ou identificados com as questões feministas, majoritariamente os partidos pequenos e médios de esquerda. O projeto de lei, proposto pela então deputada federal Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), estabelecia a cota mínima de 30% de participação de um gênero para as candidaturas legislativas. Posteriormente, em 1997, as cotas foram incorporadas na nova legislação eleitoral para todas as candidaturas proporcional por gênero (ARAÚJO, 1998; VAZ, 2008).

Esse movimento na participação política é ampliado somente com a Lei n. 12.034/2009, conhecida como "minirreforma eleitoral", que estabelece o cumprimento obrigatório das cotas políticas para todos os partidos, destinando inclusive o destino de partes dos recursos empregados nas candidaturas. Entre as principais mudanças estão o estabelecimento de 10% do tempo de propaganda gratuita eleitoral para candidatas mulheres e a destinação de 5% do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de mulheres.

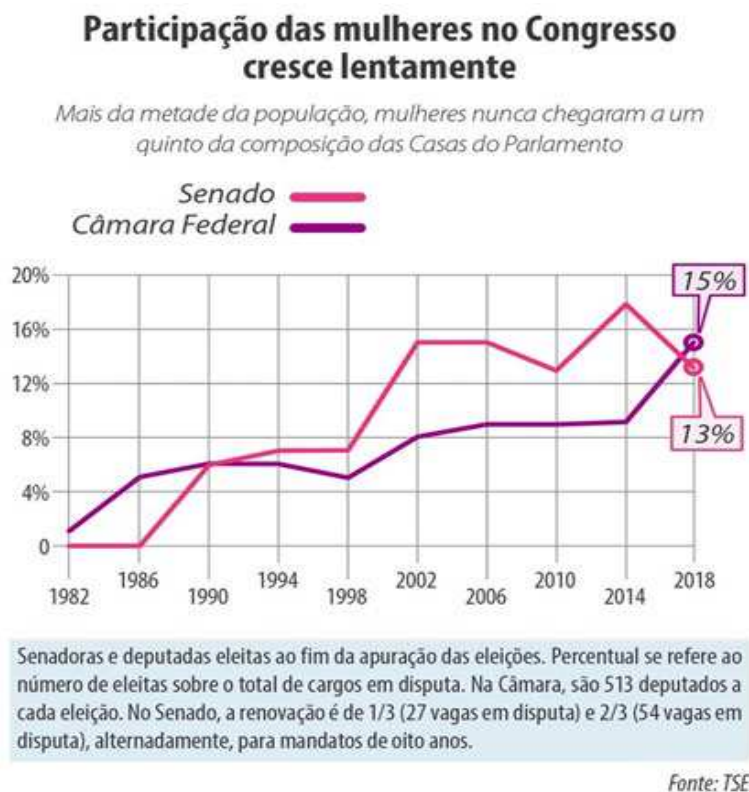
Quanto ao poder executivo, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) voltaram a privilegiar questões da representação da mulher com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com *status* de ministério, a reativação do Conselho de Mulheres para executar funções semelhantes às daquelas dos anos 80. Nessa época foi desenvolvido um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que tinha como principal frente de atuação a formação de lideranças e garantir a transversalidade do tema gênero nas políticas públicas. Essas iniciativas marcaram também a retórica das autoridades de que havia uma agenda para mitigar as desigualdades e opressões e empoderar as mulheres.

Nesse período os resultados sociais foram mais visíveis, como na aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006) para mitigar a violência doméstica e familiar, além da realização das Conferências Nacionais para a Política da Mulher (2005, 2007, 2011) que colocou a agenda feminista e de gênero nas pautas de discussão do Estado. Embora os programas sociais tenham atendido sobretudo mulheres e se orientavam segundo o papel delas nos lares brasileiros, outras políticas consistentes não foram tomadas para além do controle da pobreza e de suas consequências (GONÇALVES; ABREU, 2019).

No âmbito da política representativa, as iniciativas para ampliação da participação feminina nos processos políticos brasileiros, sobretudo na representação parlamentar, mostraram resultados quanto ao crescimento do número de mulheres na política brasileira. Contudo, a velocidade do crescimento da participação é lenta, já que os dados apontam que a sub-representação nos cargos parlamentares eletivos persiste (Figura 1). Isso sugere que as cotas cumprem sua função mais básica que é a ocupação dos espaços por mulheres, porém são necessárias políticas mais amplas sensíveis ao gênero para que as mulheres ocupem em condições iguais de competição as etapas que antecedem o acesso aos partidos.

As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Figura 1- Gráfico da composição feminina no Legislativo brasileiro (1982-2018)



Fonte: Senado Notícias (2019).

Vale ressaltar que as cotas são previstas desde sua elaboração como mecanismo de equilíbrio entre os gêneros, não sendo uma lei específica para o público feminino. No texto de 2009, reforça que a participação é decidida por gênero, sendo obrigatório que a composição quanto a sexo não seja menor do que 30% do quadro geral de candidatos (BRASIL, 2009). O fato de a referida lei ser tomada pelo público mais amplo, pelos noticiários e pelos próprios partidos como uma “cota de participação feminina” diz muito sobre a existência de domínio masculino no campo político.

Apesar de resistências históricas às condições diferenciadas de participação feminina, a Emenda Constitucional n. 97/2017 impõe já para 2020 alterações nas regras de cotas eleitorais, que deverão ser, segundo o novo texto, cumpridas por todos os partidos, uma vez que as coligações partidárias para as eleições proporcionais não serão mais permitidas (BRASIL, 2017).

Do ponto de vista da qualidade dessa participação, os dados não são precisos quanto à identificação dessas mulheres com uma agenda feminista ou se, mesmo em caso de mandatos fisiológicos, as pautas femininas sensibilizam as parlamentares.

Os partidos têm certa autonomia para dispor dos recursos e articulam arranjos para direcioná-los como as lideranças pensam ser mais conveniente.

Mesmo com a lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer obrigando os partidos a repassar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidaturas de mulheres, tornou-se público as candidaturas “laranjas” na eleição de 2018 (PASSARINHO, 2019), em elas foram usadas para transferir recursos aos candidatos homens. Esta é uma das engrenagens estruturais que relegam mulheres ao segundo plano na arena política. Isso reflete o pequeno percentual de eleições, sendo 10.7% das cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara e 14.8% das ocupadas no Senado⁶, segundo a ONU Brasil (2018).

Os estudos sobre a mulher na administração pública federal no Brasil ficaram escassos nos últimos anos e é impossível de não associar o fato à redução de investimentos em estatística (PASSARINHO, 2019) e ao apagamento das pautas específicas de mitigação da desigualdade de gênero (SOUTO, 2018). Segundo a ONU Mulheres, em *ranking* de 2017 sobre a participação de mulheres em cargos executivos, o Brasil ocupa a 167^a posição de 174 países pesquisados, enquanto no Congresso Nacional a posição era 154^a.

Uma pesquisa de 2012 sobre a administração pública no Brasil, realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA) reforça o argumento de que dificuldades estruturais afastam mulheres dos postos de liderança política. A administração pública no país é predominantemente ocupada por mulheres, mas o acesso aos cargos de maior relevância e salário também é limitado pelo gênero. Segundo a pesquisa, a limitação decorre de aspectos estruturais como dificuldade de conciliação com a rotina familiar e doméstica, desestímulo por parte dos colegas e familiares ou mesmo a falta de ambição política.

Os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) são carreiras com alta remuneração, cujos postos são alcançados por concurso e com progressão possível via novos concursos, nomeação ou prestígio entre funcionários. O estudo do IPEA (2012), demonstrado na tabela 1, revelou que a presença entre os sexos nestes cargos é igual nas posições mais inferiores, mas se torna desigual nos cargos de posições mais altas.

⁶ Dados de 2017.

A análise considerou os seis níveis nestes cargos, sendo DAS 1 cargos de acesso por concurso e de prestígio menor e os DAS 5 e 6 cargos de maior prestígio e remuneração, cujo acesso é por nomeação dos chefes dos ministérios (que também são nomeações políticas). A pesquisa se ateve à administração pública federal, uma vez que, segundo o IPEA, há outras pesquisas que serviram de referência ao estudo que analisavam a situação dos servidores estaduais e municipais.

Figura 2- Ocupação de DAS na administração pública federal, por sexo (2001 – jun. 2011)
(em %)

Ano	DAS											
	DAS 1		DAS 2		DAS 3		DAS 4		DAS 5		DAS 6	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2001	49,3	50,7	42,1	57,9	40,9	59,1	33,3	66,7	21,0	79,0	14,6	85,4
2002	50,2	49,8	43,3	56,7	40,6	59,4	35,8	64,2	23,1	76,9	18,3	81,7
2003	46,9	53,1	45,7	54,3	42,1	57,9	36,5	63,5	21,7	78,3	19,3	80,7
2004	47,8	52,2	46,1	53,9	44,4	55,6	36,1	63,9	12,6	87,4	16,6	83,4
2005	47,4	52,6	46,7	53,3	45,7	54,3	36,7	63,3	22,6	77,4	14,5	85,5
2006	46,8	53,2	46,1	53,9	46,8	53,2	38,3	61,7	23,9	76,1	18,0	82,2
2007	45,5	54,5	46,0	54,0	46,0	54,0	38,2	61,8	23,1	76,9	20,0	80,0
2008	45,5	54,5	45,0	55,0	45,1	54,9	37,1	62,9	22,9	77,1	20,0	80,0
2009	45,3	54,7	45,4	54,6	45,5	54,5	37,4	62,6	23,7	76,3	20,9	79,1
2010	45,5	54,5	45,6	54,4	45,4	54,6	38,3	61,7	25,2	74,8	23,0	77,0
2011 (jun.)	44,9	55,1	45,7	54,3	45,7	54,3	37,2	62,8	27,2	72,8	23,0	77,0

Fonte: Boletim estatístico de pessoal (BRASIL, 2011).

Elaboração das autoras.

Nota: ¹ Dados referentes ao mês de dezembro de cada ano, com exceção de 2011, que são referentes a junho.

Fonte: IPEA (2012, p.18).

Todavia, sendo o extrato analisado um nicho de alta renda – o que permite contratar mão-de-obra para auxílio nos serviços domésticos – a vida doméstica influencia a vida das servidoras quanto ao custo social que assumir os cargos mais altos e de maior poder inflige. É esperado que os homens se ocupem do espaço público do trabalho e as mulheres do ambiente privado, ou seja, pensar o lar, ainda que sem a necessidade de executar os afazeres domésticos. Um terço das mulheres recusou promoções para DAS mais prestigiosas por essa razão, enquanto somente um quinto dos homens alega o mesmo motivo (IPEA, 2012). A mesma observação é levantada pela ONU Mulheres sobre os cargos eletivos, onde é constatado que raramente as mulheres têm a chance de se dedicar integralmente à vida política, da mesma forma que os homens se dedicam.

‘O que é democracia? É gente para o povo ou homens para o povo?’, indagou a diretora-executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, que falou ao lado do secretário geral da União

Interparlamentar - UIP, Martin Chungong. 'As campanhas políticas são caras', destacou Mlambo-Ngcuka, identificando alguns desafios enfrentados por mulheres que se candidatam aos governos. 'Os partidos políticos são dominados pelos homens. Quando não há nenhuma medida específica em vigor, as mulheres caem. Os homens tendem a escolher aqueles que são feitos à sua própria imagem'. Ela observou ainda que algumas mulheres também experimentam rejeição por parte dos homens, incluindo violência física, provocações e *bullying*. (ONU Brasil, 2018, sem paginação).

O custo de ascensão profissional para ocupar espaços de tomada de decisão também ocorre em outros espaços da administração pública, incluindo aqueles de participação popular, como os Conselhos de Direitos, nos quais a renda é menor (a participação não é remunerada). Essa alteração lenta nas estruturas do poder político valida a afirmação de Sow (2010, p. 92): "a despeito dos avanços jurídicos, os dados da realidade brasileira mostram que existe uma enorme distância entre as conquistas legais e as práticas sociais". Um exemplo dessa distância entre os avanços legais e culturais foi a falta de adesão midiática, política e popular às candidaturas e mandatos de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para a presidência da república em 2010.

3.3 O NÃO-LUGAR DA MULHER NA POLÍTICA: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Os avanços alcançados pelos movimentos feministas nos anos 2000 são importantes, mas não significaram que as estruturas patriarcais impeditivas quanto a presença das mulheres em espaços de poder tenha sofrido alterações. Dilma Rousseff sofreu com a pressão popular pelo *impeachment*, cuja acusação formal para a abertura do processo, em 2 de dezembro de 2015, eram as "pedaladas fiscais". A cobertura midiática em todo governo da petista foi predominantemente negativa, segundo levantamento de Rizzotto et. al (2018).

A cobertura jornalística da época personalizou os fatos políticos, como se os agentes públicos formais fossem os únicos responsáveis pelos produtos políticos. Especificamente sobre Dilma Rousseff, a narrativa construída variou entre a vilania e a vítima da situação, contudo, predominou a imagem de que ela mesma foi responsável pela sua derrocada. Tanto Araújo (2018) quanto Rizzotto et. al (2018) mencionam que ao escrutínio público também são submetidos os homens, mas em geral, suas características e habilidades incomuns para a trajetória política se tornam

virtudes como visão, novidade, liderança e experiência, embora o uso dessas habilidades possa eventualmente, ser narrados como traços de vilania (no sentido de que executa ações para prejudicar alguém, alguma instituição ou processo).

Os agentes da grande mídia, na prática, não pouparam críticas aos trejeitos e posicionamentos da presidente considerados socialmente inadequados para mulheres. Tanto a construção na mídia quanto a adesão da população deste discurso de “inadequação” se dão pela percepção de que a política, pelo menos quanto aos cargos estratégicos, não é um ambiente feminino. Portanto, uma mulher que pleiteie um cargo executivo automaticamente é desqualificada pelos atributos ambíguos que demonstram seu “não lugar” na política, uma ambiguidade que a mídia construiu entre vítima e vilã, mas sempre responsável.

Araújo (2018) mostra que a ambiguidade das narrativas sobre Dilma despersonificou sua presença como liderança: seu passado de militância foi coberto como guerrilheira armada e violenta e como uma guerrilheira fraca que nunca fez mais do que funções de apoio; separada solitária ou dependente dos maridos (em dois casamentos sem sucesso) para tomar decisões; sua sexualidade sempre construída como assexuada ou lésbica irascível e histérica; sem apetite e habilidade para governar ou autoritária e ambiciosa. De todo modo, desprovida de atrativos e inteligência, narrada segundo supostos excessos e faltas de sua personalidade e trajetória, mas dificilmente analisada pelas atuações em 40 anos de vida pública.

Esta dinâmica também foi identificada em Fraser (2007) sobre os Estados Unidos quanto à vitória de George W. Bush e sua “guerra ao terror” sobre John Kerry com sua pauta progressista, como aborto e casamento gay, sensível aos “valores familiares”. O imaginário estadunidense, ainda sob efeitos dos atentados de 11 de setembro de 2001, visava vingança cívica e proteção das famílias contra o terrorismo, inimigo público da época. Para aqueles eleitores não importava a pauta econômica, que veio posteriormente a dificultar a vida das famílias americanas sufocadas em tributos. Eles buscavam um modelo viril, protetor e identificado com seus valores.

Não é difícil notar que tanto a ingovernabilidade de Dilma quanto as vitórias de Bush tiveram como origem a defesa de “valores familiares tradicionais” e rechaço das imagens avessas aos modelos que esses valores sugerem. Para as mulheres, além das fortes exigências profissionais, a política também impõe que elas apresentem a beleza e a maternidade como atributos de destaque, ainda que isso comprometa o imaginário sobre sua capacidade profissional ou de suas intenções pessoais.

Grossi e Miguel (2001) mostram que as mulheres que resolvem integrar o poder, sentem que enfrentam essa pressão de modo solitário. Muitos homens não conseguem se manter como companheiros por aparentar uma condição “passiva” diante de uma companheira que resolveu ingressar na vida pública e, aquelas que permanecem em relações conjugais, enfrentam as acusações de serem manipuláveis pelos companheiros.

O poder é, portanto, lugar de múltiplos significados, que vão do exercício da política à sedução, que parece ser uma das grandes armas femininas. Mas o poder feminino parece estar inexoravelmente associado à sensibilidade que seria inerente às mulheres, seja por “natureza”, seja por “educação”.

Na articulação entre desejo do poder e formas culturalmente construídas como do gênero feminino, há uma recorrência ao exemplo da maternidade, como “naturalmente” intrínseco às mulheres e locus de poder feminino. Seria pela experiência e exercício da maternidade que muitas mulheres se habilitariam para o “social” (GROSSI; MIGUEL, 2001, pp. 187-188).

Em outras palavras, a política ainda é um espaço masculino, branco, heterossexual e cristão. No imaginário dos próprios agentes políticos, as mulheres vêm agregar para tornar a política menos “árida” com atributos que são percebidos como “naturalmente femininos”, como sensibilidade, afeto e carinho, o que torna sua presença desejável nas áreas sociais como educação, saúde e assistência social. Contudo, essas são as áreas “menos políticas” ou “marginais” porque são as que não gozam do poder de negociação que têm outras áreas mais próximas à economia e governo, haja vista que, tradicionalmente no ocidente, a economia é mais valorizada que os objetivos sociais (GROSSI; MIGUEL, 2001, FEMENÍAS, 2007).

3.4 A PRESENÇA FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL

No Brasil ainda existe uma desconfiança generalizada do público em relação às candidaturas e lideranças femininas. As mulheres são minoria numérica nos cargos representativos e na administração pública em geral, o que indica restrições simbólicas e objetivas de acesso às instituições. Em 2019, houve um aumento na Câmara dos Deputados do número de cadeiras ocupado por mulheres, passando de 55 para 77 deputadas federais (BRASIL, 2019). No ranking mundial, o Brasil está em 142º colocado na participação das mulheres na política nacional. Para as eleições de

2022, tem-se incentivado a aplicação real da Lei nº 9.504, de 1997, que determina um mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, além disso, a resolução 23.607, de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral, delibera que, pelo menos, 30% do recurso financeiro do Fundo Eleitoral seja destinado para as mulheres (FERREIRA, 2022).

A trajetória histórica da presença feminina na política brasileira e as pautas dos movimentos feministas em países de democracia estabelecida em algum nível revelam que o campo da política é hostil à presença e às pautas feministas, tanto na dinâmica eleitoral quanto na dinâmica institucional. Os dispositivos de mitigação da desigualdade de gênero e as ações de inclusões de mulheres não se integram em dinâmicas que consideram as barreiras sociais impostas pelo machismo estrutural e ignoram, em igual medida, a interseccionalidade da pauta feminista com as pautas de raça e classe.

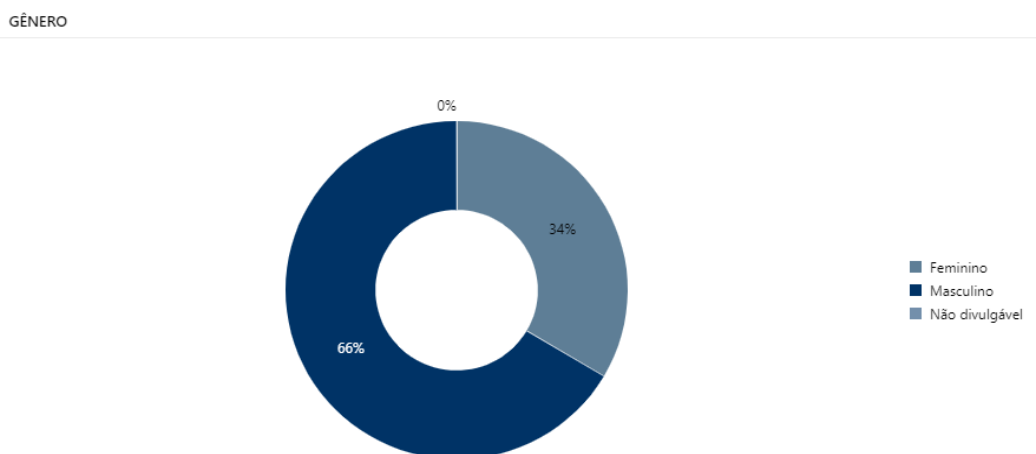
A diferença entre “sucesso” e “legitimidade” proposta por Saward (2010) é particularmente interessante para nós, uma vez que lidamos com mulheres que já estão inseridas no meio político, ainda que não o meio eleitoral, como representantes de um grupo. Embora elas se construam como sujeito numa perspectiva da agenda feminista, suas atuações não necessariamente focam na temática de gênero. Ou seja, as entrevistadas se projetam em suas falas como representantes das mulheres por ocupar um espaço político hostil a presença feminina, ao mesmo tempo em que lhes resta pouco espaço para emplacar agendas de gênero ou feministas em suas atuações. É possível especular se isso ocorre pela legitimidade frágil que a pauta feminista tem diante da sociedade brasileira de modo mais amplo. Antes de seguir nessa discussão, abordaremos algumas construções da presença feminina na política brasileira.

Mesmo com uma população de maioria feminina, com 51,8%, e um eleitorado formado também na sua grande amplitude por mulheres, cerca de 52%, as mulheres ainda são minorias nos cargos políticos e nos votos, com foco de eleger outra do mesmo gênero para o poder (IBGE EDUCA, 2022; TSE, 2022).

Em 2020, foi o recorde de candidaturas femininas no Brasil, havendo um aumento de 50% em relação a 2016, com 187.024, ou 33,54%, das mulheres, contra 370.379, 66,41%, sendo homens, e 275, 0,05%, não divulgaram seu gênero (Figura 4). Dentre essas 1,39% dessas mulheres se candidataram a prefeitura, totalizando

2.602, enquanto ao cargo de vice tiveram 4.204 (2,25%) e para as cadeiras de vereadoras, 180.218 (96,36%) (TSE, 2022).

Figura 3- Representação dos Gêneros Declarados nas Eleições 2020

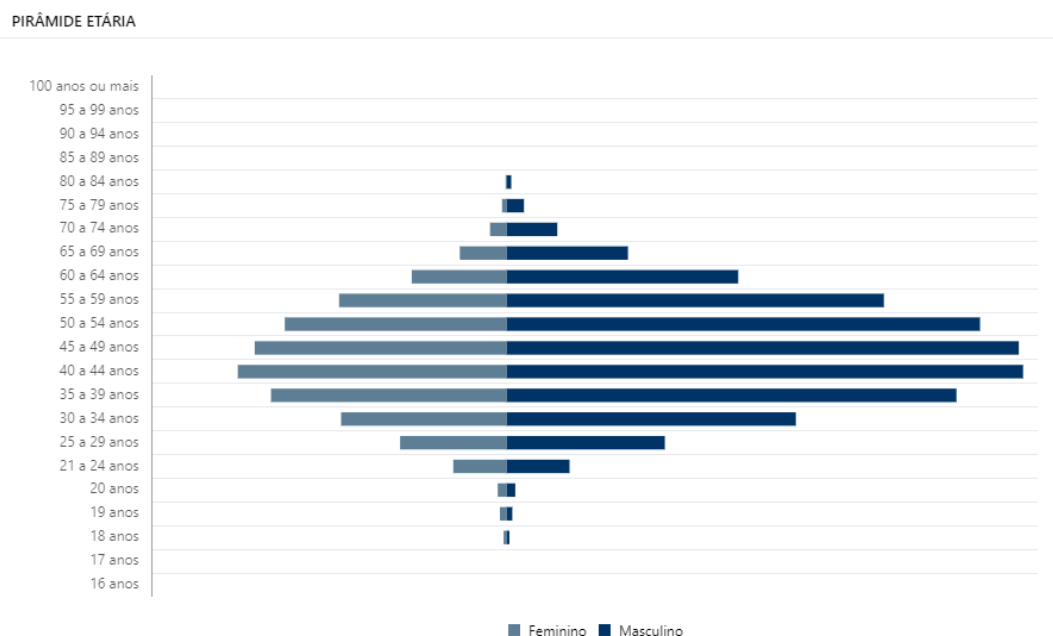


Fonte: TSE, 2020

Os partidos que mais tiveram mulheres como candidatas foram, o MDB que teve 15.146, ou 8,10%, concorrentes femininas, o PSD com 13.228, 7,07%, o PP com 12.867, 6,88%, o PT, com 11.202, 5,99%, o DEM, com 11.136, 5,95% e o PSDB, com 11.135, 5,95%. No caso de mulheres buscando a reeleição, o número foi irrisório, não passando de 1,72%, isto é, 3.221 (TSE, 2022).

Dessas, 45,52% são solteiras e 41,75% casadas. A percentagem da faixa etária dessas mulheres é de 16,23%, para entre 40 e 44 anos, 15,22% para entre 45 e 49 anos e 14,23%, para entre 35 e 39 anos (Figura 5). A raça declarada em sua maioria foi branca, com 49,51%, parda, 37,81%, e preta, 10,76%. O grau de instrução teve índice de 38,66% para o ensino médio completo e 28,71% superior completo. E em sua maioria, a principal ocupação foi dona de casa, com taxa de 11,88%, empresária ou comerciante, contando com 7,82%, e servidora pública, com 6,97% (TSE, 2022).

Figura 4 - Faixa Etária dos Gêneros Masculinos e Feminino que concorreram nas Eleições 2020



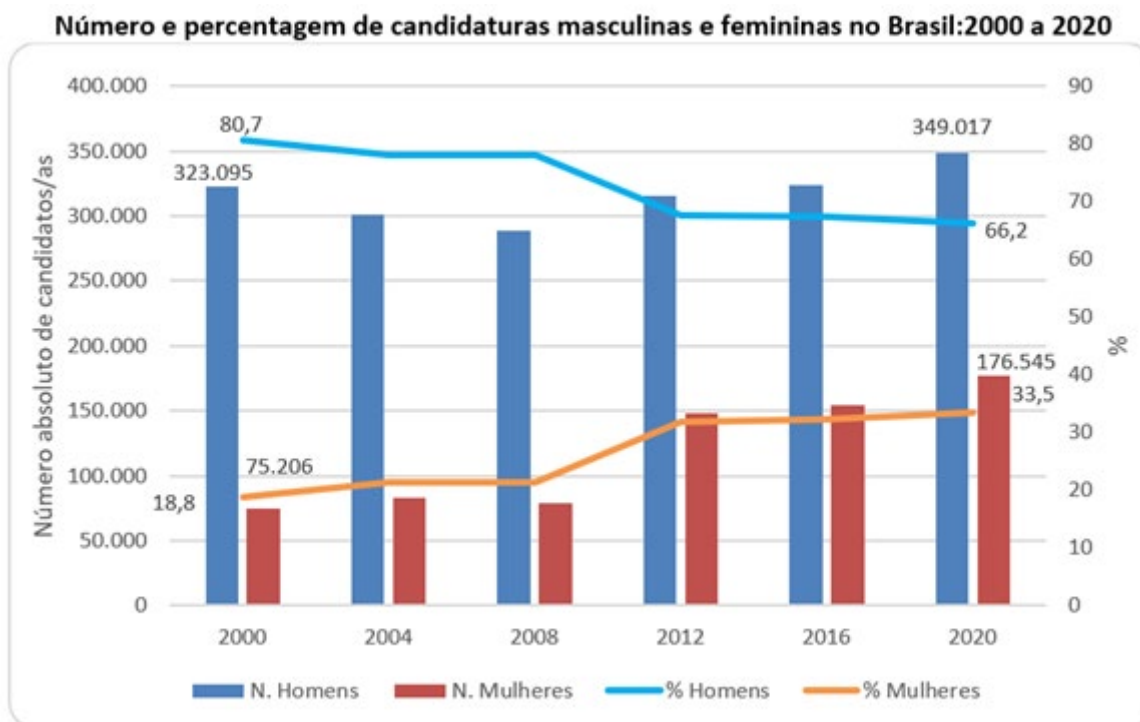
Fonte: TSE, 2020

No quadro político brasileiro da liderança das prefeituras, as mulheres representam 12%, isto é, 651 prefeitas em 2020, no primeiro turno, contra 88% dos homens, 4.750 candidatos. No segundo turno as mulheres estavam presentes em 20 cidades onde concorriam a prefeitura, mas apenas sete foram eleitas para o cargo (TSE, 2022).

Para o cargo vereador, a bancada feminina contempla 16%, isto é, 9.196 mulheres, contra 48.265 homens, 84%, ou seja, uma diferença de quase 6 homens para 1 mulher. A capital brasileira com maior percentual de mulheres eleitas para a câmara é Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que conta com 36 cadeiras, com 11 sendo ocupadas por vereadoras, 30,96%. Já a capital com menor índice de ocupação feminina, é João Pessoa, na Paraíba, com apenas uma mulher eleita, 3,70%, contra 26 homens, que representam 96,30% (TSE, 2022).

Quando comparamos o (Gráfico 6) número de homens e mulheres que se candidataram desde as eleições do ano 2000, temos a clara percepção da diferença.

Figura 5 - Comparativo da relação de candidaturas masculinas e femininas desde as eleições de 2000 a 2020



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

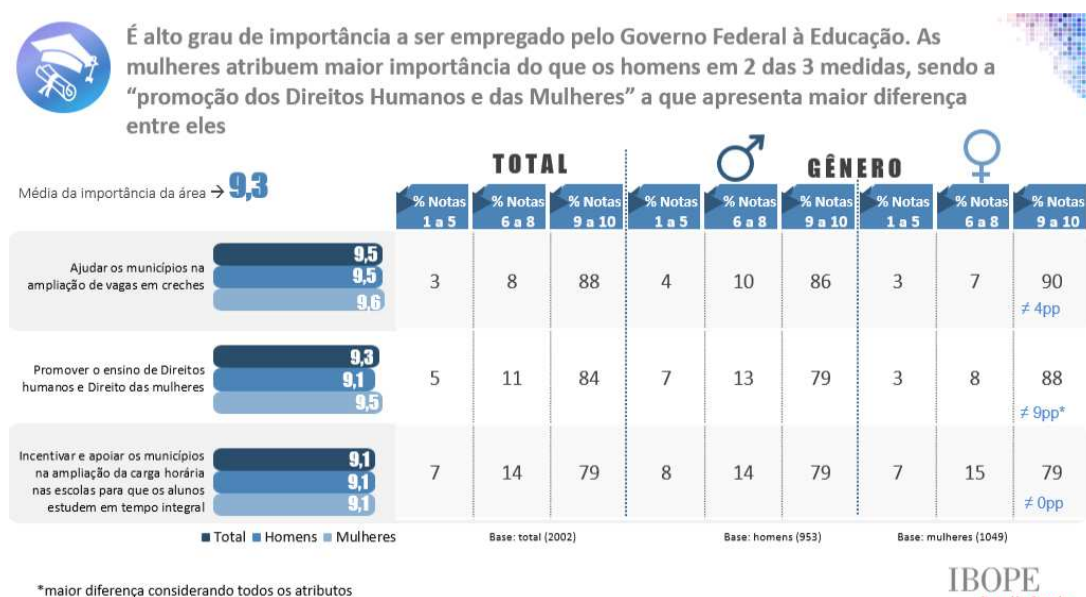
3.6 “FEMINISMOS” NO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO

Neste tópico se assume que o movimento feminista no Brasil, assim como na América Latina, passou pela sua terceira onda a partir da oposição ao Estado autoritário e foi caracterizado pela difusão de suas abordagens. A organização e a profissionalização das mulheres agiram positivamente ao colocar as demandas feministas na agenda do Estado, assumindo, muitas vezes, a função operacional de ações sociais que deveriam ser de iniciativa estatal (“onguização”). Essa movimentação se deu na lógica neoliberal que empreendeu cruzadas culturais valorizando sentimentos de pertencimento e cidadania pelo consumo para desviar o foco das políticas econômicas destrutivas. Somado a outro efeito colateral dessa imersão nas estruturas do Estado, que foi a cooptação pelos meios acadêmicos e financeiros, o feminismo ficou afastado das bases sociais e gerou um estranhamento entre as mulheres que estão à margem do capitalismo (FRASER, 2001, 2002, 2007; FEMENÍAS, 2007; MATOS, 2009, 2010; MATOS.; PARDIS, 2013, 2016).

Esse cenário geral é desafiador quanto aos próximos passos de uma agenda feminista. Mapear a agenda feminista no espaço público é complexo quanto às vertentes que se antagonizam, por vezes, sobre as prioridades, as abordagens e as relações travadas no campo político e dentro do Estado. Algumas questões que os “feminismos” se fazem e a lidam com seus efeitos publicamente: quais mulheres devem ser estimuladas a compor o Estado: somente aquelas com identificação com o movimento ou também aquelas que o antagonizam? Qual abordagem teórica para se pensar as pautas de mulheres? O foco deve ser nas políticas identitárias e de reconhecimento ou nas políticas distributivas ou de justiça social? O movimento deve se organizar paralelamente ao Estado ou deve integrá-lo?

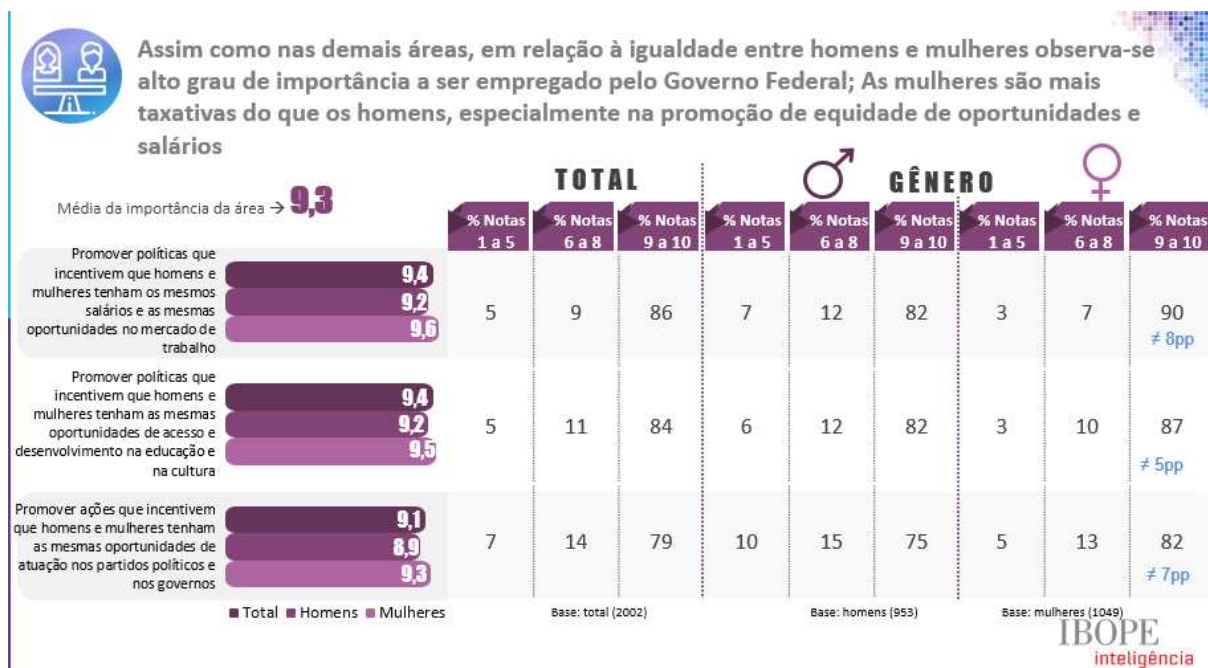
Quanto ao Brasil é possível verificar que, mesmo quando não se restringe a observação aos círculos feministas, há sensibilização pouco maior do que em relação aos homens para as pautas de gênero e femininas. Elas são mais atentas em todos os requisitos (Saúde, Educação, Segurança, Transporte e Equidade de oportunidade) sobre as desigualdades que as mulheres enfrentam em todos os aspectos. Isto é revelador porque em todas as categorias que não especificavam alguma demanda feminina, homens e mulheres atribuíam a mesma importância de prioridade do governo. Podemos constatar esse fato por meio das figuras 2 e 3.

Figura 6 - Importância dada por homens e por mulheres sobre as pautas de gênero na educação



Fonte: ONU Mulheres/Ibope (2018).

Figura 7- Importância dada por homens e por mulheres sobre equidade de gênero



Fonte: ONU Mulheres/Ibope (2018).

Somente quanto mencionado direitos específicos das mulheres é que houve diferença perceptível entre a importância dada por homens e mulheres sobre as demandas femininas. É possível retomar a constatação de que a presença de mulheres na política precisa ser estimulada para que a agenda de transformações sociais necessárias para o reconhecimento das identidades de gênero e o alcance da justiça social seja, no mínimo, discutida, uma vez que homens não percebem ou reagem ou sensibilizam com essas demandas. Elas dificilmente serão priorizadas enquanto as lideranças e composições de quadros políticos forem essencialmente masculinas. Porém, não existe recomendação ou consenso quanto a abordagem que essas mulheres devem adotar quanto às questões de desigualdade econômica e opressão cultural.

Apesar disso, as mulheres têm ocupado outros espaços de forma significativa. Um desses espaços são os Conselhos. Como vimos no primeiro capítulo, os Conselhos são espaços importantes de presença, representação e performance femininas. Nesse aspecto considero oportuno analisar o papel da mulher nos conselhos de Saúde do Brasil.

3.7 O PAPEL DA MULHER NOS CONSELHOS DE SAÚDE DE BRASIL

Os Conselhos de Saúde integram a União, estados e municípios. Nacionalmente é representado pelo Conselho Nacional de Saúde e nos Estados e Municípios pelos conselhos estaduais e municipais de saúde. Os conselhos municipais são organizados através dos conselhos regionais e locais. Não há hierarquia organizacional entre eles sendo uma forma organizativa coerente com a descentralização do SUS, respeitando as competências legítimas de cada ente federativo. A organização e funcionamento dos Conselhos de Saúde é regimentada pela Resolução nº 453/2012, sobre as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

Sua criação é regulamentada por lei federal, estadual, do Distrito Federal e municipal para garantir a participação social por se adaptar às realidades dos contextos sociais. Os Conselhos são de caráter permanente, ou seja, não se pode encerrar ou fechar um Conselho de Saúde e são soberanos quanto aos processos democráticos de mapeamento e atenção das demandas sociais provenientes das conferências de saúde. Cabe também ao conselho aprovar o orçamento da saúde, uma de suas tarefas mais políticas em relação ao poder executivo.

Sua composição deve respeitar o princípio da paridade em que o quantitativo de representação dos usuários deve ser paritário, em relação aos demais segmentos. Poderá ser composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho em reunião plenária.

As vagas deverão ser distribuídas da seguinte forma: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. São compostos por Comissões Temáticas sem caráter deliberativo, apenas consultivo, que ajudam no aprofundamento dos temas ou no encaminhamento das deliberações tomadas pelo plenário do Conselho.

A capacidade construtiva de argumentação representa também a construção de identidades e trajetórias, como apontam Fuks, Perissinoto e Souza (2004). Os autores identificam, inclusive, a predominância da participação das mulheres nesses espaços democráticos, embora seja necessário evoluir nos dados sobre a qualidade desta participação feminina.

Dessa forma, atores sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão sobre as políticas públicas de saúde no Brasil puderam, pela primeira vez, influenciar a definição e a execução da política de saúde. Dentro da construção burocrática brasileira o controle social é a capacidade da sociedade de se organizar para realizar intervenções e demandar ao Estado que as políticas públicas sociais sejam direcionadas para as necessidades reais da população, evitando que sirvam ao interesse de acumulação de capital (CORREIA, 2000).

Seu papel é fiscalizar e monitorar a organização e funcionamento do SUS, mas, para análise, o controle social funciona como ato político de leitura crítica da sociedade, um espaço de exercício do protagonismo de sujeitos democráticos populares, como descreve Sposati e Lobo (1992). Além disso, as práticas de participação exercidas nos conselhos de saúde estão inaugurando uma nova institucionalidade, que inclui os usuários como novos sujeitos sociais na esfera pública. “O processo de democratização da sociedade brasileira amplia essa esfera e dá visibilidade para o confronto entre uma cultura política tradicional e outra democrática” (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010).

Uma das conquistas mais importantes introduzidas pela Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2005), conta com a participação popular nas políticas de saúde no Brasil, por meio dos conselhos de saúde. A criação do SUS delegou aos municípios uma série de atribuições que antes eram de responsabilidade da União e dos Estados, e que dão a autonomia na elaboração da política municipal (SILVA et al., 2000), com o Conselho Municipal de Saúde atendendo como espaço para a prática assistencial.

Essa participação social tem em sua descrição de sua função ajudar, participar e idealizar, a formulação de políticas públicas de saúde, bem como o exercício do controle social (SOUZA; SALIBA, 2003). Como resultado, o controle social caracteriza-se na expressão mais viva da participação da sociedade na gestão da saúde, conforme destacado pelas normas básicas de funcionamento do Ministério da Saúde, editadas em 1993 e 1996 (BRASIL, 1993).

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, estabelece a representação de diversos segmentos da sociedade civil em conferências e conselhos de saúde nos níveis municipal, estadual e federal de governo (BRASIL, 1990). Os conselhos de saúde, como autoridades setoriais, provedores profissionais e institucionais e trabalhadores do setor, representam a sociedade civil organizada (LABRA, FIGUEIREDO, 2002).

A Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003, estabeleceu as diretrizes para a formação, reformulação e funcionamento dos conselhos de saúde, afirmando que eles devem "atuar na formulação e proposição de uma estratégia de controle da execução das políticas de saúde, incluindo aspectos econômicos e financeiros" (BRASIL, 2003).

No Brasil, a democratização e a descentralização criaram inúmeras oportunidades para a participação popular na tomada de decisões de políticas públicas. Hoje, os conselhos trazem um potencial transformador ao cenário político em dois níveis: o do Estado e o da própria sociedade (O'DWYER, MOYSÉS, 1998).

A análise das relações de poder em um conselho de saúde permite compreender melhor os discursos e as práticas, como onde estão os pontos de inflexão, que tipos de resistências são encontrados e qual é a topografia dos atores que ali atuam (WENDHAUSEN; CAPONI, 2002). Suas práticas de participação podem contribuir para a democratização das relações ou servir como ferramenta para perpetuar a desigualdade e a submissão.

O Conselho de Saúde, órgão colegiado permanente e deliberativo composto por representantes do governo, profissionais prestadores de serviços de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, incluindo aspectos econômicos e financeiros, a cujas decisões são aprovadas pelo chefe do Poder Executivo legalmente estabelecido em cada esfera de governo (BRASIL, 2003).

Os conselhos podem ser instrumentos privilegiados de efetivação de direitos, rompendo com as formas tradicionais de gestão, possibilitando a ampliação dos espaços de decisão/ação do poder público, favorecendo a formação de esferas públicas democráticas e, potencialmente, possibilitando a participação dos sujeitos sociais em processos participativos. diálogo mais amplo e com maior carga ética e política com o Estado (BRASIL, 2003).

A complexidade das questões discutidas, em especial as financeiras, sobre as quais as pessoas coletivas não têm conhecimento, resultou em várias iniciativas de formação de conselheiros, que, aliadas a uma espécie de "profissionalização" dos representantes dos utilizadores permitiram adquirir alguma familiaridade com os assuntos relacionadas às políticas, programas, ações e serviços de saúde (LABRA, FIGUEIREDO, 2002).

Segundo Correia (2000), o controle social sobre os recursos públicos de saúde é um desafio para os conselheiros, pois é de difícil implementação. Para começar, trata-se de uma prática relativamente nova que substitui toda uma postura de submissão que encara os recursos como uma questão sensível e intocável, relegada ao domínio de técnicos e administradores. Em segundo lugar, os instrumentos de prestação de contas ainda são muito complexos, tornando-os difíceis de entender para fins de avaliação.

Além disso, as informações de renda são de domínio do gestor, e seu critério é conhecer ou não o conselho de saúde (CORREIA, 2000). Segundo Abers (2000), o controle social dos representantes dos usuários sobre as contas do gestor tem sido a meta mais difícil de ser alcançada em quase todos os conselhos de saúde do país.

Os conselheiros não divulgam efetivamente as informações para o público em geral, o que corrobora a afirmação de Carvalho (1997) de que os conselhos de saúde não exigem mais normas ou leis, mas sim uma política mais transparente e com mais voz, o que envolve direta e organicamente questões de informação e comunicação de massa.

Stralen (2006) conclui em seu estudo que a restrição à participação direta do cidadão nas conferências, a distância entre a conferência e o conselho de saúde e sua redução a uma instância que primariamente dá voz às demandas de trabalhadores e usuários afastaram os conselhos de seu projeto original, que se tornaria um espaço de negociação e discussão entre grupos de interesse, com a promessa de tornar as políticas de saúde mais responsivas aos interesses dos usuários.

Os membros dos conselhos têm pouca compreensão de suas responsabilidades. A maioria das pessoas disse ter problemas para entender os documentos. A disseminação da informação para a sociedade e o debate orçamentário são duas áreas que precisam ser aprimoradas. A principal forma de ingresso no conselho é por nomeação e não por eleição, o que não promove a

participação efetiva da sociedade. Após o treinamento, os conselheiros de saúde perceberam a escassez de informações disponíveis e, como resultado, compreenderam melhor seus papéis e ampliaram seus conhecimentos (LABRA, FIGUEIREDO, 2002).

Nas narrativas das entrevistas que veremos na sequência, veremos que as entrevistadas percebem o espaço dos Conselhos e política em geral como machistas e patriarcais. Isso inclusive faz parte da retórica de defesa do movimento, como uma oposição às estruturas de discriminação. Podemos nos perguntar se essas mulheres conseguem enxergar a si mesmas como persona política, em que termos elas se constroem como performance, se elas têm clareza do que falam para uma audiência, como elas se percebem em relação aos estereótipos, ou se a política para elas ainda é um espaço de representação, de serem porta-voz de um grupo ou uma causa.

4 ENTREVISTAS E METODOLOGIAS DAS NARRATIVAS

Neste capítulo, tenho como objetivo reconstruir as narrativas reiteradas nas entrevistas realizadas, para verificar suas trajetórias e ações políticas. Na experiência da entrevista, fez-se necessária a tentativa de expor a análise do material empírico e apresentar alguns conceitos centrais que foram tratados como ‘nativos’ e os tipos de narrativas construídos a partir das nuances detectadas nos relatos obtidos com as entrevistadas e, por fim, a tentativa de elaborar possíveis categorizações construídas através do engajamento político e a trajetória das entrevistas até a vida pública.

Minha intenção primordial é analisar as entrevistas e as trajetórias das mulheres e suas atuações políticas nos Conselhos de Saúde. Foram ouvidas 17 interlocutoras com trajetórias distintas, mas que convergiram em suas ações públicas. Contudo, antes de apresentar as entrevistas, abordo a discussão das histórias de vida como possibilidade analítica.

Temos mulheres de diferentes etnias, de diferentes idades, mas que em um ponto de suas vidas se encontraram na atuação como gestoras em conselhos de políticas de saúde. Das entrevistas, observei entre as interlocutoras, a reiteração de três categorias de construção narrativa (LIMA, 2016) e das carreiras (GOFFMAN, 2001) nos conselhos de saúde, tais como: cuidado feminino, adesão ao estudo como *ponto de inflexão* (HUGHES, 1952), a maternidade e a relação das interlocutoras com as mães.

Dessa forma, o capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, abordo os desafios da mulher na esfera pública a partir das entrevistas e analiso as categorias enquadradas nas narrativas apresentadas (GOFFMAN, 2006), a saber: cuidado, maternidade, estudo e movimentos sociais. Na segunda, me concentro na verificação da metodologia das narrativas, a partir de seu arcabouço teórico.

Assim, as trajetórias das mulheres são apresentadas a partir de enquadramentos intencionais (GOFFMAN, 2006), demonstrando apenas alguns aspectos da complexidade de cada biografia, marcadas pela imprevisibilidade, pela autonomia, pela flexibilidade, pela performance e pela produção dialógica entre pesquisadora-interlocutoras. Para os relatos, foram realizadas três entrevistas presenciais antes do início da pandemia. Entretanto, com as medidas sanitárias tomadas para reduzir a contaminação pelo SARS-CoV-2, passaram a ser feitas por

telefone e gravadas para posterior transcrição. Sendo realizadas 14 entrevistas desta por contato telefônico, o que acabou comprometendo uma grande parte da análise de comportamento das entrevistadas.

A idade das entrevistadas variou entre 24 e 76 anos. Destas, nove se autodeclararam brancas, quatro negras e quatro pardas. Sobre o estado civil, quatro se declararam casadas, uma vivendo união estável, uma viúva e seis solteiras. Tais informações estão sintetizadas no Quadro 1 abaixo indicado:

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas, 2021

Entrevistada	Idade	Etnia	Estado civil	Filhos	Escolaridade
Aldelvânia Mourão Lara	59	Parda	Casada	Uma filha	Graduanda em Gestão Pública
Cynthia Cavalieri Miguel	47	Branca	Divorciada	Três filhos	Psicologia
Deise da Silva Medeiros	46	Parda	Casada	Um filho	Filosofia e Enfermagem
Elizabeth Cristina Felix	63	Branca	Solteira	Sem filhos	Ensino Médio Completo
Ester Leão Correia	67	Negra	Casada	Cinco filhos	Ensino Fundamental Completo
Fernanda de Almeida Delgado	37	Branca	União estável	Dois	Graduanda em Gestão Pública e Serviço Social
Francinele Aparecida Matoso	38	Branca	Solteira	Sem filhos	Serviço Social
Gabrielle Costa Cardoso	24	Parda	Solteira	Sem filhos	Graduanda em Ciências Sociais
Joana D'Arc da Costa do Leme	57	Branca	Solteira	Sem filhos	Odontologia
Lenir da Silva Roman Oliveira	53	Branca	Solteira	Dois filhos	Pós-graduação em Enfermagem
Maria Adelina Braz	73	Negra	Solteira	Três filhos	Enfermagem e Gestão Pública
Maria da Penha Silva	49	Negra	Divorciada	Um filho	Pedagogia
Maria Madalena Calheiro	76	Parda	Divorciada	Quatro filhos	Ensino Médio Completo
Regina Celia de Souza	67	Branca	Viúva	Duas filhas	Ensino Médio Completo

Entrevistada	Idade	Etnia	Estado civil	Filhos	Escolaridade
Samantha Maria Boucheat	40	Branca	Solteira	Uma filha	Pós-graduação em Direito
Sandra Rodrigues Peron de Faria	48	Branca	Casada	Uma filha	Ensino Médio Completo
Thalita Franco Leôncio	27	Branca	Solteira	Sem filhos	Direito

Fonte: Elaboração Própria, 2021.

4.1 OS DESAFIOS DA MULHER NA ESFERA PÚBLICA A PARTIR DAS ENTREVISTAS

Neste tópico irei fazer a tentativa de apresentar a trajetória de algumas mulheres que, de formas diferentes, participaram em conselhos e se envolveram com a vida pública. Todas enfrentaram obstáculos na vida pessoal, social, profissional e, principalmente no âmbito da política. A situação de pobreza, a cor da pele, as orientações sexuais e as opções religiosas estabeleciam diferenças e, às vezes, suscitavam discriminações, mas a principal dificuldade estava na própria condição feminina.

4.1.1 Política e cuidado

Aponto aqui três entrevistas nas quais o principal destaque foi o tema do cuidado:

1) Maria Adelina, autoidentifica-se mulher negra nascida em Juiz de Fora no dia 13 de maio de 1948, tem como formação o curso técnico em Enfermagem e o curso superior de Gestão Pública. Já atuou em diversos cargos públicos e de representações. Atualmente é conselheira regional de saúde, faz parte do Sindicato dos Servidores Federais de Minas Gerais e do Conselho da Mulher. Também participa dos movimentos feministas, da UNEGRO e Movimento Negro de Mulheres. Adelina foi homenageada em Salvador, sendo agraciada com o troféu Rainha Nazinha por 2 anos consecutivos. No segundo ano, além da participação como homenageada, também ajudou na organização do evento. Este evento envolve mulheres de todas as profissões, classes sociais, de quilombolas a juízas, envolvidas ou não com a política.

Começou sua carreira na vida pública em 1966, participando do movimento negro promovido pelo Grêmio Souza Cruz da cidade, época em que Juiz de Fora ocorria a segregação, tendo lugares para negros separado dos brancos, inclusive ruas que apenas pessoas consideradas brancas podiam passar. Seu sonho era ser médica, pretendendo realizar o curso atuando como professora, entretanto, no que seria seu primeiro dia dentro de uma sala de aula, sua mãe veio a falecer. Toda a responsabilidade da família recaiu sobre ela, os cuidados do pai, da avó, dos sobrinhos, dos afazeres da casa, fizeram com que ela deixasse a sala de aula antes de entrar nela. Filiou-se ao PT em 1983 e ajudou na fundação o conselho local de saúde, tornando-se presidente, promovendo uma grande luta para a construção da UBS em Benfica, além de já ser sindicalista.

Após sua aposentadoria, em 2012, filiou-se ao PCdoB. Apesar de todo seu envolvimento com o mundo da política, dona Adelina não pensa em se candidatar, apenas continuar suas participações nos conselhos e campanhas. Nas palavras de Adelina, sobre a participação na política, mesmo com idade mais avançada:

Eu acho que a gente tem que fazer um social, tem que trabalhar é muitos velhinhos que tá dentro de sua casa precisando de sair pra fora agitar, né que tão se acabando e aí e num porque não tem nada né então esse é esse o meu povo, meu povo assim que eu amo muito, eu gosto muito da saúde, muito mas eu gosto muito de lidar com pessoas humilde, com pessoas simples, eu gosto muito de ensinar.

2) Elizabeth se autoidentifica mulher branca, lésbica, metalúrgica aposentada, nascida em Juiz de Fora no dia 14 de março de 1958, finalizou o ensino médio, pessoa de grande fé, leitora e crédula absoluta da Bíblia. Atualmente está no conselho local, regional e municipal de saúde, e nas comissões da SIT, da saúde do trabalhador, e de Ética e Pesquisa Humana do HU, CONEP, e de diversos programas sociais. Na vida pública, sempre procurou estar em cargos onde conseguia defender os menos favorecidos. Começou a ingressar no mundo da política aos 18 anos, participando dos movimentos sociais ao lado de Jair Meneguelli, Lula, Beth Lobo, dentre outros. Esteve em diversos seminários para aprimorar seu aprendizado sobre política, direitos, que contribuíram para aprender a ter a sua voz no meio. Não há histórico familiar na vida política.

Elizabeth, fez uma análise da participação dos homens na vida pública dos bairros, dizendo que estes esperam que apenas as mulheres se envolvam, ficando de

braços cruzados esperando que tudo se resolva. Além disso, ela traz a importância de as pessoas aprenderem a se doar, de trabalhar a empatia, o amor ao próximo. Também reflete que ela foi a pessoa mais importante para ingressar na vida política, que sua força de vontade a fez passar por cima de todas as dificuldades, que enfrentou e venceu todos os casos de machismo e misoginia. Mesmo com toda sua trajetória e participação pública, nunca teve interesse em se filiar a qualquer partido.

3) Maria da Penha, nascida em 23 de maio de 1974, natural de Juiz de Fora, se autoidentifica negra, professa a religião católica, mas gosta de estudar e entender diversas outras crenças. Professora do ensino fundamental, mas estava desempregada quando ocorreu a entrevista. Vinda de uma família de quatro irmãos, refletiu que teve uma excelente infância, marcada por brincadeiras e amigos, seguindo todos os rituais religiosos católicos. Para ela a vida familiar sempre foi algo bom, cheio de lembranças agradáveis. Na vida adulta, acabou casando-se para agradar o pai, que tinha o sonho de levar a filha no altar.

Maria da Penha é presidente da associação de pessoas com doenças falciforme de Juiz de Fora e região. Também é assessora da equipe do sudeste do Brasil, da Federação Nacional de Anemia Falciforme. Já foi representante dessa instituição dentro do conselho municipal de saúde de Juiz de Fora, hoje atuando apenas como conselheira regional e local, sendo uma grande defensora do SUS. Maria da Penha, garante que é uma pessoa que vai atrás, independente dos interesses políticos dos outros, ela está sempre disposta a ajudar, a lutar por aqueles que precisam de ajuda, que estão em busca de uma consulta, tratamento, ou qualquer outra coisa.

Mesmo com toda sua participação na vida pública, hoje a prioridade de Maria da Penha é cuidar do filho, que possui anemia falciforme. Suas batalhas pessoais possuem grande reflexo na sua paixão em ajudar, na sua empatia. Através de associações, reuniões de pessoas que possuíam familiares com a mesma doença que o filho, conselhos de saúde, aprendeu, e aprende cada vez mais. Isso possibilitou a ela ter ferramentas e conhecimento para lutar pelo seu filho, e por todos aqueles que pedem por sua ajuda. Refletindo sobre seu dia a dia, suas lutas e trabalho, ela diz que sempre busca aprender algo todos os dias, que mesmo que ela não tenha êxito em tudo que tenta, ainda assim é válido, pois a tentativa foi feita, e algum dia tudo acaba se resolvendo.

4.1.2 Política e Maternidade

Neste item exponho sete entrevistas nas quais o ponto fundamental foi o da maternidade:

1) Aldelvânia, se autodeclara mulher parda, nascida em 31 de dezembro de 1961, descendente de índios, casada, mãe de dois filhos, costureira e modelista, e está cursando a graduação em Gestão Pública. Atualmente ocupa o cargo de presidente do conselho de saúde local do bairro Santos Dumont, e é representante no conselho municipal, além de participar da comissão do idoso da câmara municipal. Ela já foi do conselho fiscal da SPM da associação de moradores, filiada e candidata a vereadora pelo Partido Verde, PR, PNR e PRTB. Aldelvânia, afirma ter sido criada apenas pela mãe até os 13 anos, indo conhecer o pai no interior do Maranhão, onde acabou permanecendo com a nova família. A mãe, segundo a entrevistada, “caiu no mundo”, e para não ficar sozinha, preferiu ficar com o pai recém conhecido, os quatro irmãos e a madrasta que a acolheu como uma filha. Todos estes fatos tornaram Aldelvânia uma mulher muito ligada a família, herdando também da mãe a inquietude, a vontade de sempre querer mudar, de estar mexendo com algo, de sempre estar ajudando as pessoas ao seu redor.

Vinda de família com histórico na política, tanto do lado do Pará quanto do Maranhão, fazendo parte da família do atual vice-presidente General Mourão, e com influência de amigos próximos, ela começou a ingressar neste mundo participando de comícios e campanhas do tio, entretanto, por muitas décadas nunca houve participação feminina de sua família na política. Além disso, o avô era próximo do grande escalão militar da região, prestando diversos serviços de carpintaria para eles. Já adulta, começou atuando como conselheira na associação de moradores, e subindo de cargos com o passar do tempo, chegando a presidente do conselho local do bairro Santos Dumont, e posteriormente participando do conselho regional, da comissão de saúde.

Em uma análise feita pela própria Aldelvânia ela diz que os partidos não querem realmente que as mulheres sejam eleitas, que as usam apenas para cumprir a cota, e ganhar votos de outras mulheres, mas que o objetivo real é eleger os homens. Mesmo estando envolvida com a política, ela é uma pessoa com gostos diversificados, como moda e a área de beleza, sendo está a profissão que realmente considera como sua.

2) Cynthia, divorciada, se autodeclara branca, psicóloga hospitalar e ouvidora, católica não praticante, nascida em 07 de abril de 1974, residente em Juiz de Fora desde o nascimento. Atualmente, é conselheira de saúde, representando o hospital João Penido. Vinda de uma família humilde, de pai agricultor e a mãe que trabalhava como assistente de saúde, sendo inspiração para sua caminhada profissional. Não é afiliada a nenhum partido político por não se sentir representada por nenhum deles.

Segundo a entrevistada, sua história familiar foi marcada por muitos companheiros, cuidado e afeto por parte de pai, mas de dureza pela mãe. Mãe de três filhos, possui grande atuação na área da saúde, mas sem interesse político, visando apenas ajudar o próximo, cuidar daqueles que precisam, estar do lado de pacientes em estado terminal. Cynthia adquiriu grande parte do seu aprendizado sobre políticas públicas na saúde participando de comissões e conselhos, o que a possibilitou ajudar ainda mais aqueles que necessitavam. Outra grande motivação foi o contato com uma pessoa em estado terminal, que encontrou em 1995, ainda cursando Psicologia, que a ajudou a definir o rumo profissional no qual se encontra até hoje.

3) Fernanda, nascida em 22 de junho de 1983, em Lima Duarte, Minas Gerais, se autodeclara branca, católica, em união estável há 20 anos, mãe de dois filhos, cursando duas graduações, Gestão Pública e Serviço Social. Atualmente, atua profissionalmente como secretária executiva da prefeitura, na SETTRA. Também faz, voluntariamente, parte da associação de moradores do bairro Benfica, da diretoria da rádio TRANS FM, do conselho local de saúde, como diretora de eventos e social do Esporte Clube Benfica, da UNAU, do conselho municipal de segurança pública municipal de Juiz de Fora. Sua mãe é natural de Lima Duarte, e seu pai, já falecido, era natural de São Paulo. Possui diversos familiares atuantes na política, tanto municipal quanto federal. A mãe possui o ensino médio incompleto e o pai possuía o ensino fundamental incompleto. Ele era metalúrgico e a mãe operadora de caixa.

A influência para a vida política veio da mãe, avó e bisavó. Desde pequena sempre foi uma pessoa feliz, com uma infância que traz boas recordações, sempre gostou de ajudar o próximo, usando o pouco dinheiro que, às vezes ganhava para ajudar quem precisava, e sempre gostou de ensinar. Teve um início de união estável com grandes dificuldades, sofrendo aborto espontâneo, sem estrutura na casa em que foi morar, batalhando por tudo desde o começo, uma luta que foi vencida. Aos poucos, sua vida pessoal foi se estruturando, entretanto, acabou sofrendo outro aborto, e passou a sofrer com depressão. Descobriu que só possuía uma tromba e um ovário,

teve uma gravidez extremamente difícil do primeiro filho, tendo grandes complicações mesmo após o nascimento, fazendo mais duas cirurgias num período de 13 dias após a cesárea. Já o nascimento do segundo filho foi mais tranquilo. No entanto, ambos apresentavam problemas respiratórios, sendo necessário cuidados constantes, muitas idas a hospitais, leite especial, medicamentos, etc. Mesmo em meio a tudo isso, Fernanda ainda conseguia vender seus artesanatos, ajudava sempre que possível o próximo e o marido fazendo trabalhos extras. Ambos tendo uma vida bastante difícil.

Sua trajetória na política começou como conselheira fiscal, sendo posteriormente convidada a participar da associação que cuida de todos os bairros de Juiz de Fora. Fernanda sempre era a pessoa a ser chamada para representar a entidade na qual fazia parte em todos os tipos de eventos. A motivação de F.A.D. sempre foi de ajudar o próximo, empatia, o entendimento que não se leva nada deste mundo, que a melhor marca a ser deixada é ter ajudado aqueles que necessitavam. Toda essa trajetória a fez ser nomeada Personalidade de Juiz de Fora em 2019 e 2020.

4) Deise, nascida em 04 de dezembro de 1974 em Juiz de Fora, Minas Gerais, separada, se autodeclara parda, não professa nenhuma religião, possuindo sua própria fé, acreditando em uma força maior que move o universo; formada em Filosofia e Enfermagem pela UFJF, servidora pública municipal como técnica de enfermagem no Hospital de Pronto Socorro de Juiz de Fora. Conselheira municipal representando a categoria pela entidade sindical que é o Sindicato dos Servidores Públicos de Juiz de Fora, o SINSERPU. Mãe de um filho, está no terceiro casamento com um advogado, filha de pais que não chegaram a finalizar o 1º grau do ensino fundamental. Cresceu em um ambiente simples, casa pequena, mas com uma estrutura financeira estável por vários anos, que permitiu a ela e a sua irmã gêmea estudarem em bons colégios. Começou a trabalhar com 15 anos, com sua tia produzindo lingerie, o que acabou gerando conflitos com o pai, que não queria que ela trabalhasse, com essa história se repetindo posteriormente com o marido, sendo uma das causas da separação.

Sua influência na política vem do avô, que era extremamente ativo neste mundo, possuindo contato direto com Ulisses Guimarães. Também possui um tio advogado que é engajado nas lutas sindicais de diversas categorias dentro da cidade. O pai, mesmo não participando de nenhum movimento político, sempre foi grande

apreciador da Ditadura Militar, ideologia esta que Deise sempre foi contra. Começou na vida pública participando do conselho municipal de saúde, mas sem ingressar no mundo da política. Em 2016, entrou efetivamente no sindicato, assumindo a pasta como executiva, devido ao seu trajeto prévio. Teve uma ascensão grande dentro do sindicato, assumindo a secretaria de saúde da central, a direção de saúde da federação, direção da confederação e, mais recentemente, a direção da associação e da Comissão de Negociação Salarial. Mesmo tendo boa parte da sua luta voltada para a vida sindicalista, não se considera de esquerda, mas também nem de direita, apenas uma pessoa que vê a necessidade de lutar por aqueles que precisam.

Para chegar aonde está hoje, ela teve que brigar bastante, enfrentar diversas pessoas, não tolerar nem permitir que favores políticos estivessem acima daquilo que realmente deveria ser feito, não se deixar intimidar por ameaças, jogos de influência, de poder, que só buscavam beneficiar aqueles que poderiam trazer algum benefício para manter a imagem do bom político, e continuar se reelegendo, assumindo cargos diversos dentro da prefeitura. E com toda essa trajetória, e histórico na vida pública e política, nunca foi afiliada a nenhum partido, e diz que nunca pretende o fazer. Deise também reflete sobre a participação das mulheres na vida sindical, dizendo ainda ser pouco expressiva, comentando que no mundo acadêmico, o número feminino é maior, sendo necessária sua inserção nesta esfera, para ampliar participação na política, promovendo uma mudança por meio da visão das mulheres perante a sociedade, além também de defender maior diversidade sexual nestes locais, incentivando a visão e contribuição de todas as minorias.

5) Ester, tem 67 anos, natural de São Gonçalo do Rio Preto, Minas Gerais, mas atualmente reside em Juiz de Fora. O pai era baiano e a mãe pernambucana. Se autoidentifica negra, casada, mãe de cinco filhos, dona de casa, católica fervorosa, estudo até a 7^o série, já trabalhando desde a infância em casa de família. Tem como principal influenciador na sua vida de contribuições sociais seu pai, que ajudava a todos que precisavam, sempre contribuindo pelo bem do próximo, algo que Ester, traz consigo por toda sua vida. Atualmente é presidente da associação do bairro, presidente do conselho local de saúde, e vice do regional. Sua vida pública começou com a criação do time de futebol para os filhos participarem, levando outras crianças juntos, tirando-as da rua.

Começou sua participação na política entrando na associação do seu bairro, que estava quase se desfazendo devido a péssima gestão que estava há 15 anos na

organização, ganhando a eleição, entretanto, enfrentou diversos problemas devido à falta de infraestrutura e à falta de apoio da prefeitura, chegando a pagar diversas contas com seu próprio dinheiro. Com a ajuda de um empresário da cidade, conseguiu reformar a sede da associação. Após a reforma, a associação passou a oferecer aulas de violão, jiu-jitsu, judô, dança de salão, capoeira, dentre diversas outras atividades voltadas para a comunidade. Mesmo com todas as dificuldades que a vida lhe proporcionou durante sua juventude, trabalhando de empregada para pessoas que lhe negavam comida, descanso e a maltratavam, Ester., conseguiu permanecer forte, e, como ela mesmo descreveu, hoje ela tem uma vida maravilhosa, mora em um palácio e possui grandes riquezas como amor, família, amigos, pessoas com quem contar, seu trabalho.

6) Maria Madalena, tem 76 anos é natural de Divino, mas reside em Juiz de Fora desde a década de 50. Mãe de quatro filhos, se autodeclara parda, fez ensino fundamental completo, já trabalhou em lavouras, colheitas de café, plantações, como babá, lavadeira, empregada doméstica. Teve uma infância difícil, com falta de comida, passando grandes dificuldades, e ainda décadas depois, passou por diversos problemas com o marido. Atualmente é revendedora da Avon há 60 anos, para ajudar a complementar a renda da casa, pois o marido, que já saiu e voltou para casa, pouco contribui. Ainda assim, sempre esteve disposta a ajudar aqueles que precisavam, dando do pouco que possuía.

Para ela, a melhor conquista que teve em toda sua jornada foi seu reconhecimento, o respeito conquistado, o amor compartilhado, a ajuda que conseguiu, e ainda consegue para todos aqueles que a procuram. Já foi presidente do bairro Industrial, fez parte do conselho de segurança, da associação de moradores, durante seis anos. Atualmente está como conselheira municipal de saúde, desde sua fundação. Também faz parte da primeira associação de moradores do Brasil, a UNIJUF e já foi candidata a vereadora por três vezes pelo PMDB. Morou na França e Alemanha, sendo babá, “mãe de leite” de seis crianças.

7) Samantha, tem 40 anos, nascida em Divino, Minas Gerais, se autoidentifica branca, advogada, gestora pública, servidora pública municipal, casada, mãe de uma menina, com um cachorro e um gato. Teve uma infância pobre, difícil, sofrida, sofrendo diversos tipos de abuso. O pai é de Manhuaçu, com ensino médio completo, e a mãe é de Carangola, semianalfabeta. Não possui nenhum parente em lideranças da vida pública, sendo a única na família que está engajada na política, entretanto, possui

histórico familiar de ajudar políticos durante as campanhas eleitorais. Mas um dos seus irmãos, que é transexual, foi candidato a vereador em Carangola, pelo PSB. O marido é formado em Letras e Filosofia, possuindo pós-graduação, trabalhando atualmente como carteiro. Sua maior referência da vida pública e política foi Beraldo Paulo Rogério⁷ devido a sua humildade e compaixão pelo próximo.

Desde criança aprendeu com a mãe a se importar com o próximo, a abrir os braços e estender a mão para aqueles que necessitavam, independente de credo, orientação sexual ou cor da pele. Cresceu gostando de estar à frente das coisas, de liderar, era sempre a aluna que conversava com os professores quando algum problema surgia entre os alunos, tendo sua primeira participação em um evento público aos 7 anos. Cresceu tendo uma visão dos políticos semelhante ao coronelismo em sua cidade, fazendo-a ter asco deste mundo. Para Samantha, o nascimento de sua filha foi um evento de impacto imenso em sua vida, em seu jeito de ser. A experiência da maternidade a mudou, e continua mudando, permitindo a ela crescer como pessoa, mulher e profissional.

Atualmente é ouvidora e conselheira municipal de saúde. Já foi presidente da associação de interesse de pacientes, presidente da associação de moradores, presidente de conselho local de saúde, regional, é representante do conselho estadual de saúde e do conselho municipal de saúde. Já foi diretora da associação de ouvidores do SUS, da associação brasileira de ouvidores, presidente do Partido Comunista do Brasil de Juiz de Fora, foi da diretoria do partido, vice-presidente do Partido Comunista do Brasil, em Juiz de Fora e já teve algumas atuações também partidárias.

Em sua trajetória política, relata diversas perseguições por parte de pessoas que trabalhavam junto que, queriam manter seus cargos, mesmo com o final do mandato. Foi difamada publicamente, diversas intrigas e mentiras foram jogadas a população, mas ainda assim conseguiu se eleger ouvidora, quebrando diversos paradigmas, por estar ocupando um cargo que era geralmente direcionado como “cabide” para político mais velho ocupar, e Samantha tomou posse e passou a trabalhar arduamente pra fazer jus a sua colocação. Foi candidata a vereadora, obtendo quase 1.000 votos em uma eleição onde não tinha recursos financeiros para

⁷ Beraldo Paulo Rogério foi vereador por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 1993 a 2000. Entre 1999 e 2000 ocupou a presidência do Legislativo. Paulo Rogério também foi presidente do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora por três mandatos, figura relevante na política regional.

realizar qualquer tipo de campanha, mas depois de toda experiência que teve durante as eleições, no momento não possui nenhuma pretensão de voltar a candidatar-se.

Entre as dificuldades apontadas por ela, o preconceito e o machismo foram os principais, vinda de homens e mulheres, que possuíam a ideia de que os espaços públicos e políticos eram destinados apenas aos homens. Samantha sempre foi uma pessoa preocupada em seguir as regras, as orientações legais para realizar uma campanha, participar da vida pública, entretanto, não foi isso que encontrou na maioria dos locais por onde passou. Entre os facilitadores para sua caminhada política e pública esteve o desconhecimento da população sobre quem era, por não ter grande visibilidade na mídia em decorrência do cargo que ocupada, ela, conseguia adentrar diversos locais que determinados políticos não conseguiam, o que deu a ela conhecimento e empatia perante muitas pessoas. Mesmo já tendo concorrido em eleições passadas, hoje não tem mais nenhuma pretensão em tentar ocupar um cargo público via eleição.

4.1.3 Política e Estudo

Reúno abaixo três entrevistas nas quais o conceito chave foi o de ensino:

1) Francinele, com 38 anos, nasceu em Juiz de Fora, se autoidentifica branca, não possui uma religião única, adotando práticas de diversas; solteira, sem filhos; possui uma irmã, os pais possuem o ensino fundamental completo; formada em Serviço Social, atuando como assistente social no hospital estadual João Penido e como professora. Durante seu período de graduação, participou de diversos eventos políticos, debates, manifestações, diretórios acadêmicos, dentre outros. Como profissional graduada, já foi conselheira municipal de saúde, representante do conselho regional de serviço social, o CRES, e, atualmente, também compõe a diretoria do CRES, regional de Juiz de Fora. Segundo Francinele, o maior motivador para permanecer e continuar nesta jornada de vida pública, é a paixão pelo seu trabalho, por aquilo que faz. Ela, também não possui nenhuma ligação político-partidária e, segundo ela, nem pretende ter.

O familiar com inserção político é um primo que tem inserção política partidário, ocupando um cargo de confiança, entretanto, sua inserção na vida pública ocorreu estritamente pela profissão. Contudo, possui grande influência das mulheres da sua família, que teve forte impacto durante sua infância e adolescência, ajudando sua mãe

a criá-la, assim como os vizinhos, algo que, segundo ela, não existe mais atualmente. Na vida profissional também sua influência é praticamente toda feminina, principalmente devido ao curso escolhido, Serviço Social, em que o corpo docente e discente é composto majoritariamente por mulheres, tendo como principal influência, sua orientadora Cida Cassab.

2) Thalita, tem 27 anos, nascida em Juiz de Fora, se autodeclara branca, evangélica, formada em Direito e finalizando a segunda graduação em Geografia, atualmente desempregada. Ambos os pais não chegaram a 4º série do ensino fundamental I, sendo que o pai é caminhoneiro aposentado e a mãe faxineira. Já foi diretora de relações institucionais da União Nacional dos Estudantes, a UNE. Foi presidente do diretório acadêmico da faculdade de Direito, e conselheira, em outra gestão. Na família, a única pessoa presente na política é uma prima que foi vereadora em Juiz de Fora. Sua grande inspiração para ter seguido os caminhos políticos foi José Serra, o PSDB e toda sua luta durante a Ditadura Militar, sendo filiada ao partido.

Teve uma infância muito difícil, com o pai ausente, não ajudando em casa, sempre tendo que fazer tudo sozinha, aprender a estudar por conta própria, ir atrás daquilo que queria. Ainda assim, conseguiu seguir com seus estudos pois, diferente, das outras crianças, sua diversão era aprender, era ir para a biblioteca municipal e ficar estudando, aprendendo sobre diversos assuntos. Durante todo seu período de graduação, sempre se envolveu em diversas lutas, participando das eleições do DCE, como a chapa de direita, mas perdendo a eleição, mesmo sendo bem votados; ainda assim Thalita diz que foi de grande valia a experiência. Foi presidente da juventude municipal do PSDB em Juiz de Fora. Mesmo com toda sua trajetória, contato com o alto escalão do partido, participação em inúmeros eventos, embates, ela se decepcionou com a política, refletindo que ela ainda é um lugar extremamente machista, que utiliza a mulher apenas para angariar votos, não dando voz real a elas, utilizando-as apenas como moeda para ganhar eleições. Hoje Thalita não está afiliada a nenhum partido, tendo grande decepção e desapontamento com este mundo.

3) Lenir, tem 53 anos, nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, se autodeclara branca, solteira, mãe de dois filhos, pós-graduada em Gestão, e cursando uma nova graduação em Enfermagem. Atualmente é estatutária, técnica de enfermagem da rede FEMIG do estado de Minas Gerais. Não houve participação na política nem na vida pública por parte de nenhum de seus familiares, a mãe era dona de casa e o pai trabalhava com maquinário para agricultura. Desde a infância sempre foi guerreira,

lutando e buscando aquilo que acreditava e queria para sua vida, sempre batalhando, estudando, buscando se aprimorar, nunca estagnando o desejo de estar aprendendo algo novo, adentrando em diversos espaços antes ocupados apenas por homens, e mostrando que tinha capacidade igual e, em muitos casos, superior para estar ali. É uma pessoa que não faz distinção de pessoas, que trata todos como iguais, independente do cargo ou situação financeira. Mesmo com todas as dificuldades e problemas, e muitos deles decorrentes por ser mulher, Lenir acredita que o maior facilitador para sua carreira foram os estudos.

Lenir, é representante do conselho municipal de Juiz de Fora, já foi gerente da UBS Centro-sul onde trabalhou como estatutária. Hoje é diretora do centro de saúde regional de Juiz de Fora, coordenadora da pasta da secretaria das mulheres pelo sindicato do estado de Minas Gerais, também já concorreu para ser vereadora, já foi coordenadora do movimento Fé e Luz, e é tradutora intérprete de libras. Já foi presidente do partido REDE em Juiz de Fora, mas hoje está filiada ao PV; já foi candidata a vereadora em 2008 pelo PV. Em sua visão, a participação das mulheres na saúde pública é maior que a dos homens, sempre realizando capacitações, promovendo e participando de cursos, conselhos, comissões, dentre outros.

4.1.4 Política e Movimentos sociais

Apresento abaixo três entrevistas em que o tema dos movimentos sociais aparece de forma significativa na trajetória pública das mulheres:

1) Gabrielle, nascida em Belo Horizonte, tem 24 anos, sendo a mais jovem entrevistada, se autodeclara parda, estudante. Participou de diversos movimentos dentro da igreja batista, e durante o ensino médio foi presidente do grêmio estudantil e participou do colegiado escolar. Ainda criança, mudou-se para Sete Lagoas, mas ao ingressar no ensino superior, foi morar em Juiz de Fora. Com o falecimento da mãe, seu pai, e sua irmã mais nova foram morar com ela. Assim como nenhum de seus familiares, também não possui nenhum vínculo político, apenas na prestação de serviços durante campanhas eleitorais.

Filiou-se ao PSDB aos 15 anos, com a influência para participar de diversos movimentos veio do pai, que é pastor e militar aposentado, da mãe, a qual sempre estudaram política juntas, e de Aécio Neves, José Serra e Geraldo Alckmin. A ideia de candidatar-se a vereadora quando completasse 18 anos não se realizou, devido a

mudança para o Rio de Janeiro, onde não exerceu nenhum envolvimento político. Na universidade, envolveu-se com o DCE, tornou-se vice-presidente da juventude do PSDB que, segundo ela, este foi o início da sua trajetória político-partidária. Em 2018 foi candidata a deputada estadual, apenas para ajudar a cumprir a cota partidária de mulheres candidatas, e ajudando a alavancar outras candidaturas. Atualmente é presidente da juventude municipal do PSDB em Juiz de Fora, mas não pensa em seguir carreira política, entretanto, sua ideia é continuar na vida pública, mas em cargos não oriundos de eleições partidárias.

2) Joana, nasceu no Rio de Janeiro, tem 57 anos, se autoidentifica parda, espírita, dentista, servidora pública, sem vínculos partidários. Já foi tenente dentista do exército, dentista de município da região de sindicato rural, professora de escola pública, participou da secretária executiva das comissões intersetores, núcleo macrorregional, superintendente regional de saúde de Juiz de Fora, da SRE de Juiz de Fora, e atualmente está como coordenadora da Coordenação de Atenção à Saúde e Referência de Saúde Mental, na regional de Juiz de Fora, e participa do conselho municipal de saúde. Duas grandes inspirações para sua inserção na vida pública foram seu avô que, durante as décadas de 70 e 80, participou de diversas lutas contra a ditadura militar, e sua mãe, por estar sempre ligada aos assuntos de política, passando o interesse para a filha.

Ela traz consigo os exemplos de dentro de casa, onde teve esse exemplo da luta pelo coletivo, da luta pelos direitos sociais, pela igualdade de direitos. Nas reflexões de Joana, o mundo tem que estar sempre mudando, as pessoas devem querer se tornar melhores, estudando, aprendendo, contribuindo para criar um mundo melhor, sair de sua zona de conforto. Para Joana, a maior mudança que ocorreu ao ingressar na vida pública foi a consciência da responsabilidade com o outro, que o seu trabalho realizado da melhor maneira possível, ele teria reflexo positivo na vida do outro.

3) Regina, tem 67 anos. Natural de Tabuleiro, Minas Gerais, se autodeclara branca, espírita, mãe de duas filhas, voltou a estudar a pouco tempo para finalizar o ensino médio, aposentada como funcionária pública da área da educação, filha de pais comerciantes e viúva. Durante toda sua adolescência trabalhou como empregada. Mesmo tendo um familiar na vida pública, ele nunca exerceu nenhuma influência em sua trajetória e, segundo ela, nunca nem chegou a votar nele. Em sua

vida, ela teve como grande influência dos avós maternos, que sempre demonstraram carinho, sabedoria e tranquilidade perante a vida.

Mesmo sofrendo de uma doença renal crônica, já participou de militâncias pela CUT, do conselho gestor da Fundação Amor, do conselho local de saúde de seu bairro, do conselho municipal de saúde, do regional e pela região sanitária, do conselho de políticas sobre drogas, o COMPIT, onde ajudou na fundação e foi vice-presidente, do conselho de assistência social, teve três mandatos no sindicato de servidores públicos, SINSERPU. Participa da associação de moradores de seu bairro, e de uma ONG de meio ambiente, a REUTI. Não mudou seu ritmo de vida mesmo doente, participando de diversos conselhos, e ajudando sempre aqueles que precisavam. Já participou de campanhas políticas para candidatos de seu partido.

Seu vínculo partidário começou no MDB, mas hoje está vinculada ao PCdoB. No MDB participou do diretório e MDB Mulher, assim, de forma semelhante, no PCdoB. Sempre gostou de militar, sair nas ruas para lutar por aquilo que acreditava, apoiando as pessoas que defendiam as causas que sentia ser certas, entretanto, nunca chegou a pleitear nenhum cargo político, apenas participou da campanha política de outra mulher, gerenciando a parte financeira.

Entre os diversos projetos que promove, existe aqueles voltados para a educação, como reforço escolar, CPC e capacitação profissional, mas tendo que lutar para que eles continuassem a existir, principalmente porque a população mais pobre, aqueles que vivem na periferia de Juiz de Fora, eram dependentes para terem um aprendizado decente, a chance de entrar em uma instituição de ensino superior pública. Regina aponta que o maior problema em toda sua jornada na vida pública foi a financeira, sendo um grande limitador daquilo que conseguia fazer, em sua contribuição para melhorar a vida do próximo. Regina, centra toda sua motivação em sua fé, ligada a religião kardecista. Mesmo já tendo passado dos 60 anos, ainda sonha em fazer uma faculdade, e diz que pretende realizar este sonho, só precisa decidir qual curso deseja cursar, e que quer continuar com as aulas de dança.

4.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Após a apresentação das entrevistas passo à metodologia das narrativas. Tendo como base o seu arcabouço teórico.

4.2.1 Arcabouço teórico metodológico de análise

Ao abordar entrevistas sobre as histórias de vida das interlocutoras, focalizando suas atuações em políticas públicas de saúde é necessário revisitar um cabedal teórico-metodológico. Em primeiro lugar, ao assumir tal enfoque abstenho-me de uma leitura objetivista. Assim, amparando-me em Becker, reconheço que a riqueza das histórias de vidas se encontra justamente na possibilidade de colocar em relevo, os processos subjetivos relacionados aos contextos mais amplos. Para o autor, “as histórias de vida podem ser particularmente úteis para fornecer uma visão dos processos subjetivos dos processos institucionais.” (BECKER, 1999, p. 108). Dessa feita, o que se coloca em questão pelos estudos da Escola de Chicago é a relação indivíduo, instituições e ciclos de vida. Hughes, em seu clássico texto de 1952, destaca que destas relações, ainda que haja fatores que remetem à previsibilidade, os conflitos sociais, principalmente aqueles relacionados ao trabalho, tornam singulares cada jornada subjetiva. Destaca o autor:

Todo homem nasce, vive e morre num tempo histórico. À medida que ele percorre o ciclo da vida característico da nossa espécie, cada fase desse ciclo se junta com eventos no mundo. Em nossa sociedade, as sucessivas fases da vida do homem tendem a ser definidas em termos de suas relações com o mundo da escola e do trabalho: pré-escola, colégio, trabalho e aposentadoria. No entanto, algumas pessoas chegam à fase de trabalhar quando não há trabalho; outras, quando há guerras (HUGHES, 1952: 2005, p. 163).

O autor ainda ressalta a possibilidade de autonomia para irromper a previsibilidades dos ciclos biológicos e sociais.

Além do ciclo biológico da vida do indivíduo estar assim relacionado ao ciclo social correspondente à sua posição na sociedade, também são levados em consideração ciclos ocasionais de temperamento e condição — isto é, coisas que, embora não sejam tão fixas em seu ordenamento quanto o são nascimento, puberdade, envelhecimento e morte, são eventos previsíveis para todos os homens, dadas as características da vida e da natureza humana. Alguém pode violar um tabu, cometer um pecado, ou fazer algum mal a outrem. Um homem pode ficar doente e, em seu delírio, ver os espíritos dos mortos. Uma mulher pode se ver privada do homem com quem compartilhava seu lar e sua cama de forma tão íntima, como se ambos fossem um só. Tais coisas alienam um indivíduo dos outros homens e mulheres e da rotina e banalidade da vida (HUGHES, 1952: 2005, pp. 164-165).

Dessa feita, se com estudos da Escola de Chicago as trajetórias pessoais receberam peso epistemológico nas análises sobre as interações sociais ao enfatizaram mais fortemente os relatos relacionados às biografias dos interlocutores (Becker 2008; Goffman 1968; Hughes 1958), outras possibilidades analíticas podem versar sobre questões biográficas. Nesse sentido, cito a abordagem socio fenomenológica⁸ de Schutz (1979). O autor formula o conceito de *situação biográfica* (SCHUTZ, 1979, p. 73). Buscando uma análise que se aproxime do cotidiano, Schutz aduz que o relato biográfico é uma construção dependente do momento e do contexto social em que o sujeito que relata se insere:

O ambiente físico e sociocultural conforme definido [pelo indivíduo], dentro do qual ele tem a sua posição, não apenas posição em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de seu status e papel dentro do sistema social, mas também sua posição moral e ideológica” (SCHUTZ, 1979, p. 73).

Assim, baseando-se em Weber, Schutz destaca que a situação biográfica é fruto de uma relação circunstancial entre a subjetividade e o contexto social. “As biografias e a própria constituição dos sujeitos não seriam resultado de um “todo com sentido”, mas fruto das interações entre a subjetividade e o mundo social em um momento específico” (PEREIRA, 2018).

A abordagem das histórias de vida, porém, encontra críticas. Talvez, a mais incisiva seja a de Pierre Bourdieu, (1986), que, em contestação direta ao método da história oral, questionou o material biográfico enquanto possibilidade metodológica. Para Bourdieu, a noção de “biografia” é uma ilusão. O autor francês argumenta que em um relato biográfico ocorre uma tentativa dos sujeitos em imprimir coerência numa sequência lógica de acontecimentos individuais (BOURDIEU, 1986, p. 189). Tal tentativa seria uma construção artificial, na medida em que alguns fatos são selecionados em detrimento de outros. “Assim, o sentido impresso na narrativa de sua trajetória seria uma construção *a posteriori*, na qual os sujeitos organizam sua biografia na intenção de imprimir coerência ao relato. Inverte-se, desta forma, a

⁸ Dubar (1998) enumera que ante ao problema de análises “psicologizantes”, nas quais há uma concepção de “unidades psíquicas coerentes e permanentes” ou entre as análises estruturantes, as quais deslegitimam a possibilidade biográfica, a fenomenologia juntamente com abordagem genética de Piaget, a fenomenologia de Schütz, a própria escola de Chicago ou a etnometodologia foram algumas das possibilidades relacionais possibilitadas pelas Ciências Sociais (DUBAR 1998:18).

premissa de que são as trajetórias que dão sentido ao indivíduo. Na verdade, seriam os próprios indivíduos, frutos das influências de seu contexto histórico, que dariam sentido às suas biografias (PEREIRA, 2018).

Em contraposição a Bourdieu, a abordagem de cunho fenomenológico de Gilberto Velho traz à discussão a dimensão da memória. Para o autor, a memória, ao conferir coerência ao relato biográfico não opera uma ilusão, mas um exercício de autonomia do sujeito ante as influências do contexto sócio simbólico: “O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, a própria identidade” (VELHO, 1994, p. 101). Também ao aludir à memória como ensejador da trajetória de vida, Pollak (1990) apresenta que é preciso ao enunciar a legitimidade da “gestão da memória” (POLLAK, 1990) como possibilidade analítica. Nesse sentido, destaco, novamente, a contribuição de Becker ao sugerir um modelo mosaico em que a biografia é acrescida de outros materiais.

Marco Antônio Gonçalves (2012) emprega a categoria etnobiografia para descrever a relação entre o trabalho do pesquisador e da alteridade, marcando uma relação de performances compartilhadas. Assim, a trajetória de vida seria resultado conjunto entre o pesquisador em sua performance de inquirições e entre o pesquisado ao aludir não apenas à memória, mas também a relações pessoais públicas e personagens culturais. Assim diz o autor:

Neste sentido, o conceito de etnobiografia empregado aqui não é uma tentativa de produzir uma visão autêntica de dentro procurando ‘apreender um ponto de vista nativo’, mas sim um modo de definir a complexa forma de representação do outro que se realiza enquanto construção de diálogo, em que o cineasta e o antropólogo estão diretamente implicados. Portanto, etnobiografia é, antes de tudo, produto de uma relação e de suas implicações a partir da interação entre pessoas situadas em suas respectivas vidas e culturas, tendo como pano de fundo suas percepções sobre a alteridade (GONÇALVES, 2012, p. 29).

Nessa esteira, as conceituações sobre trajetórias, memórias e etnobiografia aqui evocadas se colocam como possibilidades de compreender que os sentidos das narrativas⁹ apresentadas são uma construção dialógica entre entrevistador e

⁹ Lima (2016) apropria-se do conceito de narrativa, tendo como base Ricoeur. Para a pesquisadora, o conceito de narrativa é mobilizado (...)toma os repertórios de que os indivíduos se valem não apenas como representações do mundo, mas como forma dinâmica de constituição do mesmo (RICOEUR, 1995, 1980).

entrevistado. Outra perspectiva que nos ajuda na abordagem é a de Honneth (2003) que veremos em seguida.

4.2.2 Amor, direito e solidariedade

Ainda dentro da perspectiva metodológica, considero importante o estudo desenvolvido por Honneth (2003) sobre a interrelação entre as categorias: amor, direito e solidariedade.

Nos estudos em busca pelos processos de desenvolvimento da ética humana a partir da caracterização do reconhecimento intersubjetivo presente nos indivíduos desde a infância, Honneth (2003) direcionou sua pesquisa para delinear os padrões de reconhecimento, que definiu como: amor, direito e solidariedade (TESTA, 2008). Conforme o autor, uma relação integrada consigo mesmo só é concebível por meio de uma certa sucessão de diversos tipos de reconhecimento, direito, amor e solidariedade. Quando essas interações sociais são estabelecidas levam a um aumento dos níveis de satisfação pessoal, autoconfiança, autoestima e autorrespeito (TESTA, 2008).

Existem três tipos indesejáveis de relações sociais que resultam do desrespeito/não-reconhecimento dos três padrões. Quando ocorre a falta de respeito nas conexões afetivas familiares, os requisitos de afeto familiar são violados. A vergonha física e moral pode ser usada para descrevê-lo. Se o tema do direito não é reconhecido, como na exclusão de direitos jurídicos, o desrespeito relacional é a privação de direitos, como nas circunstâncias em que são negados à minoria os direitos da maioria (NOBRE, 2003).

A degradação resulta do desrespeito ao padrão de solidariedade. Nesse caso, a pessoa não consegue adquirir ou perder posição social. Ele é rejeitado por causa de decisões ou ações que se desviam dos padrões sociais generalizados e não são reconhecidas. Por meio da atividade intersubjetiva, ele se vê no outro, mas suas capacidades, valores e ações não são reconhecidos. O desrespeito nessas formas leva a relacionamentos discordantes na sociedade (NOBRE, 2003).

No Quadro 2, é mostrado de forma conceitual uma comparação dos padrões amor, direito e solidariedade, isto é, dos padrões de reconhecimento de Honneth (2003).

Quadro 2 - Etapas do reconhecimento intersubjetivo

Objeto de reconhecimento / Modo de reconhecimento	Indivíduo (carências concretas)	Pessoas (autonomia formal)	Sujeito (particularidade individual)
Intuição (afetivo)	Família (amor)		
Conceito (cognitivo)		Sociedade civil (direito)	
Intuição intelectual (afeto que se tornou racional)			Estado (solidariedade)

Fonte: HONNETH, 2003.

Quando Honneth (2003) utiliza o termo amor, ele não está limitando a noção ao que os românticos consideravam a relação sexual. Ele utiliza uma estrutura conceitual mais ampla para categorizar o amor como um padrão de reconhecimento, trazendo laços afetivos para o coração da palavra, particularmente na participação sexual, na relação pais-filhos e na amizade. O amor, nesta definição, é um tipo de apego recíproco em que as pessoas validam suas necessidades emocionais por meio do processo de consciência intersubjetiva.

Ele emprega o trabalho de Winnicott¹⁰ para mostrar as relações de reconhecimento mãe-filho em um contexto de desenvolvimento. Honneth (2003) foi capaz de deduzir deles a ligação simbiótica que existia entre mãe e filho durante os primeiros meses de existência do bebê. Durante esse período, a energia da mãe está focada principalmente no bebê, e o recém-nascido depende completamente da mãe. Winnicott se referiu a esta fase como a categoria de confiança absoluta (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2003).

À medida que a criança se desenvolve, a mãe dedica mais tempo às atividades cotidianas e menos tempo ao bebê, resultando no início do processo de individualização e independência tanto para o bebê quanto para si mesma. Como

¹⁰ Donald Woods Winnicott foi um pediatra e psicanalista inglês influente no campo das teorias das relações objetais e do desenvolvimento psicológico. Ele foi líder da Sociedade Britânica de Psicanálise Independente, e Presidente da Sociedade Britânica de Psicanálise duas vezes.

resultado, é fundamental que o recém-nascido se diferencie de seu entorno. Winnicott se refere a essa fase como independência relativa na qual o bebê ainda é dependente da mãe, mas formando uma subjetividade que separa o mundo externo de si mesmo. À medida que a criança cresce, ele e seus pais se reconhecem afetivamente sem ter que retornar àquela primeira condição simbiótica pós-parto, e esse processo instila no jovem o que Honneth (2003) chama de autoconfiança (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2003).

Honneth (2003) apresenta as principais características do primeiro nível de reconhecimento, como o vínculo simbiótico mãe-bebê e o movimento de libertação, em que o bebê começa a desenvolver um 'eu' distinguindo seus traços daqueles do ambiente, com base nessas pesquisas (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2003).

Maus-tratos ou estupros materializam o processo de negação do reconhecimento na amizade, no vínculo pais-bebê e na relação sexual. Trata-se de uma espécie de desrespeito em que o indivíduo perde o controle de seu próprio corpo e vê sua confiança no outro e em si mesmo corroída. Tal desprezo pode ter um impacto direto na integridade corporal de uma criança ou adulto (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2003).

A segunda esfera é o direito, onde as relações jurídicas mesmo quando a família é a única fonte primária de relações sociais da criança, o amor simbiótico predomina no início, com a aceitação da individualidade preservando o apego recíproco que substituiu a simbiose. Os indivíduos crescem para abraçar o outro como uma pessoa com direitos, universalizando a gramática moral dos direitos emocionais da família por meio de um processo de reconhecimento baseado no respeito cognitivo e não na afetividade (LUCHI, 2017).

Em decorrência do não reconhecimento dos direitos individuais, o sujeito acredita que sua integridade social está ameaçada, o que pode levar ao processo de luta por reconhecimento delineado por Honneth (2003), em que as disputas levam à reconciliação, o que contribui para o crescimento da moralidade social. O crime é um exemplo de constituição de privação de direitos em que aqueles que cometem o crime negam legitimidade jurídica a quem dele sofre (SPINELLI, 2016).

De acordo com Honneth (2003), um indivíduo se define como titular de direitos somente por meio do reconhecimento do direito-outro. Mesmo que não haja contato afetivo direto entre dois sujeitos sociais, o padrão legal de reconhecimento prevê o respeito recíproco entre as pessoas, e esta é a base para o desenvolvimento da

autoestima no indivíduo. Seguindo essa linha de pensamento, que se concretizam no conceito do outro generalizado, ou seja, uma generalização das exigências de todos como existem dentro das possibilidades de conciliação entre todos.

Honneth (2003) também distingue entre o escopo do direito moderno e não moderno. A definição de direito nas civilizações tradicionais está enraizada na noção de status social, em que os indivíduos não são considerados igualmente merecedores do reconhecimento de direitos, mas sim merecedores das determinações de sua posição. Nos países modernos, a finalidade legal é resistir a qualquer tipo de privilégio ou exceção, e todas as pessoas são consideradas iguais perante a lei (HONNETH, 2003).

Ele também usou a estrutura histórica de Marshall para destacar as três principais áreas do direito que surgiram de forma independente nos séculos XVIII, XIX e XX, que se constituem do direito básico à liberdade, à participação igualitária na arena pública e ao bem-estar de todas as pessoas na sociedade. Quando essas categorias são completamente compreendidas, elas permitem que os indivíduos criem autoestima (HONNETH, 2003).

As duas formas anteriores de reconhecimento intersubjetivo são baseadas em uma estrutura emotiva e cognitiva. O direito concretiza-se no amplo entendimento de que todas as pessoas são pessoas com direitos, que se fundamenta na inerente vinculação recíproca entre pessoas próximas umas das outras. A primeira é inerente ao indivíduo humano, enquanto a segunda é inerente à sociedade democratizada moderna (HONNETH, 2003).

Das disputas que se iniciaram com Kant e Schiller¹¹, surge uma cisão semântica entre os termos respeito e consideração: a frase diz respeito ao reconhecimento jurídico, por um lado, e à estima social, por outro. Essa divisão foi fundamental para lançar as bases para um terceiro elemento de reconhecimento, determinado não por laços afetivos naturais ou pelos imperativos da sociedade civilizada, mas por um reconhecimento do grupo com características pessoais que também estão presentes nos valores que o grupo estima e a que pertencem (HONNETH, 2003).

Com base nestas reflexões foi possível supor a presença de um novo padrão de reconhecimento baseado no reconhecimento intersubjetivo de valores recíprocos

¹¹ Cf, por exemplo, Aran Gurewitsch, Zur Geschichtedes Achtungsbegriffsundzur Theorie dersittlichen Gefühe, Würzburg, 1897.

entre todos, demonstrando respeito aos valores, em oposição ao segundo padrão, que indica respeito aos direitos. A estima social é diretamente afetada pelos elementos socioculturais do grupo. Indica um conjunto de ideais que foram internalizados socialmente como superiores e estão presentes em determinados membros desse grupo (HONNETH, 2003).

O processo de solidariedade é então representado pelo reconhecimento do grupo aos ideais e talentos do indivíduo. Considerando o método pelo qual esse padrão de reconhecimento acontece, e a autoestima resultante, apresenta-se uma provável causa para a formação de agrupamentos sociais entre pares, ou seja, indivíduos com uma comunidade de valores e características sociais comparáveis (HONNETH, 2003).

Como resultado, a estima social não representa um nível ético mais elevado em que a vida humana, o bem-estar e a felicidade são as normas primárias da ação moral, mas sim uma simples ligação entre o que uma comunidade específica considera significativo e os atributos que uma pessoa tem. A estima social não incorpora diretamente a ética social. O crescimento dessa ética e a mudança de valores socialmente superiores é um fator que pode fazer do reconhecimento solidário um instrumento significativo na evolução da ação moral (HONNETH, 2003).

O respeito social, tratado por Honneth (2003), é controlado por ideias predominantes de valores éticos em uma comunidade, as formas que podem assumir são de uma magnitude não menos historicamente flexível do que o reconhecimento legal. A solidariedade tem um alcance muito mais amplo nesse conceito, podendo caracterizar melhor o processo de reconhecimento da comunidade de valores.

Nesse processo de reconhecimento, a pessoa vivencia tanto a individualização, com suas características únicas, quanto a equalização em relação aos demais. Quando esse reconhecimento é alcançado, surge a possibilidade de um tipo de auto relação conhecida como autoestima. Privar o sujeito de sua honra e dignidade negando-lhe esse grau de reconhecimento por humilhação e ofensa seria o mesmo que privá-lo de sua honra e dignidade. Como resultado, as relações de apoio, segundo Honneth (2003) (Quadro 3), são aquelas em que há tolerância e interesse empático pelas particularidades do outro.

Quadro 3 - Conceito das esferas do reconhecimento

Formas de Desrespeito	Formas de reconhecimento (Conceito)	Autorrealização
Tem impacto direto na integridade corporal dos indivíduos. Privação da capacidade de dispor livremente do próprio corpo e ficar à mercê de outro sujeito. Agitando psicologicamente, além de ser sua personificação mais grave de desdém.	Amor (Relações primárias, com fortes ligações emotivas entre poucas pessoas)	Autoconfiança
Negação de direitos e, conseqüentemente, igualdade privando o sujeito de seus direitos fundamentais como membro igual da sociedade. Sua manifestação mais severa é a escravidão.	Direito (Qualidade universal que o distingue como pessoa, derivada de uma compreensão empática de quais deveres temos que observar diante do respectivo outro).	Autorrealização
Esta é uma alusão pejorativa ao valor social de pessoas e organizações específicas. Falha em se envolver em conexões intersubjetivas. A humilhação e desvalorização desses indivíduos e organizações, bem como sua alienação da sociedade, são exemplos de desrespeito neste setor.	Estima / Solidariedade (Características particulares que o distinguem dos outros indivíduos. Associadas ao seu envolvimento na sociedade e à sua contribuição conjunta para ela).	Autoestima

Fonte: HONNETH, 2009.

4.2.3 Crítica reconstrutiva

Outro conceito que nos ajuda a analisar as narrativas é o conceito de Crítica Reconstrutiva. Axel Honneth (2003), com seu Modelo Conceitual de Crítica Reconstrutiva da Sociedade (MCCRS) pode ser uma alternativa para a análise da gestão pública e/ou social, na medida em que há interação entre Estado e Sociedade para o desenvolvimento ou na busca de relações multissetoriais em detrimento das lutas existentes no espaço público. Nesse sentido o MCCRS serve como parâmetro moderador para uma investigação da articulação de grupos sociais com agendas diversas (negros(as), indígenas, mulheres, LGBTQIA+) e sociedade.

Observa-se que as pessoas que não mulheres que concorrem ao poder, compartilham essas características definidoras dos gêneros em determinadas situações. No entanto, são comuns piadas e comentários depreciativos às mulheres,

reduzindo-as e tornando-as inseguras, para assim serem vistas como fracas na perspectiva masculina, fazendo com que tenham que provar constantemente que são capazes de estar no comando.

A força dessas ideias podem até levar a uma autoimagem suscetível ao reconhecimento negado (HONNETH, 2003), ou seja, a uma forma de escravização a estereótipos que impedem a ambição política. As mulheres muitas vezes não se sentem qualificadas para conflitos de poder - concorrer a cargos, falar ao microfone e assim por diante - e são relegadas a atividades secundárias e programadas por outras. Mesmo quando estão em uma posição mais alta, algumas pessoas podem não se considerar líderes. Por outro lado, há momentos em que as convenções sociais que definem os gêneros são questionadas (LINS, 2014). Esses questionamentos procedem das matrizes discursivas.

A grosso modo, existem três matrizes discursivas comuns ligadas ao gênero na política, cada uma das quais expressa uma gramática moral diferente, interpreta a desigualdade de gênero de maneira diferente e age de maneira diferente. A crítica às convenções sociais que definem os gêneros pode vir de duas formas distintas de matrizes discursivas, às quais nos referimos como matriz feminista, classista e meritocrática (LIMA *et al.*, 2006).

1) *A Matriz feminista*: é a postura mais extrema de contestação prática e verbal dos movimentos feministas das desigualdades nas condições e poder entre os sexos. Protege as boas representações das mulheres diante dos símbolos e discursos sexistas. Coloca em dúvida a distinção entre "conflitos universais" e "lutas particulares", isto é, entre demandas de "classe" e "gênero" (MIGUEL; BORELI, 2014).

Promover lutas de reconhecimento que supõem uma articulação entre preocupações públicas e privadas e atentam para as opressões cruzadas. Este é o quadro discursivo utilizado pelos sindicalistas mais ativamente envolvidos na política de gênero (MIGUEL; BORELI, 2014).

2) *A matriz de classes, ou classista*: pode reconhecer a presença de discriminação contra as mulheres, mas assume uma postura menos extremista do que a "matriz feminista". Considera as políticas de gênero como batalhas especializadas pelo reconhecimento das mulheres, que devem existir como uma linha de luta secundária aos conflitos mais gerais de caráter econômico e relacionados ao conceito de classes sociais. Essa matriz discursiva é assumida por sindicalistas que, embora

não sejam hostis à maioria das políticas de gênero, só participam circunstancialmente das operações sindicais em seu apoio (MIGUEL; BORELI, 2014).

3) *Matriz Meritocrática*: explica as diferenças de condições vivenciadas pelas mulheres na política e no mercado de trabalho como uma questão de mérito, negando que dimensões estruturais e culturais estejam causando disparidades nas condições de participação. De acordo com suas percepções de mérito e capacidade, as mulheres são menos qualificadas do que os homens para ocupar cargos de autoridade (SOUZA-LOBO, 1991). Esta matriz é a discursiva assumida por aqueles que se opõem às políticas de gênero ou, no mínimo, as consideram desnecessárias. As críticas à masculinidade e à feminilidade tiveram um papel significativo na evolução da política de gênero no sindicalismo brasileiro (SOUZA-LOBO, 1991). Elas revelaram nas mulheres uma busca pela autoafirmação.

4.2.4 A busca de autoafirmação

Diante dos vários tipos de constrangimentos à participação política das mulheres que identificamos, é importante notar que a superação das desigualdades de gênero requer não apenas a ocupação de cargos de poder e acesso a recursos materiais pelas mulheres, mas também a desconstrução de certos imaginários e a formação de novas imagens e consensos, cujos significados apontam para o reconhecimento da igualdade e das diferenças de gênero. (JUNQUEIRA, 2015).

A luta por espaço com poder e reconhecimento com a família e a sociedade é uma das maiores questões vistas nas respostas das entrevistadas, outro item bastante declarado é a busca de autoafirmação nos meios que atuam, onde sempre deixam claro que sejam reconhecidos por seus pares, mas essa busca é constante, tornando-se a motivação central de suas ações (HONNETH, 2003).

É claro que quando reconhecemos o outro internalizando suas atitudes, sendo empático a elas, estamos reconhecendo a cooperação social, na qual o indivíduo tem consciência não apenas de suas obrigações, mas também de seus direitos legítimos (sendo a garantia e o reconhecimento desses direitos os fatores que tornar o sujeito um membro aceito da comunidade) (HONNETH, 2003).

O fato de que a luta pelo reconhecimento implica receber a confirmação intersubjetiva de cada sujeito, e que ambos estão respaldados na noção de solidariedade (complementada por valores e propósitos semelhantes decorrentes de

encontros anteriores), ou seja, na expressão coletiva de direitos (articulação de precisa). Considerando que a ideia de autorrealização é significativa por estar ligada à autonomia do sujeito, Hegel (1971) criou uma tipologia para caracterizar os três modelos de reconhecimento que ele oferece - diferenciação entre família (esfera do amor), Estado (esfera do direito) e civil sociedade (esfera de solidariedade). O reconhecimento recíproco pode levar a conflitos sociais; a pacificação não precisa ocorrer como resultado da identificação de um valor comum (HONNETH, 2003).

4.2.5 Narrativa, coerência e ordem

Ampliando a discussão, apresento aqui também o conceito de narrativa. Isto porque, aduzo que as carreiras morais e trajetórias das entrevistadas foram a mim “narradas”, no sentido dado por Ricoeur (1995), ou seja, os acontecimentos relatados foram apresentados como uma possibilidade de constituição de sentido da relação indivíduo-mundo, e não apenas como representação.

Nessa esteira, importante é o trabalho de Raquel Lima (2016), que, em pesquisa na qual analisa os sentidos sobre o diploma universitário, ampara-se também em Ricoeur (1995) ao argumentar que narrar é, em sentido amplo, dar coerência e sentido à “desordem” da realidade. Diz a autora:

Em qualquer narrativa há uma intenção, por parte de quem narra e, por que não, uma tentação, por parte de quem a recebe, de assumir o que se apresenta como uma ordem necessária dos fatos. A transmissão de um relato, ou seja, o encadeamento de fatos que se desenvolve de maneira a acionar outros acontecimentos, está implicado de sentidos que buscam o entendimento dos receptores a que são endereçados. A aparente ordem não nos revela de imediato, entretanto, a seleção, consciente ou inconsciente, dos eventos que serão narrados, assim como o encadeamento arbitrário a que os mesmos estão submetidos, para conferir uma uniformidade ao que existe como desordem na realidade (LIMA, 2016, p. 62).

Dessa feita, argumento que nesse trabalho narrativo empreendido pelas entrevistas, o ensino foi evocado como um importante *ponto de inflexão* (HUGHES, 1952) acionado pelas entrevistas. Reitero que o acesso ao estudo se revelou como o ponto em que a previsibilidade das trajetórias foi redirecionada, resultando nas carreiras públicas que apresento neste trabalho. Destaco aqui, o relato de D*, 47 anos,

que mesmo vivendo o trânsito entre Juiz de Fora e Rondônia evoca os esforços pela formação estudantil:

Aí eu fui embora, é... sozinha pra Rondônia. Chegou em Rondônia, eu.. fui procurar uma escola pra estudar, porque eu não ia trabalhar ué. Fui procurar uma escola. Aí eu arrumei uma escola pública, comecei a estudar na escola pública. Passados uns meses, foi chegando lá em agosto. Quando foi em outubro, eu comecei a passar mal, mal, mal... eu descobri que eu estava grávida, eu fiquei grávida muito rápido. Aí eu tive que parar de estudar de novo, peguei, fiquei lá grávida, fiquei a gestação toda lá, fui e voltei pra ganhar meu filho aqui(...). Nasceu aqui em Juiz de Fora, mas veio assim, ele nasceu aqui porque eles quiseram, porque por mim tinha nascido lá, porque fica esse vai e vem, vai e vem... com dois meses que meu filho tinha nascido a gente voltou pra Rondônia, ficamos lá. Ai a gente... eu já falei, 'eu vou estudar, mas eu não vou estudar aqui não, quando eu voltar para Juiz de Fora eu vou'. quando eu voltei pra Juiz de Fora, eu fiz o curso de... não, nós fomos morar numa casa né, ele comprou uma casa, a gente foi morar nessa casa, e ele veio pra cá mesmo, transferido... peguei e falei 'bom, agora eu vou estudar'. fui e fiz um curso de auxiliar de enfermagem lá na Santa Casa, que não precisava ter ensino médio, era só ensino fundamental. Aí eu fiz, entrei, fiz o curso(...) (Deise, 46 anos, Entrevista).

Em consonância, destaco que o cuidado, menos que um ponto de inflexão nas carreiras morais das entrevistas foi acionado como um *continuum*. Um valor formativo e vocacional presente nas temporalidades das narrativas, tanto no início como no decorrer das trajetórias. Maria Madalena de 76 revela o lado acolhedor como ensejador da vida pública como agente política de saúde. No trecho destacado, a interlocutora credita ao “acolhimento” aprendido dos pais e avós, o estímulo para a atuação na vida pública:

A, eu... pra você eu falo que esse lado acolhedor, esse lado de cê entendeu, de amor, de respeito de carinho, foi dos meus pais, que eram analfabetos, a minha avó, a minha avó, mãe do meu pai, o meu avô também que era português, que eu não conheci a minha avó materna, da coisa, e nem o meu avô paterno. Mas a minha avó paterna e meu avô materno, que era o pai da minha mãe eram assim... e gente assim, muito acolhedor, muito, sabe, esse lado assim foi deles... e dos meus pais também, que eram verdadeiros professor assim... (Maria Madalena, entrevista).

Seguindo a argumentação, a relação com a mãe foi narrada pelas entrevistadas como pontos centrais das carreiras morais. Assim, ao considerar nesse trabalho os conceitos de narrativa e de carreira moral reitero a centralidade das categorias

cuidado, a relação materna, o estudo e os movimento sociais como valores evocados para ordenar e dar sentidos as memórias. Assim, ao narrarem suas trajetórias, as mulheres entrevistadas teceram seus contos calcados na realidade, inerente “desordenada”, constituindo, dessa forma, uma versão de si mesmas e de suas relações com o mundo.

Aduzo que tais categorias foram evocadas como valores centrais para dar sentido às histórias das entrevistadas. Destaco que associo as trajetórias das agentes políticas de saúde como carreiras morais, tal como define Goffman, sendo carreira moral “as progressivas mudanças do self que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (GOFFMAN, 1974, p. 24). Assim, reitero, que pelo enquadramento adotado, o cuidado, a relação materna, o estudo e os serviços sociais formaram os grandes conceitos “de mudanças morais progressivas” narrados nas entrevistas. Conceitos estes que analisarei de forma detalhada no próximo capítulo.

5 CONCEITOS DE MUDANÇAS MORAIS PROGRESSIVAS

Assim, como destacado anteriormente, a partir das entrevistas, nas quais as interlocutoras narraram os trajetos que as levaram à atuação nos conselhos de saúde, observei quatro conceitos constantemente acionadas pelas entrevistas como fatores ora formuladores, ora como tensionadores de suas carreiras. Como já destacado, foram os conceitos de *cuidado*, *maternidade e adesão ao estudo* e aos *movimentos sociais*. Inicialmente analiso a categoria do *cuidado*

5.1 O CUIDADO COMO ENSEJADOR DA CARREIRA POLÍTICA

Percebi que o cuidado na maioria dos depoimentos recebe uma conotação a princípio revestida de um sentido de relacionalidade, algo como “colocar-se em trabalho pelo outro”. Muitas das interlocutoras revelaram tal atuação ainda na infância. Observemos, como a Lenir relaciona os cuidados com os irmãos após a morte da mãe e como tais cuidados são concebidos como continuidade em sua atividade pública:

E você lembra disso desde a sua infância ou você já tem recordações disso já maior?

Não, desde pequena eu fui guerreira. Sempre, desde pequena, se alguém chegasse...

Quem que morreu antes, seu pai ou sua mãe?

Minha mãe.

Sua mãe, morreu quando você tinha 6 anos?

É, é.

Aí você ficou com seu pai...

É, eu não sei se eu... assim, desde cedo né... eu fiquei com meu pai né, aí meu pai casou novamente, saiu, afastou...

Por isso que você teve mais nove irmãos?

É. Aí caos, mas aí eu fiquei então com...

A tia era irmã da sua mãe?

*É, mas aí antes de eu ir pra minha mãe, eu ainda fiquei com parentes né, assim, na casa de parentes, rodando em casa de parentes. **E eu sempre protegendo a minha irmã**, talvez venha daí essa minha, esse meu afã de briga... risos.*

Você é mais velha?

Sou mais velha. De brigona, de tentar resolver, de proteger....

Porque você teve que se virar e teve que cuidar da sua irmã.

É, na época não acontecia nada, isso. (...)

E você tem ideia de onde que veio esse interesse pela vida pública, por exemplo, cargos como representação, aqui do centro/cine de saúde, candidatar, como é que foi?

Foi chegando... foram me oferecendo, eu fui aceitando, um desafio. Pra mim isso é um desafio, são desafios. (Entrevista Lenir.)

Em outros depoimentos, as entrevistadas destacaram a continuidade do cuidado em suas trajetórias. Em alguns momentos, o cuidado reservado aos parentes foi descrito como fator de interrupção da carreira. Maria Adelina, aos 73 anos, relata que largou o trabalho assalariado para cuidar do pai:

Sabe, eu fui a primeira professora do Mobral, aí eu tinha sonhos de fazer medicina, mas nesse período eu formei em dezembro, quando foi 12 de junho eu perdi minha mãe, aí os sonhos desmontaram né, porque aí eu fiquei com meu pai, fiquei com uma avó doente, fiquei com sobrinhos né, fiquei cuidando de tudo e a minha mãe morreu no dia que eu ia começar a dar aula pelo pela prefeitura, que quem arrumou pra mim foi Inácio Alfred sabe, foi o dr. Inácio Alfred, então eu não fui né, não tinha nem como né e nesse período aí eu já deixei tudo e voltei pra casa de família, fui trabalhar em casa de família(...)
Não dava (tempo), meu pai era muito doente, né filho muito doente a Ellen, a Cely tinha uma asma e eu tinha que sair com ela correndo para o hospital, na BD as vezes eu estava trabalhando chegava gente para me procurar para poder é me chamar para poder falar que meu pai tinha estava passando mal, eu tinha que sair com ele correndo, pegar meu pai levar para o hospital, sabe não tinha hora (Maria Adelina. 73 anos)

Contudo, o cuidado, relatado em todos os depoimentos, foi concebido como um valor positivo. Cuidar, como observei nos relatos, foi destacado como uma qualidade formativa da moralidade e, em consonância, como um elemento constitutivo da vocação (WEBER, 1986) para a carreira pública em saúde. Em um exemplo, Cynthia 47 anos, embora relate uma trajetória distinta das interlocutoras apresentadas acima por ser das camadas médias (VELHO, 2004), também revela a importância do cuidado para sua atuação profissional:

Mas eu sempre gostei, eu fui para lá porque a psicologia hospitalar sempre me encantou, sabe? Eu tenho uma formação em cuidados paliativos, é o que eu de fato gosto de trabalhar, minha mãe trabalhava no financeiro, ela tem uma formação técnica em contabilidade, mas ela trabalhou no financeiro do hospital, mas já me aposentei. (...)tem 21 anos que eu estou no João Penido, atuando como psicóloga hospitalar, nesse meio tempo, eu fiz a especialização e o mestrado em ciências da religião, mas eu estudei as práticas de cuidado né dentro das práticas dos discursos né, da religiosidade (Cynthia Entrevista)

Em outro relato, Maria Madalena, 76 anos, revela uma trajetória distinta de Cynthia narrando uma infância em que conviveu com a insegurança alimentar,

destaca que aprendeu com a família, principalmente com a mãe, valores como solidariedade e dedicação ao outro.

A infância da gente foi assim, passamos muita fome, muita falta assim, trabalhava honestamente meu pai, íamos pra lavoura e tudo. Mas tinha vez que a gente não tinha nada o que comer. Como a minha mãe sempre foi uma pessoa de muita fé e religiosa, ela às vezes chegava assim, era meio-dia, aquele sol lindo, ela chegava na porta e falava assim, “graças a Deus, hoje eu não tenho nada pra dar meus filhos pra comer” ... Aí alguém chegava, era um queijo, era uma penca de banana, era... cê entendeu? (...) Tudo assim, com muita honra e muito respeito e muita fé em Deus. E minha mãe sempre falava pra gente, analfabeta que era, ela punha a mão no coração e falava assim ó: “uma coisa que nós temos que ter aqui no coração, o amor”. Aí ela fazia pra gente assim, “essa palavra tão pequenininha que é a fé, a esperança” ... ela abria os braços assim pra gente e falava, “e a esperança que não tem tamanha, o dia que nós perdermos a esperança, é porque o amor não seguiu e a fé também não permaneceu”, cê entendeu?

Outro relato de uma interlocutora mais jovem, 38 anos, embora não tenha filhos, narra que os cuidados aprendidos na infância com a avó e as redes de solidariedade entre vizinhos também foram fatores formativos e referência para a inserção na carreira política:

A minha tia, ela prestava serviço também, ela passava roupa, ela lavava roupa, mas ela cuidava da minha avó, então ela tinha uma experiência mais doméstica, só que as inserções dela, eram no âmbito doméstico até determinada idade. Depois ela se aposentou por invalidez. Mas ela tinha essa experiência aí do cuidado, entendeu? (...) E aí cuidado dentro da família e cuidado com o outro, externo. Então assim, a minha referência é ela, fui criada por mulheres né. (...)E aí também aquela questão da vizinhança, tinha essa questão da vizinhança, da ajuda da vizinhança, que hoje não tem. E aí eu tinha essas pessoas também como referência né. Então assim, aquela coisa de uma mãe pegava, passava todo mundo e a mãe pegava pra ir pra escola, o grupinho, risos. Algo que não existe hoje em dia. (Francinele, entrevista).

Nos depoimentos destacados percebe-se a importância da concepção de cuidado feminino como elemento valorativo e como ensejador da carreira política. Dessa forma, o cuidado evocado pelas entrevistadas parece se contrapor às concepções, segundo as quais, principalmente a partir do quarto final do século XX, o cuidado explicitaria um princípio de desigualdade de gênero. Nesse sentido, uma das discussões de relevo sobre a questão foi apresentada por Carol Gillian na obra *A Diferente Vice: Psicológica Teor and. Homens Development de 1982*. No livro, ela

argumenta que meninos e meninas têm desenvolvimentos psicológicos distintos, devido aos papéis de gênero difundidos na sociedade ocidental.

Tal distinção no desenvolvimento resultaria em duas possibilidades de compreensão moral. Uma perspectiva “masculina”, que seria a voz referencial da moralidade, baseada nas noções de individualidade e justiça; e uma moralidade “feminina”, que se baseia na perspectiva relacional e de reciprocidade. Para Gillian (1982), a contraposição entre as duas moralidades ocasionou efeitos distintos quanto à ação política. Aos homens, a vida pública. Às mulheres, a vida doméstica.

A concepção sobre ética do cuidado gerou críticas, segundo as quais, tal noção levaria a uma manutenção de estereótipos que ocasionariam a manutenção da submissão feminina. Em outra perspectiva, Silvia Federici (2017), a partir da vertente marxista e feminista, destaca que o trabalho do cuidado, feminino por excelência, coloca-se como possibilitador da reprodução social. Um trabalho não pago, não valorizado, invisibilizado, mas de vital importância para a manutenção capitalista. Em recente entrevista sobre a reprodução social durante a epidemia de coronavírus, destaca:

Tudo isso (a pandemia) visibiliza a importância da reprodução. “Reprodução” é uma palavra que ainda se refere a muitas realidades diferentes, mas conectadas. Reprodução é cuidado, educação, culinária, acompanhamento de doentes. E também o cuidado da natureza(...) Como mulheres, como feministas, temos uma visão particularmente clara da importância da reprodução da vida. Quais são as nossas vulnerabilidades e quais as nossas necessidades? Precisamos de uma luta muito ampla (FEDERICI, 2020).

Contudo, trabalhos mais recentes estão reconsiderando as argumentações sobre o cuidado e a consequente tensão sobre a atuação feminina na esfera pública (MONTERO, 2012). Sandra Laugier (2011), por exemplo, rebate as críticas a Gillian (1982), e considera que a ética do cuidado se revela como uma forma de ação e expressão em relações desfavoráveis de poder, relacionadas não apenas às mulheres, mas em outras interseções, como etnia e classe.

Ces voix ne sont pas seulement celles des femmes –pas besoin d’essentialisme – mais de toutes les catégories sociales désavantagées, ethnicisées, racialisées. Ce sont les voix de toutes les personnes qui réalisent majoritairement le travail de care dans la sphère domestique et dans les institutions de soin, c’est-à-dire de celles qui s’occupent pratiquement des besoins d’autres qu’elles-

mêmes, officiellement dépendants ou non. Toutes ces personnes qui réalisent un travail indispensable et vital sont mal payées, mal considérées, leurs besoins ignorés, leurs savoirs et savoir-faire rabaissés et déniés. Le care est alors un concept politique critique, qui révèle des positions de pouvoir, et agace. Il soulève une difficulté, qui est celle du sens véritable de la morale et de la politique, et de leur neutralité (LAUGIER, 2011, p. 185).

Nesse sentido, as colocações de Laugier (2011), focando o cuidado como possibilidade de ação política e pública parece se adequar mais aos relatos colhidos. As mulheres por mim entrevistadas, na maioria dos casos, evocaram uma trajetória marcada pela convivência com a pobreza e mesmo com a insegurança alimentar, compreendem o cuidado como um valor ético de suas atuações públicas. Assim, antes de ser visto apenas como fator tensionador das relações desiguais de gênero, o cuidado também pode ser compreendido como fator vocativo.

Nesse sentido, é importante destacar a pesquisa de Rosângela Schulz Dieni Oliveira Rodrigues; Ana Cristina L. Mendes (2013), as quais, ao investigarem atuação feminina nos conselhos da mulher perceberam a valorização do cuidado como categoria formativa e como uma possibilidade de reentrância feminina na vida pública, dada a reprodução dos papéis sociais mais amplos ligados ao feminino. Assim, dado os obstáculos de ordem valorativa mais geral à participação feminina na política, a escolha pelo cuidado conforma-se como possibilidade de inserção:

Outro aspecto analisado pelas autoras é a maior concentração de mulheres nos conselhos que tratam de temas sociais. De acordo com a literatura apresentada, este predomínio de mulheres nos conselhos das áreas sociais deve-se menos a sua suposta inclinação de “cuidar dos outros” e mais porque se trata do “nicho disponível para elas no campo político” (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010, p. 92), como anteriormente destacado por Luís Felipe Miguel(...) a resistência que as candidaturas femininas enfrentam no interior dos partidos e a reprodução de padrões culturais que atribuem responsabilidades específicas para cada gênero. Para elas, estes fatores sugerem algumas comparações entre a modalidade de escolha que preside o sistema eleitoral e a que preside a escolha dos conselheiros (SHULZ et al, 2013, pp.153-154).

De certa forma, ao aludirem ao cuidado, “à vontade de ajudar”, aos valores familiares aprendidos, as entrevistadas parecem se apartar da tensão entre ética da responsabilidade e ética da convicção (WEBER, 1998). Nessa esteira, é importante retomar Weber, que coloca a distinção entre as esferas éticas e políticas. Para o autor, o político deve empreender suas ações a partir de uma relação entre valores

individuais e a ação política, racional e calculada, domínio marcado pelo “pacto com as potências diabólicas” (WEBER, 1998, p. 116).

Como se coloca, então, o problema das verdadeiras relações entre a ética e a política? Será certo, como já se afirmou, que não há qualquer relação entre essas duas esferas? Ou seria mais acertado, afirmar, pelo contrário, que a mesma ética é válida para ação política e para qualquer outro gênero de ação? Já se acreditou que exista oposição absoluta entre as duas teses: seria exata uma ou a outra. Cabe, entretanto, indagar se existe uma ética que possa impor, no que se refere ao conteúdo, obrigações idênticas aplicáveis às relações sexuais, comerciais, privadas e públicas, às relações de um homem com sua esposa, sua quitandeira, seu filho, seu concorrente, seu amigo e seu inimigo. Pode-se, realmente, acreditar que as exigências éticas permanecem indiferentes ao fato de que toda política utiliza como instrumento específico a força, por trás da qual se perfila a violência? (WEBER, 1998, p.111).

Dessa feita, se assim como pontua Weber (1998), a ação política se estabelece no contínuo entrelaçamento entre ética da responsabilidade e ética da convicção, para as mulheres entrevistadas, o caráter relacional do cuidado é um valor assumido e eticamente enunciado em suas ações públicas.

Assim, as mulheres entrevistadas colocam-se como mediadoras entre a vida pública e privada. Retomando a definição de Kuschnir (2001), segundo a qual, a atuação dos mediadores “tem uma atuação mais ampla, que de um intermediário, que apenas transporta informação de um lado para o outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas” (KUSCHINIR, 2001, p. 139). Assim, ao trazerem a ética do cuidado para a esfera política, as interlocutoras, trazem a relacionalidade e a afetividade - valores a princípio ligados à esfera privada- para a esfera política, contrapondo, assim, concepções sumamente utilitaristas, sobre ações políticas institucionais.

5.1.1 Cuidado e políticas de saúde

Especificando a análise, se faz necessária a ponderação de que as interlocutoras apresentadas atuam em políticas de saúde. Nesse sentido, sobre a relação entre cuidado e políticas de saúde, José Ricardo Ayres (2004, p. 73), apresenta um importante trabalho de síntese ao destacar o cuidado três perspectivas conceituais: como categoria ontológica, como categoria genealógica e como categoria

crítica. Como categoria ontológica, ampara-se em Heidegger ao destacar o cuidado como o processo de “produzir” a alteridade e a si:

O cuidado se faz artesão em presença da argila e a argila só tem sua plasticidade atualizada por força do cuidado. Do encontro do artesão com a argila surge a criatura que, sendo produto da existência do artesão e da argila, não é mais nem artesão nem argila. Quando a criatura forma ganha existência, coloca-se o problema da falta do espírito, que acaba por resolver-se com Júpiter, que se faz origem do espírito vivente, fazendo da criatura um ser vivente e da terra a origem do corpo de um ser vivente. A identidade de cada um se faz sempre, portanto, na presença de seu outro. A alteridade de cada um se define sempre pela construção de uma identidade, e vice-versa (AYRES, 2004, p. 74).

Sobre o cuidado como categoria crítica, Ayres (2004) contrapõe ao que chama que tecnomedicina, a qual, segundo o autor, teria, de forma “narcísica, perdido o interesse pela vida:

Narcísica, a Medicina tecnocientífica encantou-se consigo mesma. Não cessa de se olhar no espelho, espelho que se desdobra ad infinitum, mostrando sempre mais à arte como ela pode ser poderosa com a ciência e à ciência como são ilimitados seus potenciais artísticos. O conflito entre esses dois pólos não passa, portanto, de um artifício de imagem: o que parece uma negação de um ao outro não é mais que a busca do melhor ângulo para o mesmo reflexo. Uma mesma imagem busca incessantemente a si mesma, como dois espelhos antepostos. Arte e ciência oferecem uma à outra um enorme poder e, nesse encantamento mútuo, deixaram muitas vezes de se perguntar: poder de quem, poder porque, poder para quê? (AYRES, 2004, pp.84-85)

Nessa esteira, Ayres (2004) argumenta que a preocupação com o bem-estar e com a vida, categoria que relaciona com o cuidado, devem atuar em conjunto com a tecno-medicina:

Quando pensamos na assistência à saúde, vem-nos de imediato à mente a aplicação de tecnologias para o bem-estar físico e mental das pessoas. Em geral a formulação é simples: a ciência produz o conhecimento sobre as doenças, a tecnologia transforma esse conhecimento em saberes e instrumentos para a intervenção, os profissionais de saúde aplicam esses saberes e instrumentos e produz-se a saúde. Precisamos considerar que a direção inversa também é verdadeira: que o modo como aplicamos e construímos tecnologias e conhecimentos científicos determina limites para o que podemos enxergar como necessidades de intervenção em saúde. Precisamos ter claro também que nem tudo que é importante para o bem-estar pode ser imediatamente traduzido e operado como

conhecimento técnico. E por fim, mas fundamental, precisamos estar atentos para o fato de que nunca, quando assistimos à saúde de outras pessoas, mesmo estando na condição de profissionais, nossa presença na frente do outro se resume ao papel de simples aplicador de conhecimentos. Somos sempre alguém que, percebamos ou não, está respondendo a perguntas do tipo: “O que é bom para mim?”, “Como devo ser?”, “Como pode ser a vida?” (AYRES, 2004, p.84).

As colocações de Ayres (2004) foram apresentadas aqui, não apenas por sua qualidade sintética, mas também como exemplo de novas vertentes éticas relacionadas às políticas de saúde. O cuidado, deixa de ser visto como componente menor na produção e na legitimação das ações de saúde e ganha importância moral. Como destaca Ayres (2004), em outras palavras, saúde não diz apenas à cura medicamentosa ou tecnológica, mas diz também ao bem-estar ao trabalhar pelo outro no sentido ontológico de Heidegger. Desta forma, ao observar os relatos das entrevistadas, e compreendendo que a trajetória de vida é também uma construção epistemológica entre pesquisador e pesquisado, não me parece sem razão que as trajetórias apresentadas aqui destaquem a dimensão do cuidado. Instância que se define na alteridade e ao mesmo tempo na construção do self. Juntamente com o cuidado se desenvolve a atitude da empatia.

5.1.2 Empatia pelo próximo

Sobre motivação e empatia pelo próximo, de trabalhar para ajudar a melhorar a vida de outras mulheres, Fernanda fala sobre concorrer nas eleições de 2024:

Pra mim, pleitear novamente em 2024, e pra mim assumir né, o projeto de mulheres que é a parte do partido né. Do diretório de partido de mulheres, e levar esses projetos, viabilizar esses projetos pras mulheres.

Tem-se que transformar a sociedade da maneira que se desejamos, sem medo de ser mulher. A liderança faz parte de nossas vidas cotidianas, penetrando do profissional ao pessoal, sendo este um ato de influenciar positivamente um grupo para atingir seus objetivos e metas. Seguindo essa noção, líderes treinadas, seja em instituições, empresas ou no meio acadêmicos, são obrigadas a servir de exemplo a ser imitado (BATEMAN; SNELL, 1998). Assim, boas lideranças compartilham

características pois, além de talentos técnicos, possuem alto nível de inteligência emocional (GOLEMAN, 1998).

Essa inteligência emocional é de grande importância para enfrentar situações no serviço público. Ao deixar seu cargo na Santa Casa, Deise sofreu grande frustração, mesmo que a iniciativa tenha partido da própria Deise:

Eu tenho frustração na minha vida profissional, porque eu trabalhava na Santa Casa sabe, e assim... só um pequeno comentário antes disso, eu trabalhava na Santa Casa... [...] eu sempre gostei muito de trabalhar na Santa Casa de Misericórdia, eu sempre me senti muito realizada trabalhando lá. Mas eu passei no concurso da prefeitura, e eu vim pra prefeitura. Então eu comecei a trabalhar na prefeitura na Santa Casa, mas eu comecei a fazer faculdade, então eu tinha que optar, ou eu ficava na Santa Casa ou eu ficava na prefeitura. como eu precisava de uma estabilidade, eu fiquei na prefeitura. Mas é a maior frustração, porque eu amava a Santa Casa, e quando eu saí de lá... eu tenho pesar até hoje por ter saído de lá, porque eu saí porque eu quis, eles não me mandaram embora. Eu tinha 11 anos de empresa, eles não me mandaram embora, eles não quiseram me mandar embora, falaram pra mim, “ó, se você quiser você vai ter que pedir porque eu não vou, nós não vamo te mandar, não tem motivo”, não tinha nada pra me mandar embora. Ai assim, eu fico extremamente... porque eu gostava muito de trabalhar lá.

De acordo com Nicoletto (2022, *online*), “as líderes femininas tendem a ser mais empáticas que os homens, pois o ato de se colocar no lugar do outro e atentar mais ao lado humano de cada um são aspectos que fazem parte da realidade feminina”, algo que pode ser visto na fala de Ester:

Eu fico tão feliz quando consigo alguma coisa pras pessoa, como se fosse pra mim. Eu não sou aposentada. Mas aí as pessoas queriam aposentar, chegava: oh Ester, por favor, vê se você consegue pra mim aposentadoria. Porque tá difícil, eu já fui várias vezes, mas me negaram. Eu não consigo. E eu falo: gente me larga, eu não vou fazer nada. Mas eu vou... vou vê a pessoa certa, entendeu? Quem sabe? Eu não consegui pra mim... mas alguém conseguiu né. É isso que é importante, você ajudar o seu semelhante. Você ajudando o seu semelhante, certeza que Deus jamais virá as costas pra você. Que você tá ajudando, você está sendo ajudado. E isso a gente vai vivendo. Vai criando a família... Eu falo muito. Eu não preciso de nada, eu não tenho dinheiro, tenho não. Mas eu tenho riqueza da minha família, riqueza da minha casa. Da casa que eu uso, que não tenho casa não. A gente fala que tem casa e não tem não, a gente apenas usa. As coisas são usadas por nós, mas não somos donos de nada.

A empatia é conhecida por ser uma sensação nebulosa e agradável. Muitas pessoas associam isso com compaixão, sensibilidade emocional e uma atitude amorosa para com os outros. No relato de Sandra, podemos ver isso, o sacrifício pelo outro, se colocar em segundo lugar em detrimento de outra pessoa, de promover algo para outro sujeito, enquanto ela ficava para depois:

Então não tinha muita escolha, ou eu ajudava nos remédios e eu trabalhava de dia... ou seja, eu falei pro meu pai: “eu vou fazer pelo senhor enquanto o senhor tá aqui, um dia eu faço por mim quando eu puder”. E foi sete anos. E nesses sete anos todo mundo se formou, me chamou, me parabenizou, me homenageou, me abraçou, que eu falei: “valeu a pena” a luta. Eu não fui, mas foi um punhado. Eu não pude ir, mas muitos foram. E isso me dá prazer, uma alegria, uma realização, que talvez se eu tivesse uma doutora, hoje eu não teria tanta realização quanto de ver todos que foram.

A empatia é uma habilidade crítica de conexão social que busca compreender adequadamente os sentimentos, necessidades e pontos de vista de outra pessoa, ao mesmo tempo em que transmite esse conhecimento para que o outro se sinta compreendido (FALCONE, 2008). Por ter componentes cognitivos, emotivos e comportamentais, foi descrito como uma entidade multidimensional complicada.

O componente cognitivo, conhecido como tomada de perspectiva, diz respeito à capacidade de interpretar adequadamente as ideias e sentimentos de outra pessoa (FALCONE, 2012; EISENBERG, STRAYER, 1992). A compaixão e a preocupação genuína com o bem-estar dos outros são o componente emocional da empatia (MEHABIAN, EPSTEIN, 1972). O componente comportamental inclui expressões vocais e não verbais que fazem com que a outra pessoa se sinta plenamente compreendida e valorizada (FALCONE, 1998).

A empatia também pode ser vista nas mulheres que fazem parte dos conselhos de saúde, que buscam acima de tudo, a equidade entre as pessoas que necessitam deste serviço, sem jamais colocar-se como prioridade, ou mesmo para ajudar a “passar na frente” familiares e amigos. Cynthia relata essa experiência, entretanto, ela passou por algumas dificuldades também:

O conselho ele tem tido o que me incomoda assim de participar dessas reuniões, que eu acho assim, o conselho no papel na teoria quando você pensa em sus é uma coisa maravilhosa, é um instrumento assim a inteligência do que foi proposto sabe é um negócio de se encantar e de emocionar, só que na prática eu ainda vejo muita militância política,

pouca formação, pouca instrução por parte dos conselheiros sobre qual seu papel, são os primeiros a pedirem favor quando precisam, cê tá entendendo? Isso me incomoda profundamente. Então acontece parente do conselheiro tal e eu queria notícia do paciente tal, ou é a não se consegue uma consulta para mim, mas poxa mas gente tá falando de equidade, a gente vai lá e bate no peito para defender certas coisas, e somos os primeiros a burlar? Então assim por isso eu não me identifico com as práticas do conselho no geral, tem muita gente bacana que defende mesmo e que trabalha alinhado né, no trabalho no objetivo, mas a maior parte são pessoas assim, que tem um discurso mas na prática fazem outra coisa né?

A revolta de Cynthia advém do fato daqueles que deveriam estar ajudando a sociedade, promovendo um trabalho social de qualidade, participando da vida pública e política, muitas vezes acabam trabalhando nestes locais para promover o nepotismo, ajudar apenas os seus, colocando a necessidade daqueles que realmente precisam para depois. Diversas disputas e brigas acabam sendo geradas, o que pode levar o conselho municipal de saúde, por exemplo, a se tornar um lugar inóspito para aqueles que realmente desejam fazer o bem para o próximo, exercer a empatia e cuidado.

De forma semelhante, Joana relata dificuldades em exercer sua função devido à falta de pensamento coletivo no local que trabalhava:

Porque eu participei do concurso pra superintendência de saúde com o secretário microrregional, que era um espaço né de trabalhar a gestão microrregional, pra atender e auxiliar os municípios justamente nessa questão que eu falei, pra poderem elaborar melhor seu planejamento de saúde. Só que o perfil dos colegas que também estavam lá, eles não estavam na mesma linha, caminhando no mesmo sentido. Alguns achavam que o papel nosso né, nosso desempenho tinha que ser meramente cartorial e burocrático né, de cobrar, de fazer... e eu sempre tiver um papel assim, 'vamos pensar coletivo, vamos refletir como estamos, pra onde vamos e como vamos...'. Então isso incomoda, porque isso gera trabalho né, trabalho dos dois lados.

Quando se participa de uma entidade pública, principalmente daquelas relacionadas a saúde e ao bem-estar da população, entender a necessidade de se trabalhar em equipe, onde todos possuem o mesmo propósito, é fundamental. No ambiente atual, é fácil ver os indivíduos trabalhando, exigindo progressivamente o melhor desempenho das funções pelas quais são responsáveis, e estudando para ampliar seus conhecimentos para adquirir mais oportunidades. A competitividade é uma marca de mercado e, quando a demanda aumenta, muito do tempo é dedicado

ao serviço do ofício escolhido. Independentemente disso, há outros que olham além de si mesmos e querem ajudar os outros.

A preocupação pelo outro, o cuidado, atenção, empatia são algumas ações inerentes a muitas mulheres na vida pública e política. Muitas entram neste mundo tendo como objetivo principal contribuir para a melhoria do bem-estar geral, da sua cidade, do seu bairro, da sua rua, não importando a amplitude e alcance, o desejo primordial destas mulheres e tornar o mundo um lugar melhor.

Honneth (2003) trata do amor como um termo relacionado a amizade, relações afetivas, simpatia, cuidado pelo próximo, em semelhança, Regina reflete sobre a frieza das ações humanas, e do porquê ela não deve existir:

Isso, deu, então essa foi uma das minhas passagens assim, de algumas coisas que eu achei importante, porque eu me preocupo muito com a questão da vida humana, entendeu. Eu sempre falo isso, que a gente não pode ter apenas uma discussão acima de um papel, porque o papel ele é frio, ele aceita tudo, que a gente tem que ver a condição daquele morador, que não foi feito e a culpa não foi dele, entendeu? Porque não deu condição, não ofereceu nada, então assim, eu entendia na época que por exemplo, se eles moravam numa comunidade onde eles conheciam todo mundo, vamos supor, se eles precisavam de um açúcar, de um feijão, de uma coisa, eles batiam na porta de uma pessoa, a pessoa dava. Eles foram pra um lugar que foi segregado, entendeu?

A história de S.M.B. traz diversas reflexões sobre temáticas tão presentes na sociedade, como o machismo. Em sua fala sobre a interação com um ex-colega de trabalho, ela conta que:

Eu não era ninguém, ele usou essa frase, ela não é ninguém, entendeu? Então eu enfrentei a maior dificuldade é o machismo que os homens acha, que esses espaços são deles, por natureza, por extinto, que mulher não tem que ter cargo nenhum que mulher tem que ficar sempre na cozinha na casa na lavanderia né, mulher é de casa, mulher não é de rua né, mulher não é de serviço não, o preconceito que tem a ver também com o machismo sem dúvida nenhuma, mas o preconceito das pessoas gerado a própria mulher tem preconceito da outra mulher é elas acham que a gente é incapaz, né, e a questão mesmo de eu não ser uma pessoa de família, de eu não ser uma pessoa do meio político então, eu era realmente uma zé ninguém como uma zé ninguém vem e ganha uma ouvidoria? Né porque qual a história de quem ganhou a ouvidoria antes? Alguém que tinha ou traquejo político ou que era de um meio família ou de uma dinastia política, ou do meio político.

As mulheres são capacitadas desde cedo para lidar com as adversidades em seu cotidiano. Este tipo de competência é atualmente muito procurado no setor empresarial e político, que exige líderes tenazes que consigam superar as dificuldades diante de uma circunstância imprevisível (NICOLETTO, 2022).

As mulheres estão mais inclinadas a investir na liderança horizontal. Isso implica que elas não se colocam em um pedestal acima de seus companheiros de equipe, como muitos homens fazem. Elas possuem um espírito que incentiva todos a contribuir, que aproxima as pessoas e as ajuda a desenvolver equipes mais coesas e eficazes (NICOLETTO, 2022).

Outra característica feminina é a realização de várias tarefas concomitantes, que vai além das responsabilidades profissionais e pessoais. Elas podem gerenciar todas as suas obrigações e, ao mesmo tempo, atender às demandas dos colaboradores da equipe. Além disso, é mais provável que se ajustem aos desenvolvimentos e lidem com as notícias do mercado de forma mais eficaz (NICOLETTO, 2022).

Honneth (2003) e a fala de Maria da Penha trazem a reflexão da importância do amor na vida política, na motivação de participar da vida pública, na razão de querer continuar a lutar, mesmo que tudo pareça ser contrário.

Então assim, a política começa dentro da casa da gente, cê entendeu? Então assim, quando você falou da minha trajetória de vida eu me perdi um montão né. [...] hoje o que me motiva é saber que a gente pode tentar ajudar amenizar um pouquinho o sofrimento dessas mães.

Assim, tendo iniciado a discussão sobre cuidado e ação política feminina na saúde, abordo no próximo item outras categorias de análise: o acesso ao ensino e a relação com a mãe.

5.2 O ACESSO AO ESTUDO

O ingresso no ensino formal ou em cursos de formação política é um ponto de inflexão das carreiras analisadas. Sobre o ponto de inflexão, recorro trabalho de Honneth (2003) quando cita Hugues (1952) para quem os ciclos de vida contam com passagens de mudança que podem romper ou afirmar a previsibilidade da vida. Na sociedade contemporânea, afirma Hugues (1952), em que os rituais perdem peso, a

percepção dos pontos de inflexão se coloca como uma possibilidade mais difícil e mesmo indesejada. Destaca o autor:

É inegável, acredito eu, que nós detestamos reconhecer muitos desses momentos cruciais de passagem. Odiamos marcar a passagem de uma idade para outra com vestimentas e ornamentos, ou com formas de cumprimento e etiqueta. E, enquanto o psiquiatra está familiarizado com os rituais particulares através dos quais as pessoas tentam diminuir seu sentimento de culpa, nós detestamos em especial reconhecê-lo socialmente como algo que periodicamente requer uma resolução cerimonial pública (HUGUES, 1952, pp. 167-168).

Nesse sentido, ao trabalho da entrevista etnobiográfica proposto aqui coube a tarefa de, em conjunto com o interlocutor, buscar os pontos de inflexão destacados. Um esforço de análise em retrospectiva (GOFFMAN, 1974). Nas entrevistas, mulheres de diferentes estratos sociais e nascidas em distintos momentos históricos revelaram a centralidade do ingresso no ensino como ponto de inflexão. Destaco que principalmente entre as mulheres de origem rural, os estudos foram o fator ensejador para a ruptura da previsibilidade de suas trajetórias.

Maria Madalena, de 76 anos, ressalta a infância vivida na zona rural de Juiz de Fora, marcada pela insegurança alimentar e pelo trabalho infantil:

Na infância da gente foi assim, passamos muita fome, muita falta assim, trabalhava honestamente meu pai, íamos pra lavoura e tudo. Mas tinha vez que a gente não tinha nada o que comer. Como a minha mãe sempre foi uma pessoa de muita fé e religiosa, ela às vezes chegava assim, era meio-dia, aquele sol lindo, ela chegava na porta e falava assim, “graças a Deus, hoje eu não tenho nada pra dar meus filhos pra comer” ... Aí alguém chegava, era um queijo, era uma penca de banana, era... cê entendeu? (Maria Madalena, Entrevista)

Contudo, com o ingresso no ensino, ensino fundamental, Maria Madalena desenvolveu atividades de liderança, uma formação que julga como importante para sua atuação pública na vida adulta:

Onde que a senhora estudou?

Eu estudei no grupo escolar Melo Viana em Divino, sabe. É muito bom, muito bom mesmo. Lá era como se eu fosse uma líder da turma. Como se eu fosse não, porque eu era, igual eu te falei, tudo que ia fazer eu tinha que tá na frente.

A senhora organizava? (Maria Madalena, Entrevista)

Sandra, também relata uma infância marcada pelo trabalho na lavoura:

Eu nasci lá muito pobre né, meus pais viviam de uma herança de um sitiozinho, que meu avô tinha deixado pro meu pai, de três alqueires, e lá a gente trabalhava na roça, só que desde muito pequena eu tinha muita vontade de ir além, e eu falava com meus pais: “um dia quero estudar, quero estudar”. Só que os meus pais não queriam, primeiro porque eles achavam que eu não ia precisar daquilo, pra eles era assim: se eu aprendi a ler e a escrever tá muito bom. E a escola de fato era em Carangola e era longe, e em Lacerdina onde eu estudei só tinha até quarta série. Até hoje nem sei se mudou, acredito que não. Então eu tinha esse sonho na minha mente de querer estudar, e eu tive que batalhar muito lá na companhia deles pra que eles me permitissem ir além. (Maria Madalena Entrevista)

Impelida pelo desejo de estudar, Sandra mobilizou e liderou os vizinhos e párocos, o que acabou por viabilizar uma escola no distrito que morava:

Comecei a bater porta em porta, chamar pessoas pra estudar, pra gente buscar... foi aí que eu vim a estudar. Eu juntei aqui na Cidade Alta, acho que umas trezentas pra fazer o Ensino Médio, com parcerias, associação de moradores e colégio Academia, que tinha um projeto que ia aos bairros.

Não compartilham o conhecimento.

É, é. E eu falei: “mas é porque o meu bairro não tem”. Aí eu comecei, fui ao padre, né. Padre Luiz Eduardo, padre maravilhoso menina, fiquei fã do padre. Padre Luiz Eduardo falou: “minha filha eu vou te ajudar, e você pode usar a igreja”. Aí a igreja foi pouca né, ele arrumou uma igreja lá de São Pedro, e assim nós arrumamos e muita gente estudou e muita gente contribuiu... (Sandra Entrevista).

5.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDANTIS

Além de algumas entrevistadas destacarem o ensino como ponto de inflexão, outras interlocutoras relataram a formação nos movimentos sociais, sindicais e partidários. Ester, relata:

(...) a política não vem de uma formação, não é uma faculdade, mas ela vem de uma formação de vida, de convivência, e eu aprendi em São Bernardo, porque quando eu fui pra lá com os meus 18 anos era a época que tava começando as lutas né, com o Jair Meneguelli, com o próprio Lula, Beth Lobo ainda era viva, Bete Mendes... e dali eu fui me englobando no meio daquele povo que lutava pelos direitos sociais, fazendo muitos seminários né, tirando as minhas horas de lazer para ter seminários e fui aprendendo políticas, direitos, e fui aprendendo a me defender para defender os que não tinha tanto poder de voz igual eu tinha(..) então foi ali que fui aprofundando nas minhas

lutas, tendo coragem... porque nós tinha aulas né, como eu te falo. Às vezes nós parava no sábado, duas horas da tarde, nós íamos pra seminário, a noite inteira estudar, entendeu? já chegava lá na cidade de Cajamar. Eu me lembro, ia os professores, os bancários, mas cada um nas suas salas. E ali ó, era a noite inteira de aulas. Então nós tínhamos aula com advogado, aula de direito trabalhistas, aulas com psicólogos... (Ester Entrevista).

Maria Adelina, de 73 anos, relata a atuação como integrante um clube de militância negra na Juiz de Fora da década de 1950:

Eu estudava no Granbery né tava formando professor normal, não científico no Granbery e normal na Escola Normal(...) passou um rapaz e me convidou se eu podia se eu queria ir no grêmio, aí a primeira vez não fui depois fui, chegamos no grêmio, o quê que era o grêmio, no grêmio tinha um grupo de homens e mulheres que ficavam discutindo sobre a nossa o nosso perfil, a negritude, sobre ahhh é como nós teríamos que nos portar diante da situação porque foi uma época que em Juiz de Fora negro não passava na rua Halfeld, certo, tinha os clubes separado, tinha os clubes de negro e clubes dos branco (Maria Adelina Entrevista).

A interlocutora também informa sobre as aulas ministradas no clube:

-E lá aí que a gente, como nos trabalhávamos, além de nós estudarmos sobre a história entende, do nosso povo a segunda feira nós saíamos nós ia pro grêmio quando dava ali pras 7:30 nos saíamos, saíamos as vezes 2 ou 3 mulheres com 2 rapazes ia andar na Marechal, Praça da Estação que era o lugar que os negros ficava, que era pra ver quem da roça tinha chegado pra nós levar pra lá porque as mulheres que chegavam da roça, as moças que chegavam da roça pra trabalhar na casa das é no serviço doméstico a gente conhecia porque elas sempre usavam paninho na cabeça, aquelas roupinha bem simples entende, então a gente chegava, aproximava delas pra poder é conversar né, saber nome de onde elas veio, onde elas estavam e nós convidar pra levar pro grêmio, lá no grêmio a gente começava a trabalhar sobre a cultura, aí tinha vários tipos de ensinós lá (Maria Adelina Entrevista).

Outras interlocutoras mais jovens relataram o início de suas trajetórias políticas dentro dos movimentos estudantis, tanto no ensino médio, como no ensino superior.

Samantha, de 38 anos, narra:

eu me aliei ao pessoal da esquerda então eu tive uma participação no Movimento Estudantil onde a maioria era mais velha do que eu e era realmente da esquerda e eu comecei a gostar, eu comecei a entender que realmente nosso país precisava de gente que desse educação pra todo mundo

Que idade você entrou no Movimento Estudantil?

Com doze pra treze anos

Aí era o quê? Aonde que foi?

Era, era, não, não era UNE não

Era Grêmio, era o quê?

Era Grêmio Estudantil, mas era bem político

Era o Grêmio Estudantil da sua escola?

Da minha escola, mas eles eram bem envolvidos com outras escolas eles tinham lá uma reunião que eu passei a ir que era no diretório do PT que tava sendo fundado na minha cidade, eles iam tudo pra lá, então eles eram bem tendenciosos, mas na época não tinha essa maldade não, pra mim eu queria era fazer barulho, queria era botar fogo em pneu, queria fazer confusão pra ver se o governador dava melhor salário pros professores porque eles falavam, os professores doutrinavam a gente sim, entendeu mas não doutrinava de ficar manipulando, doutrinava assim de te passar o que é realidade, o que era pelo menos na época, econômica, financeira, salarial.

Thalita, de 27 anos, atualmente doutoranda em Geografia, foi dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE), relata as disputas no Diretório Central da UFJF por se identificar ao PSDB. O relato será apresentado sem cortes devido à riqueza narrativa:

(...)Aí começou a se organizar para ter uma nova eleição pro DCE. Ai eu, aí. tipo assim, não sei por que, alguém me colocou em grupo que chamava “endireita UFJF”. Meu passado sombrio. me botaram nesse grupo, eu nem sei em que contexto, eu sei que me colocaram nesse grupo e começaram a falar “ah vamo fazer chapa”. E eu comecei a dar várias ideias, porque no Granbery, que não tinha muita vinculação ideológica, o DA lá não tinha vinculação ideológica não. Assim, era aluno que tava ali, por causa de aluno mesmo. Num tem essa militância. Então, lá eu fazia parte, lá era mais leve e eu ajudei a criar. Quando eu entrei a gente criou, que lá é tipo um DCE, mas é DA. No Granbery. A gente que criou, eu e meus amigos. Tava no 3º período. Ai é... Ai me colocaram nesse grupo e eu comecei a dar ideias assim. Ai como eu acho que o pessoal estava muito perdido, eu não sei, aí meio que falaram ... eu acabei tomando a frente sem querer e me colocaram a frente e eu acabei encabeçando uma chapa. Me escolheram pra ser o presidente da chapa que chamava... nossa é... “Livres para escolher”, o nome da chapa. Aí a gente criou essa chapa para concorrer a eleição do DCE (Thalita Entrevista).

Maria Adelina relata a experiência da participação nos movimentos sociais e nos congressos e os impactos que tal experiência teve no seu crescimento como pessoa, como profissional, a necessidade de estar aprendendo cada dia mais:

Aí de lá eu vim pra cá, aí eu participei muito de movimento, aí fui participando de movimento negro, eu participei de uma ONG em BH de mulheres, União Muito Boa, fui em muitos congressos de mulheres

negra no Rio de Janeiro, Crioula sabe umas outras muito boa, conheci Mariele quando Mariele era mocinha, tava preparando pra ir pra faculdade e então eu sempre naquela luta, fui sabe crescendo assim.

Nestes locais é possível conhecer pessoas, fazer contatos, compartilhar, ouvir ideias, pensamentos, opiniões que contribuem para a formação individual, mas que pode trazer grandes impactos na vida profissional, em sua atuação nos movimentos sociais e políticos. A participação em movimentos sociais é algo inerente da mulher e sua participação na vida pública e na política.

Assim, tendo em consideração as narrativas sobre o acesso ao ensino em diferentes modalidades e distintos momentos históricos, aduzo a centralidade do estudo, tanto formal, como aquele possibilitado por movimentos sociais, como ponto de inflexão nas carreiras analisadas. O estudo oferecia para as mulheres entrevistadas instrumentos para o questionamento e para a luta contra as injustiças que particularmente sofriam ou percebiam no contexto social em que estavam envolvidas. Por meio do estudo elas obtinham a consciência de seu papel de mulher, inclusive sobre o seu papel de mãe.

5.4 A MATERNIDADE

Após a análise sobre o ensino como ponto de inflexão, retomo a reflexão sobre maternidade. Em uma observação dos relatos é perceptível como a relação materna, conflituosa ou não, foi evocada numerosas vezes pelas interlocutoras ao narrarem suas trajetórias. Algo como se a alusão ao relacionamento com as mães operasse como uma possibilidade de “solidificação da memória”, nos termos de Pollack (1992, p. 02):

Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se

modificarem função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLACK, 1992, p. 02).

Das influências que as mulheres entrevistadas relataram para adentrar a vida pública, projetos sociais, participação na política, dentre diversos outros movimentos, a mãe está entre as principais, como é o caso de Gabrielle:

Da minha vida eu acho que minha mãe foi muito importante, quando a gente estudava política ou literatura, tudo isso veio da parte da minha mãe né assim, o arcabouço intelectual que eu tenho. eu acho que, eu gosto muito da bíblia né, então assim, os autores bíblicos tiveram importância pra mim, principalmente os profetas, porque eles participavam da vida política né.

A maternidade é um grande influenciador na carreira e perspectivas futuras para diversas mulheres na política. A autonomia feminina e a conquista do mercado de trabalho resultam do sucesso das mulheres no âmbito corporativo, que responde por 43,8% dos empregados ativos no Brasil, segundo estatísticas do IBGE (2018). No entanto, em cargos gerenciais, essa proporção cai para 3%, e elas ganham 20,5% menos do que os homens, em média, de acordo com os mesmos dados do estudo.

Nesse contexto, a idade reprodutiva da mulher, que varia de 15 a 49 anos (OMS, 2018), corresponde à sua idade profissional ativa. Apesar da disponibilidade de medidas de apoio à gravidez e à licença de maternidade, que foram alteradas pela última vez em 1988, ainda existe uma contradição entre a vida profissional e o desejo de ter um filho. No Brasil, 48% das mulheres têm rescisões de contrato após licença maternidade, que não são necessariamente determinadas apenas pelo empregador (IBGE, 2017).

Em muitas situações, a iniciativa é da mãe devido a obstáculos encontrados no retorno, como enfermagem, trabalho e falta de opções para deixar o bebê em tempo integral. Muitas mães trabalhadoras vivenciam emoções de vulnerabilidade em decorrência da licença maternidade (RODRIGUES; SAPUCAIA, 2017). A maternidade tem inúmeras obrigações, não apenas imediatamente após o parto, mas também no acompanhamento da vida médica, escolar e social da criança, tarefas que a mãe deve equilibrar com o seu trabalho profissional (LEAL, 2013).

As demandas sociais, juntamente com as novas vivências da maternidade, podem resultar em um processo de sofrimento-angústia (ALBERTUNI; STENGEL, 2016) em decorrência dos ideais impecáveis, de mãe e profissional (CAVALCANTI;

BAIA, 2017). As ações de defesa e sustentação do espaço profissional das mães pouco influenciaram o número de profissionais em cargos de poder (RODRIGUES, SAPUCAIA, 2017).

Por conta da atitude no mundo corporativo, a licença maternidade tornou-se um obstáculo distinto para as mulheres em instâncias específicas (HRYNIEWICZ, VIANNA, 2018). A maternidade ainda é foco de uma visão “machista” no ambiente de trabalho, principalmente quando se trata de cargos de liderança (CEMBRANEL, CARDOSO; FLORIANO, 2020). A maternidade ainda é um dos entraves que impede a mulher de avançar para cargos mais elevados no mundo dos negócios (LIMA et al, 2013).

Dessa feita, nas narrações sobre o relacionamento, foi possível encontrar depoimentos como o de Elizabeth, de 63 anos, lésbica, solteira e sem filhos, relata um relacionamento conflituoso com a mãe, até que ficou responsável pelos cuidados maternos na velhice:

Aí fiquei lá, em São Paulo, faz 20 anos, eu nem me lembro direito quando eu voltei... voltei por causa da doença da minha mãe(...) sem filhos. Sobrou pra mim, mas eu fiquei muito contente com isso porque eu achei que foi uma oportunidade única que deus me deu, porque eu jamais imaginaria que nesse período da minha volta nesses 12 anos que eu tive de convivência com ela, porque 37 deles eu vivi pra mim e para os meus achismos, entendeu. Eu também abandonei a parte familiar né, porque nós temos esse defeito. Minha mãe sempre falou isso também, ela dizia assim, minha mãe era meio dura de sentimento, eu poucas vezes vi minha mãe chorava... eu já sou chorona. Ela dizia assim: “a gente cria filho para o mundo”. (...). E a minha mãe era rústica nesse sentido. Ela era pior do que um general, risos. Então, eu já sou mais afetiva, mas a minha mãe já não era, entendeu? Então essa oportunidade de convivência com ela nesses 12 anos foi um presente de Deus pra mim (Elizabeth Entrevista).

Em outro relato, Aldelvânia também narra o relacionamento difícil com mãe, embora reconheça em si e em sua atuação pública os predicados maternos. Novamente, devido à riqueza da narrativa, o relato é aqui reproduzido sem cortes:

Então sua relação com sua madrasta era boa?

Era. Minha mãe sumiu no mundo aí, e ela ficou comigo como uma mãe.

E depois você teve contato com sua mãe?

Teve... a minha mãe foi pra Vitória, ela ficou comigo aqui em Juiz de Fora, apareceu aqui. Eu cuidei dela aqui até ela falecer.

Ah, ela faleceu com quantos anos?

Minha mãe tinha 74 anos, ela faleceu de câncer de mama. Ela faleceu lá no Ascomcer né. Então ficou velha, ficou doente, aí ela aprendeu o rumo de casa né. Que ela largou a família, enfiou no mundo, porque

ela achou que no mundo ia ser mais feliz... porque realmente o Maranhão era um lugar, é um lugar muito pobre. Melhorou um pouco, mas lá tem muita pobreza, muito desemprego... aí minha mãe não estava conformada com aquilo. Minha mãe nunca se conformou em ficar parada, quieta, sabe. Igual eu, vivo mexendo com as coisas, não paro.

Você aprendeu isso com ela?

Aprendi isso com minha mãe. Eu tenho essa garra da minha mãe né. Eu não sei ficar parada, mexo com uma coisa, mexo com outra, né. Gosto de tá em movimento (Aldelvânia Entrevista).

Francinele, de 38 anos, revela uma relação amistosa, porém distante com a mãe, principalmente porque, de acordo com a interlocutora, após a morte do pai, a mãe teve uma ocupada vida profissional. F. M identifica a tia, a qual cuidou dos sobrinhos, como referência para sua atuação política. Ela destaca a postura da tia e sua relação de cuidados com a vizinhança como “coisa de mãe”:

Porque como eu falei, né, fui criada pela minha tia, minha mãe inserida aí no mercado de trabalho na área de serviço...

A sua tia fazia o quê?

Prestava serviço também, ela passava roupa, ela lavava roupa, mas ela cuidava da minha avó, então ela tinha uma experiência mais doméstica, só que as inserções dela, eram no âmbito doméstico até determinada idade. Depois ela se aposentou por invalidez. Mas ela tinha essa experiência aí do cuidado, entendeu? (...)

E aí cuidado dentro da família e cuidado com o outro, externo. Então assim, a minha referência é ela, fui criada por mulheres né. (...) E aí também aquela questão da vizinhança, tinha essa questão da vizinhança, da ajuda da vizinhança, que hoje não tem. E aí eu tinha essas pessoas também como referência né. Então assim, aquela coisa de uma mãe pegava, passava todo mundo e a mãe pegava pra ir pra escola, o grupinho, risos. Algo que não existe hoje em dia.

Em outro sentido, Maria Madalena relata que foi à inclinação aos cuidados públicos da mãe lavradora, que a incentivou à vida política:

(...)sou igual a minha mãe... eu tiro de mim e fico sem aquilo, daí a pouco alguém, quantas e quantas vezes... e outra coisa, hoje em dia o ser humano tá muito assim, tem uma coisa boa, fazer pra uma comida, “ih, guarda aí, esconde aí que o fulano tá chegando”. Lá não, quantas e quantas minha mãe ficou assim, chegava os outros lá, coisa assim, aí “cê quer comer filhinha? Se quer comer pode comer”, aí a pessoa né... (Maria Madalena Entrevista).

Em continuidade, as interlocutoras localizaram na própria maternidade o incentivo para a vida política. Nesse ponto, destaco a trajetória de Maria da Penha, que, com um filho acometido de anemia falciforme, atualmente é assessora da equipe

do sudeste do Brasil da Federação nacional de anemia falciforme. Antes da atuação nas entidades ligadas à doença, P* relatou que deixara a presidência de conselhos de saúde para cuidar do filho:

Eu não abro mão de ser cuidadora do meu filho, então assim, a gente chega a um ponto que assim, para. Então eu saí de muitos conselhos, representando a entidade, e falei 'se tiver alguém, vai, se não tiver, daqui pra frente eu tenho que priorizar outras questões'(...)E onde nós tivemos a criação, a mesma, né. A questão familiar sempre muito tranquila, questão de avós, a minha avó materna morava em São Paulo, então uma vez por ano era regra de a gente passar o Natal com ela... a minha avó paterna ficou muito doente, eu tive o prazer dos últimos meses de vida dela meu pai me mandar cuidar dela... como era 15 dias na casa de cada filho pra dividir... (Maria da Penha Entrevista).

A partir do conhecimento sobre doença do filho, aliada à trajetória como conselheira de saúde, seguiu a carreira pública:

Então assim, aí a gente foi pro primeiro mandato, fomos e depois a gente pegou gosto né... e com a associação, a gente percebeu que o conselho abria portas também, a nossa associação tem cadeira no conselho municipal, isso já mudava muitas vezes, quando a gente ia pedir uma reunião com a secretaria municipal de saúde, de verdade, entendeu. Então assim, a gente começou a ver... e a gente começou a aprender também. Discussão do PPA, vamos trabalhar políticas públicas para crianças falciformes. A gente vai discutir a paz, vamos tentar colocar ali, e a gente conversava para discutir a anemia falciforme dentro do conselho, e as pessoas começam a te perguntar, as pessoas começam a entender como funciona. Então, essa foi quando eu entrei. Eu entrei no conselho municipal antes de entrar no local, o conselho local (Maria da Penha Entrevista)

Para Fernanda, a carreira como conselheira se iniciou após uma primeira gravidez complicada por problemas de saúde e o nascimento do segundo. Narra a interlocutora:

O que eu fazia, colocava os dois filhos no carrinho, um em pé, colocava artesanato que eu fazia, queijo, doce, assim que eu comprava na empresa de Lima Duarte, e saía vendendo pelas ruas a fora. E chegava festa junina, meu marido pegava aqueles balões sabe, e vendia nas festas juninas pra poder ajudar no orçamento de casa que era muito apertado. Você imagina você manter seus meninos só com um tipo de leite, antibiótico de 15 em 15 dias, hospital né, foi pelo SUS, não tinha plano de saúde, e pagando aluguel. Então a dificuldade era muito grande. (...) E aí eu ia vendendo pela vizinhança, sempre tive um bom relacionamento. O pouco que eu tinha eu dividia com meu próximo, entendeu? Fazia campanhas para ajudar... olha bem a situação. A minha vida sempre foi assim. Sempre de muita humildade, sempre de muita fé, né. E eu fui conquistando isso ao longo dos anos, então chegou um momento, com o passar dos anos, né, eu

fui convidada a fazer parte... vou pular bastante parte (risos)...eu fui convidada a fazer parte da associação de moradores daqui de Benfica. Entrei como conselheira fiscal, né, nessa nossa primeira gestão. Que nós estamos na primeira gestão (Fernanda Entrevista).

As mulheres que fazem parte do mundo da política, da vida pública, muitas vezes acabam tendo que deixar de lado algumas coisas, tarefas, trabalhos, para poderem conseguir se dedicar a algo maior, ou mesmo diferente do que fazia antes, mas ainda mantendo o objetivo: continuar trabalhando para melhorar a sociedade e, principalmente a vida daqueles a elas próximos.

Muitas mulheres neste meio acabam deixando parcialmente de lado a vida pessoal dividindo a vida profissional, não estando presente em diversos momentos com os filhos, promovendo um sentimento ambíguo, de alegria e dever cumprido por estar trabalhando em algo que traz benefícios para diversas pessoas, mas por estar longe da pessoa por quem tem mais amor. Ser mãe e ser uma pessoa disposta a contribuir com a sociedade, muitas vezes pode trazer complicações e dúvidas, gerando situações em que os filhos acabam não entendendo a situação de suas mães, gerando revolta, tristeza e magoas, entretanto, em algumas situações, como na relatada por Lenir, o contrário também acontece:

Eu tive que optar. É claro que eu não larguei meus filhos, a gente só não era 100% constante e muito assim, deixei muito a desejar. E isso pra mim me... é, são filhos maravilhosos, né, a gente sai, a gente conversa... mas eu sempre conversei muito e eu sempre mostrei que se eu não tava lá eu tava fazendo alguma coisa né, de benéfico que né, queria também influenciar eles lá na frente e ajudar eles em alguma coisa lá na frente.

Quando se é mãe, assim como eu sou, isso fica ainda mais compreensível. A maternidade mostra como é possível amar alguém mais do que qualquer coisa neste mundo, que te motiva, que é a razão de acordar todas as manhãs, de viver, de ir atrás, do porquê continuar batalhando por aquilo que acredita, de enfrentar todo machismo do mundo político, com a mulher tomando seu lugar, e mostrando que é tão capaz quanto qualquer homem.

Assim, a partir dos relatos, aduzo que a relação com as mães e a experiência da própria maternidade se conformaram como uma evocação importante, como uma “solidificação da memória” das trajetórias das interlocutoras, tal como avaliou Pollack.

Unido ao tema da solificação da memória está o conceito de carreira moral, desenvolvido por Goffman (2001).

5.5 CARREIRA MORAL, REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS

Ao analisar os processos de institucionalização em manicômios, prisões e conventos, Goffman cunhou o termo “carreira moral”. Para o autor, carreira moral seriam as sequências progressivas de mudanças “que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (GOFFMAN, 2001: 1974, p. 24). Dessa forma, embora estivesse aludindo às instituições totais, os sentidos de carreira moral podem ser adequados para análises mais amplas. Assim destaca Goffman:

A carreira moral de uma pessoa de determinada categoria social inclui uma sequência padronizada de mudanças em sua maneira de conceber os eus - entre os quais se coloca, de maneira importante, o seu próprio. Essas linhas de desenvolvimento podem ser acompanhadas de estudo de suas experiências morais - isto é, a maneira pela qual a pessoa vê o mundo. (GOFFMAN, 2001: 1974, p. 24).

Goffman compreende a carreira moral em uma dupla dimensão. Uma dimensão ligada à esfera íntima, associada à imagem de si; e outra relacionada à posição social. Nesse sentido, a carreira permite analisar transformações temporais elementares e comuns aos participantes de uma categoria social, mesmo que ocorram de forma distinta para cada um deles (GOFFMAN, 2001; PORTO, 2019). Dessa maneira, em seu caráter duplo, a carreira moral deve ser concebida em um movimento retrospectivo, em que deve se relacionar não apenas a noção do self, mas também as representações sociais mais gerais.

Portanto, os relatos das trajetórias como carreiras morais trazem em si representações e estereótipos. Flávia Biroli (2010, 2011) analisou os estereótipos relacionados a políticos homens e mulheres na imprensa. A autora destacou que concepções sobre cuidado e maternidade são associadas à feminilidade, sendo acionadas por mulheres com atuação política como possibilidade de negociação:

Uma questão a ser considerada, nesse sentido, é se as representações sobre o masculino e o feminino nas seções de notícias estão

marcadas por associações tradicionais entre a feminilidade e os papéis e expectativas relacionados à esfera privada e, no limite, à maternidade. É preciso considerar em que medida, de fato, esses estereótipos estão presentes no discurso jornalístico, como eixos centrais aos enquadramentos e padrões discursivos em que se insere a atuação política feminina quando esta é visível. Estudos sobre a presença de lideranças femininas nos noticiários e sobre campanhas políticas de mulheres apontam para o fato de que as próprias candidatas podem lançar mão desses estereótipos para obter sucesso nas urnas e galgar posições, na mídia e na política (BIROLI, 2010, p. 52).

Assim, se as análises dos enquadramentos (GOFFMAN, 2006) das trajetórias aqui apresentadas são construtos formulados em conjunto entre pesquisadora e interlocutoras, ao destacar o cuidado, a relação materna e o ensino como categorias centrais, também deve ser levado em consideração que tais categorias não foram aqui acionadas de forma inofensiva. Ao contrário, foram evocadas não só pela apresentação do *self* e da noção de si das interlocutoras, mas também pelas concepções mais gerais sobre o feminino concebidas não só pelas interlocutoras em suas performances como pessoas políticas, mas também por mim, em meu trabalho de pesquisadora.

Contudo, reitero a centralidade das categorias apresentadas na formulação dos relatos das trajetórias. Se o cuidado, o estudo e a maternidade reproduzem os estereótipos e representações de gênero, tais representações se efetivam nas performances e atuações políticas das entrevistadas. Essas categorias são, a um só tempo, constitutivas das noções de si e, portanto, moduladoras das relações e das possibilidades de negociação em suas carreiras políticas e suas oposições às estruturas machistas.

5.6 O LUGAR DE FALA DA MULHER FRENTE À ESTRUTURA MACHISTA

Na reflexão de Fernanda sobre o papel da sociedade sobre o sistema político atual, ela comenta que:

Então infelizmente a população, ela mantém o sistema. A partir do momento que a população não vende seu voto, acaba o sistema. Então são mal informados mesmo.

Enquanto as pessoas ainda permitirem que a roda do atual sistema político continue a girar, não haverá uma real mudança. É necessário que está “roda” seja quebrada, feita de novo, e que pessoas realmente dispostas a contribuir para o crescimento do país participem. Não é possível ter mudanças realizando sempre as mesmas tarefas, possuindo as mesmas atitudes.

Muitas das entrevistas trazem reflexões sobre suas motivações que as levaram a participar da vida pública ou traçar uma carreira política, como Francinele, que reflete sobre o lugar de fala da mulher e sua experiência inseridas em locais antes mais restritos, que eram mais direcionados a homens:

A, assim, que eu posso apontar pra você... acho que assim, os desafios sabe, os desafios relacionados a essa condição que diz respeito ai ao lugar de fala mesmo né, na condição de mulher nesses espaços, no próprio âmbito do trabalho, que eu tenho experiências bem sucedidas, mas eu não sei até que ponto que elas são... eu penso que então né, haja vista assim, a própria comparação que eu posso fazer, com colegas. Então assim, eu tenho experiências bem sucedidas nesses espaços, por conta da diversidade de inserção. E isso não é fácil, porque pra eu ter essa diversidade de inserção, outros âmbitos da vida também ficam em segundo plano né.

Ester considera que a participação nos movimentos sociais traz um reconhecimento que ajuda a adentrar espaços antes inacessíveis, permitindo entrar em contato com pessoas dos diversos escalões da sociedade e do mundo da política. Esse reconhecimento faz parte de um dos três princípios traçados por Honneth (2003), o direito, que leva a outro princípio, a solidariedade, mostrando que ambos caminham em conjunto nos movimentos sociais.

É só que, quando você entra nesse movimento, muitas portas se abrem. Porque você passar a ter conhecimento de várias coisas que, você, estando por fora, você não sabe como funciona. E você tando no movimento da associação, demais abertura, no momento de conselho de saúde também. Você conhece pessoas toda diferente. Jeito diferente. Coisas diferentes. Você vai tendo mais abertura. Você vai aprendendo coisas novas. E isso é importante, porque a gente não pode viver no passado. A gente tem que renovar. É o que eu falo muito aqui com ele: gente a vida tem que ser renovada, todos os dias. Porque se você não renovar não dá chance aos novos que estão chegando. Vai ficar um mundo de velho, tudo velho. A gente vai falar de ontem... não. Nós temos que dar chance aos novos que estão chegando. Nós temos que ensinar o que a gente sabe. O pouquinho que a gente sabe, que a gente tem mais experiência. Tenta ajudar eles, sem criticar eles não. Porque errando é que eles vão acertar. É

o que eu falo muito pra eles, falo: gente entra nesse movimento. Porque esse movimento é muito bom. Eu faço parte da sociedade de.. Já fui presidente. Tô mentindo, eu nunca quis ser presidente. Eu sempre queria ser vice. Risos.

Sobre o machismo na política, a falta de participação feminina e a imposição do sexo masculino como a prioridade, Thalita comenta que:

a política foi muito decepcionante. É um ambiente muito machista, não só o PSDB, o movimento estudantil também. A política é um ambiente que não tem muito espaço para as mulheres, é um ambiente em que as mulheres são usadas como moeda pra tudo. É um ambiente que.. que nem eu falei pra Gabriele, no primeiro congresso que a gente foi, é a verdade, falei pra ela assim: “olha, miga, não fica com ninguém não, porque se a gente ficar com alguém aqui a gente nunca vai ser aceita por nenhum deles”.

Historicamente, foi dado ao homem pelo próprio homem “livre poder” para realizarem qualquer coisa que desejassem, entretanto, as mulheres eram impostas diversas restrições. A preferência globalmente concedida aos homens afirma-se na assertividade das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas, que se baseiam em uma divisão do trabalho, tanto sexual quanto social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas inerentes para todas as habitações: moldados por tais condições e, portanto, objetivamente de acordo, funcionam como matrizes de percepções, pensamentos e ações de todos os membros da sociedade (BOURDIEU, 2012).

De acordo com Beauvoir (1960):

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.

Isso é mostrado na conversa com Joana:

A sim, com certeza, existe. A mulher, ela sempre é vista assim, como aquela que cobra demais, porque quer as coisas mais organizadas, mais direito... “a, não vai dar conta”... “a, porque a mulher, ela normalmente vai ser aquela que vai tá emocionalmente envolvida”, ou então “a não, tá sendo chata assim é porque tá solteira, não vai dar

conta de fazer nada, não tem mais nada pra fazer"... então assim, existe também esse tipo de preconceito.

Se uma mulher não souber se vestir, não poderá fazer mais nada, este é o mito da incapacidade feminina, que se baseia puramente na aparência e avalia a competência da mulher em grande parte por sua atratividade. O pensamento que, quando uma mulher é atraente ou bem-vestida, assume-se que ela é *burra* e incapaz, entretanto, isso não faz nenhum sentido, pois a capacidade intelectual de uma pessoa não é definida pela sua aparência. Para Lenir, é difícil ser mulher no mundo da política, entretanto, é necessário se impor, ser forte, mostrar que é capaz.

Você ter que lutar ou através do estudo, ou através de algum conhecimento, pega sua oportunidade, não deixa o fato da pessoa ter um cargo, ela mostrar, ser uma pessoa diferenciada, tentar só mostrar um lado que você mesmo não tendo, você vai ter que criar...

As mulheres estão ganhando espaço em agendas que foram/são impostas como dever exclusivamente masculino, trabalhando pela materialização da igualdade de gênero de fato e de direito, e não apenas sua mera expectativa, desconstruindo tais espaços heteronormativos, repletos de machismo e achismo. A política é hoje um instrumento de ligação entre o povo e o Estado, servindo para organizar e criar a sociedade para que todos possam viver em espaços de paz e fraternidade, permitindo o gozo de todos os direitos (BASTOS; LIMA; SANTIAGO, 2019).

As mulheres, por outro lado, nem sempre compartilhavam desses espaços de poder, fruto de uma imagem subalterna da mulher que não reconhecia seu envolvimento e contribuição para a tomada de decisões, uma vez que eram consideradas criaturas "sem força" para dividir os espaços de poder (BASTOS; LIMA; SANTIAGO, 2019). Assim, Samantha mostra isso em sua fala:

Não, não é muito visível a preferência por homens, eles são iminentemente a maioria e eles são iminentemente as pessoas assim visivelmente as pessoas que mais se destacam, o fulano de tal filho do prefeito é assim mesmo, os próprios partidos erram, porque eles já anunciam já os caras como os fodas, aí as mulheres, vou falar de mulher que são já ficam lá mais acanhada, eu vi isso do PCdoB, fomos lá em BH num curso lá de preparação antes da eleição uns dois meses antes da eleição lá, chegou lá ah fulano, fundador do partido q e parente do Renato Alves, eles davam o cara do sindicato e tal tal dos metalúrgicos, aí chegava mulher, fulana professora, eles não davam

nem um tipo de é de luz sabe, de enfoque pras mulheres, a mulher é mulher.

O que muda no discurso das mulheres é a noção de líder, que passa a ter aspectos mais andróginos, combinando traços comunais, como comunicação e autoconfiança. Elas também podem se ver no papel de líder e considerar o líder contemporâneo como uma pessoa mais transformadora, assim como elas. No entanto, o homem parece ser um líder natural em suas observações (JONSEN; MAZNEVSKI; SCHNEIDER, 2010).

Schein *et al.* (1996) já havia comprovado a crença amplamente difundida de que os homens são percebidos como líderes naturais porque se supõe que possuem mais qualidades associadas aos líderes. Talvez por isso as mulheres sejam postas à prova, até mesmo pela própria equipe, na tentativa de demonstrar porque não devem ocupar cargos de liderança.

Uma mulher que busca ser líder, muitas vezes, não percebe a discriminação que a cerca, além de ter salário mais baixo e menos promoções. Já que, às vezes, não vivenciam o preconceito aberto, muitas figuras femininas acabam acreditando que ele existe apenas com outras pessoas, outras líderes, outras mulheres, e não reconhecem certos comportamentos nocivos ao seu redor (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018; HALPERN, CHEUNG, 2010). Mas a discriminação normalmente começa na infância, embora nem sempre seja percebida.

5.6.1 A Infância, a adolescência e o bullying

Outra problemática enfrentada pelas mulheres é a aceitação social durante a infância e adolescência. Thalita relata a experiência que teve durante em seus anos de estudo no colégio que entrou:

Pois, é. E hoje em dia, eu vejo uns absurdos que tinha, que quando a gente é mais nova a gente num vê. Lá na época do frio, não deixavam quem não tava com a roupa de uniforme usar roupa de fio. Então, tipo assim, todo dia, chegando o inverno.. tipo assim... maio, mais ou menos assim, os coordenadores vão na sala e se você.. se tiver algum aluno que não tiver com a blusa da escola, tem que tirar, então, assim, a criança fica com frio. Entendeu? E faz tirar na frente de todo mundo. E eu passei por isso. Assim, eu tive amigos, eles eram legais, assim, mesmo tendo uma situação muito diferente da minha, mas tinham uns que eram muito complicado. Então, eu comecei a sofrer bullying social,

e eu não sabia que tinha isso, mas existe. As vezes, .. e tipo assim.. foi pesado, pesado mesmo, de professor se envolver e tal.

Segundo Pereira *et al.* (2004), o gênero influencia tanto as vítimas quanto os agressores entre os estudantes. Além disso, a classe social é importante e pode resultar de disparidades sociais. Os autores chegaram à conclusão de que vir de uma classe socioeconômica mais baixa aumentava a probabilidade de sofrer *bullying*. De acordo com Rigby e Slee (1991), as crianças mais novas sofrem mais bullying do que as crianças mais velhas.

De acordo com Fu; Land e Lamb (2013), crianças de famílias de nível socioeconômico mais baixo são mais propensas a serem vítimas de tipos mais graves de bullying, uma vez que a escolaridade é uma indicação interligada de estratificação social. Além disso, o menor nível de instrução educacional dos pais está ligado a maiores níveis de exposição ao bullying. Os autores também relataram que os lares monoparentais são mais propensos a ter alunos envolvidos em *bullying*, tanto como vítimas quanto como agressores. A exclusão histórica da mulher se manifesta nos espaços educacionais e principalmente nos espaços de poder tal como as estruturas políticas.

5.6.2 Estrutura política no Brasil

Muitas mulheres continuam a enfrentar barreiras para ocupar cargos de autoridade, serem eleitas ou ter um papel ativo na tomada de decisões políticas. Isso está relacionado à exclusão histórica das mulheres da política, que continua ecoando em nosso ambiente atual de baixa participação feminina no governo.

Pensar o papel social da mulher na sociedade brasileira (particularmente do ponto de vista político) é sempre um exercício interessante, principalmente quando consideramos uma sociedade como a nossa, que foi construída sob a égide do machismo, do patriarcado, em que os homens sempre ocuparam espaço público, e as mulheres, somente o privado (RIBEIRO, 2022).

Sobre a mudança na estrutura de como a política é feita no Brasil, e como as pessoas veem este sistema, Samantha fala que:

Eu perceber que as pessoas não querem mudança, eu percebia, as pessoas não querem mudança, elas usam discurso da mudança mas

não querem, na prática elas querem o mesmo, que que é o mesmo? É se dar bem, é ter alguém com poder pra poder ajudar elas quando elas precisarem, eu vi isso na prática, então eu me desiludi porque eu acreditava que as pessoas queriam mudança, mudança física, ideológica, partidária, fisiológica até, mentira as pessoas não queriam mudança, então eu percebi isso na prática, isso me marcou muito, isso me frustrou.

O cidadão comum deve reconhecer sua importância no quadro político e se engajar na luta por melhorias coletivas, seja por meio do aumento do interesse pelo que está acontecendo ao seu redor, informando-se e discutindo a situação mundial com familiares e amigos, seja por meio da participação direta em associações como amigos da vizinhança, organizações não governamentais e fóruns de discussão sobre questões sociais, políticas e econômicas, ou entidades similares onde existe uma empresa (KHURIYEH, 2002).

O voto é a arma do cidadão na busca de respostas para seus problemas, sendo ele um exercício deliberado de ideais de poder e liberdade em busca do aprimoramento democrático. No entanto, há vícios que corrompem um segmento específico do eleitorado no Brasil, que atribui seu voto a pequenas concessões, como a compra direta de bens e serviços, e não à comunidade como um todo (KHURIYEH, 2002).

A ausência de ideologia, substituída pelo fisiologismo, resulta na formação de "currais" eleitorais, nos quais um líder político utiliza sua autoridade local para obrigar os eleitores a votar em candidatos que protegeriam seus interesses uma vez eleitos. Como recompensa, ele vende coisas ao povo para sobreviver, aproveitando a dura disparidade socioeconômica do país (KHURIYEH, 2002).

Ao entrar na vida pública, sobre a mudança de pensamento ocorrida, do seu eu, Samantha diz que:

A mudança é que eu era uma pessoa egoísta, eu pensava só em mim, eu via o mundo só em torno de mim, eu não conseguia enxergar, eu enxergava de forma muito pequenininha o outro como naquelas coisa que eu falei na minha mãe lá e tal, entendeu, dividia as coisa e tal mas eu era mais egocêntrica, hoje eu não sou uma pessoa egocêntrica, aqui a vida pública nesse setor me ensinou a ter compaixão pelas pessoas, a se preocupar de fato com as pessoas, não ser hipócrita, de discursos não, é preocupar, eu não durmo se eu tive uma criança morrendo que a família me pediu ajuda eu fico louca aí eu ponho meu marido doido, ponho essa minha filha doida, eles são testemunhas porque, porque isso vai comigo ahh você tem que separar e, não eu não consigo, isso é da minha essência, eu não sei separar, se a

pessoa me pediu socorro, lá eu vou ignorar, eu não sei ignorar, eu deveria porque eu não tenho obrigação de trabalhar meia noite, uma hora da manhã, sábado e domingo mas aquilo me dói é cometendo crime, eu me sinto uma criminosa, seu eu não atender, mesmo que seja as coisas mais besta, o chamado de uma pessoa, que as vezes a maioria eu nem conheço [...] isso aqui pra mim é um instrumento de transformação mesmo, social, pessoal, entendeu, ético.

Historicamente existiu uma distinção nas circunstâncias de participação política das diferentes classes socioeconômicas, pois há evidências de forte concentração de sua prática. Basta lembrar acontecimentos históricos como o coronelismo e os repetidos governos totalitários. O Brasil é provavelmente a ilustração mais tangível disso: embora tenhamos conseguido estabelecer um governo democrático, não podemos afirmar ser uma sociedade democrática hoje devido à persistência de variáveis socioculturais diretamente ligadas aos processos de nossa cultura política (GUIZARDI, PINHEIRO, 2006).

Entre essas variáveis, tem-se a falta de integridade de muitas pessoas envolvidas com política e com a vida pública. Um exemplo foi relato por Maria Adelina:

Não, aí eu peguei falei assim não, aí eu fui com você, quando eu falei com ele que como é que eu ia fazer com meu povo, ele falou, não você não se preocupe que assim que a senhora, a senhora vai ganhar num dia no outro dia nós vamos tirar a senhora de lá, a senhora não vai morar lá, eu falei assim então tchau, felicidade. Como é que eu vou usar o meu povo pra votar em mim, depois vou dar as costas pra ele.

Nesta fala fica visível a tentativa de corromper a integridade de uma pessoa envolvida com diversas causas políticas e movimentos sociais. Ela relata que tentaram fazê-la concorrer para um cargo apenas como manobra para promover um candidato, mas que posteriormente ele seria exonerado, ou seja, seria uma campanha falsa, pois o objetivo não seria realmente fazer parte daquele local.

A dignidade humana é a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em todo ser humano que o torna digno do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais, que protejam a pessoa contra todo e qualquer ato degradante e desumano, bem como garantam as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de proporcionar uma coexistência pacífica na sociedade (SARLET, 2007).

Mas para alcançar essa dignidade, a população deve demonstrar interesse nas questões sociais, em aprender e entender seus direitos e deveres como cidadão, em querer participar das decisões que são tomadas e afetam sua vida de forma direta e indireta. Entretanto, como demonstrando na reflexão de Aldelvânia, a população não tem interesse:

Muito importante, se todo mundo tivesse conhecimento hoje do conselho de saúde eles iam saber lidar mais, procurar mais os direitos deles... porque eu ainda conheço pessoas que não sabem o que é uma ouvidoria e nem sabe onde fica a ouvidoria. Muita gente me pergunta o endereço, “a, eu não sei onde que é não”, mas também o povo não liga sabe. As pessoas são muito desinteressadas de procurar seus direitos. E também uma coisa, eu fiz, eu estudei a Constituição todinha. Fiz concurso, e aí eu gostei tanto da Constituição, direito constitucional, que eu acabei lendo ela toda.

Enfatiza-se a banalização dos direitos humanos declarados, com os direitos de uma nova geração, sociais, culturais, empresariais, entre outros, em expansão, à mercê dos lobistas. Isso indica que os direitos humanos serão esvaziados, pois disputarão espaço com os direitos tidos como mais nobres, subvertendo a escala de valores (ASCENSÃO, 2008).

Regina também enfrentou problemas em relação aos colegas de trabalho, que não se importavam em realmente fazer seu serviço:

O que que acontece, o que que eu entendi na época, eles pegaram as pessoas de baixa renda ou de quase renda nenhuma, entendeu, e colocaram todas no mesmo espaço. [...] E nesse mesmo espaço, colocaram pessoas de várias facções né infelizmente, então começou a dar muito problema. Como essas pessoas também não tinha condição, não tinha emprego, porque não foi colocado uma assistente social na época, pra poder fazer um rastreamento e ver o que que podia fazer pra ajudar aquelas pessoas, as pessoas ficaram sem água, cozinhando no fogão a lenha dentro de um apartamento. Pra minha visão enquanto conselheira de saúde, a fumaça é muito perigosa, entendeu?

Para solidificar as atividades de colaboração e desfrutar da cooperação mútua em harmonia, é preciso interação, comunicação e capacidade de se colocar no lugar do outro, assim como compreender os diversos saberes de cada um de seus membros (STAKE, 2000). No entanto, no contexto da saúde, diversas dificuldades, como profissionais hostis, estruturas organizacionais estritamente hierárquicas, disparidade

social entre os membros da equipe e grande rotatividade de profissionais nos serviços, podem interferir negativamente na execução do trabalho integrado (YIN, 2008).

Outros problemas, como a falta de especialistas e mão de obra não qualificada, também podem interferir no apoio prestado à comunidade, além de contribuir para a criação de dificuldades de recursos humanos (YIN, 2008).

5.6.3 Mulheres e religiosidade

Outra questão importante para a vida das mulheres que fazem parte da política, é o aparato religioso. Elizabeth relata:

Tem algumas igrejas que eu vou, tem muita gente que me convida. Tem até pastores querendo me manipular, só que eu não aceito, cê entendeu, esse tipo de manipulação mais. Porque hoje eu tenho conhecimento, eu não preciso ser manipulada... hoje eles são empresas espirituais, hoje eles trabalham mais pela parte financeira do que espirituais. Então eu discordo....

A presença de candidatos com formação religiosa é frequente, o que é interpretado como uma tentativa de conquista de poder por meio da manipulação religiosa dos fiéis (ORO, 2011). Desta forma, muitas mulheres veem a perspectiva de sua imagem ser utilizada em campanhas políticas apenas para angariar votos para candidatos que não compartilham os mesmos pensamentos e ideais.

De acordo com Ester, diversos líderes religiosos já tentaram manipulá-la a fim de obter favores políticos, cargos no setor público, indo contra suas intenções, que é ajudar aqueles que necessitam. Ester aprendeu a separar a religiosidade das igrejas com sua própria fé, passando a ter o entendimento que ter fé é diferente de seguir determinados conceitos impostos por homens em um púlpito.

A fé ajudou diversas mulheres a passarem pelas dificuldades da vida. Muitas das entrevistadas tiveram grandes dificuldades enquanto cresciam. Maria Madalena relata a migração dos negros de sua pequena cidade natal para um município maior, com mais possibilidades:

Às vezes comia arroz com feijão, mas igual eu te falei, agradecia. E outra coisa também, a gente, ce ve hoje a discriminação racial é uma coisa muito tocante né. E nós morando lá no bairro industrial, nós morava numa casa que tinha um quarto grande que dormia eu, minha mãe e as 3 irmãs, e na uma salinha que tinha assim, dormia os

meninos. E tinha uma cozinha cumprida e um fogão a lenha. Ai meu pai fez assim tipo um comodozinho assim, pra ele guardar, que ele catava as coisas assim, ganhava também né, pra vender.. milho assim, debulhar... e nós tínhamos uma horta né. Ai menina, esse aqui foi em Juiz de Fora, e esse pessoal, esses negros, que eu vou te falar agora, também muito católicos, muito de muita fé, vieram lá de Carangola, e nós viemos pra cá e nós já tinha mudado pra Carangola, viemos pra cá, e eles eram em 12 pessoas, os pais e uma tia e o pai, o pai e a mãe. E essa irmã dessa senhora vieram aqui morar no Jardim Natal, menina você pensa bem, nossa casa que eu te falei, banheiro era só tipo uma fossa, então não tinha...

5.6.4 Violência psicológica na vida pública

Outra questão importante vista nas entrevistas é a questão da violência psicológica que muitas mulheres sofrem ao adentrarem a carreira pública, espaço este ainda grandemente dominado por homens, tendo grandes características machistas, que faz com que muitas mulheres sejam vistas como inferior, ou incapazes, mesmo antes de começarem a realizar o trabalho.

Ao discutir a violência política, não se pode ignorar a violência política de gênero, que se manifesta em atitudes que podem ser consideradas menores, mesmo que não sejam, como interrupções, o que falam em *fake news*, que chegam em ameaças, e que, quando aliado às atitudes e ações que vemos direcionadas às candidatas por serem mulheres, desempenham um papel significativo no desencorajamento, sendo uma tentativa de silenciar a participação das mulheres (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

A batalha pela divisão sexual do trabalho, representação política e direitos iguais para homens e mulheres perpassa gerações. Mesmo depois de conquistar o mercado de trabalho e vagas nas esferas legislativa, judiciária e executiva, ainda há muito o que lutar para que as mulheres ocupem os espaços a que têm direito.

Cada história, cada fala, cada reflexão, cada luta, cada momento da vida destas mulheres contribuiu profundamente, não apenas para tornar o Brasil um lugar melhor, mas para mudar a vida e história de todas as mulheres, meninas, tornando a sociedade um lugar mais seguro e melhor para todas. Isso mostra algo que já era obvio, que a mulher tem papel fundamental na vida pública do país, do estado, da cidade. Seu trabalho árduo, incansável, enfrentando o machismo enraizado na sociedade, o preconceito, a misoginia, mas ainda assim, de cabeça erguida, seguindo em frente por aquilo que acreditam, gerou e tende a gerar muitos frutos.

Muitas mulheres trazem sua motivação dos filhos, da família, dizendo que são eles que dão força para lutar, fazendo emergir a questão do reconhecimento de Honneth (2003), buscando mostrar que são capazes, ainda que representem o gênero reprimido em nossa sociedade. Mesmo aquelas mulheres que não possuem filhos, têm uma motivação inerente em querer se provar, e não para familiares, ou pessoas próximas, mas para si mesmas, de que são capazes, mesmo que muitos digam o contrário e queiram silenciá-las e invisibilizá-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minha trajetória neste doutorado sofreu diversos desvios antes de chegar ao final com a conclusão desta tese. No início da execução do projeto, tive que modificar o objeto do estudo, mudei de orientação, fui candidata a vereadora no pleito de 2016 e a deputada estadual em 2018, engravidei em 2019 e em 2020 teve início a pandemia, alterando bruscamente minha maneira de obter meus dados e informações, passando a realizar as entrevistas, que antes eram presenciais - possibilitando a interação e a captação de comportamentos e atitudes das entrevistadas – para entrevistas à distância. Cheguei a realizar 3 entrevistas presenciais, mas com todos estes entraves, acabei optando em realizar por telefone e gravar as ligações. E como ainda fiquei grávida, minha filha nasceu e o mundo já não era mais o mesmo após tantos problemas causados pela Covid-19.

Assim, a tese mostra meu amadurecimento como pessoa, mãe e pesquisadora, que evoluiu e passou por diversas dificuldades ao longo do caminho, que me permitiu ver e analisar a entrevista, o comentário e a reflexão de cada uma das mulheres que contribuíram para este estudo de uma forma única, o que me permitiu maior entendimento das trajetórias, onde eu enxergava a mim mesma em vários momentos. Essa conexão que obtive com as histórias narradas trouxe diversos benefícios que vão muito além de resultados de um estudo. Vínculos foram criados, empatias foram geradas, risos, alegrias e tristezas foram trocados, reflexões sobre ser mulher, mãe, profissional foram tecidos, permitindo que eu não fosse mais a mesma pessoa de quando adentrei este doutoramento.

Para o atual trabalho de doutorado, busquei o ponto que não consegui responder durante minha pesquisa de mestrado. Aqui, consegui obter dados no que tange ao perfil de mulheres que ocupam cargos na vida pública e política, analisar e avaliar suas motivações, interesses, razões que as levaram a ocupar tais posições, ponderar sobre a trajetória, lutas, dificuldades e facilidades do caminho que traçaram, e colocar um olhar sobre as perspectivas que possuem para o futuro em relação a caminhada política, e o exercício na vida pública.

Neste trabalho, com base no meu mestrado, a categoria "puras" foi repensada a partir do termo "engajadas" porque os dados apurados mostraram que as mulheres, sem o capital político que possui o gênero masculino, eram mais atuantes nos espaços

de participação, integrando inúmeras esferas, instituições e cargos, o que consigo comprovar com esta tese.

Para a tipologia do mestrado os dados quantitativos foram suficientes e, em si, já demonstraram que o campo político exige que as mulheres se aproximem mais de movimentos e instituições que integram o campo político paralelamente aos partidos, caso almejem assumir algum cargo representativo. Muitas destas mulheres têm parte da vida inserida em conselhos municipais, de saúde, movimentos sociais, grêmios estudantis, associações de bairro, entre outras formas de associação. O grande ponto que me fez refletir foi que, com tantos entraves e barreiras para o ingresso delas nos espaços políticos, algo interior motivava estas mulheres.

Mas as perguntas que me intrigavam eram: o que nas trajetórias destas mulheres era tão latente no desejo de ajudar, participar e atuar nos espaços de poder? De onde vinha a disposição para buscar reconhecimento e ocupar diferentes cargos, inclusive pleitos municipais e estaduais? Estes questionamentos nortearam diversas reflexões realizadas nesta pesquisa.

A partir da análise e da observação do campo e da rotina política pude perceber que as mulheres foram doutrinadas a ocuparem espaços menores que os homens, são menos favorecidas nos partidos em relação às suas campanhas políticas. Recebem menores verbas partidárias, enfrentam dificuldades de acesso aos cargos de poder, entre outros entraves analisados e percebidos neste trabalho e na bibliografia utilizada.

Através das entrevistas realizadas percebi que alguns conceitos centrais que foram detectados ao longo do trabalho se repetem e perpetuam na fala das entrevistadas. Auxiliando na tarefa de compreensão da pergunta levantada e da percepção observadas pela pesquisadora no que foi dito e nos sinais não ditos pelas entrevistadas sobre suas trajetórias.

Através destas narrativas tentei transformar em dados objetivos e/ou simbólicos o que eu ou elas já sabíamos, sentíamos, mas não conseguíamos estruturar sobre a vida pública, o campo político e o espaço das mulheres.

Ouvi 17 histórias de vida, foram 17 mulheres com trajetórias sofridas e diferentes entre si, mas todas carregavam o que eu buscava conhecer e de alguma maneira comprovar, que era uma motivação que emanava de dentro de cada uma, que convergiram em suas ações públicas, porém de alguma maneira sempre em busca de reconhecimento.

As conceituações sobre as trajetórias e memórias aqui apresentadas se colocam como possibilidades de compreender que os sentidos das narrativas apresentadas são uma construção entre pesquisadora e pesquisadas. Assim, fica clara a perspectiva que Honneth (2003) trabalha sobre a interrelação entre as categorias listadas neste estudo, que estão relacionadas com amor, direito e solidariedade. Sempre em busca deste reconhecimento.

Cabe salientar que Honneth (2003) utiliza o termo amor, ele não se limita a noção que os românticos consideravam com a relação sexual. O amor é como um padrão de reconhecimento, trazendo laços afetivos para o coração da palavra, na relação entre mães-filhos e na amizade. O amor, nesta definição, é um tipo de apego recíproco em que as entrevistadas validam suas necessidades emocionais por meio do processo de consciência intersubjetiva.

Esta pesquisa mostrou que as relações sociais de reconhecimento baseadas no amor são de caráter privado, mas influenciam na vida pública e nas escolhas das entrevistadas. Honneth usa a abordagem da psicologia infantil de Winnicott para mostrar a importância da evolução do relacionamento primário entre a mãe e os(as) filhos(as) para a afirmação da autoconfiança e autonomia deste. Ou seja, assim como nesta pesquisa, para Honneth (2003), um indivíduo (ou uma mulher) se define como titular de direitos somente por meio do reconhecimento do direito-outro.

Nesse processo de reconhecimento, a pessoa vivencia tanto a individualização, com suas características únicas, quanto a equalização em relação aos demais. Quando esse reconhecimento é alcançado, surge a possibilidade de um tipo de auto relação conhecida como autoestima. O que motiva de fato as mulheres desta pesquisa.

Desta forma, as trajetórias das mulheres são apresentadas a partir de enquadramentos intencionais (GOFFMAN, 2006), demonstrando apenas alguns aspectos da complexidade de cada biografia, marcadas pela imprevisibilidade, pela autonomia, pela flexibilidade, pela performance e pela produção dialógica entre pesquisadora e interlocutoras.

A entrevistada Maria da Penha, relata que “batalhas pessoais possuem grande reflexo na sua paixão em ajudar, na sua empatia” e isso corrobora fortemente com o que eu buscava como resposta.

Já a Lenir acreditava que “o maior facilitador para sua carreira foram os estudos” que também precisam de reconhecimento pela sociedade. Todas as

entrevistadas relatam que exemplos de dentro de casa, levaram elas para a luta pelo coletivo, a busca pelos direitos sociais e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Para entendermos as desigualdades de gênero precisamos não apenas da ocupação de cargos de poder e acesso aos recursos materiais pelas mulheres, mas também a desconstrução de certos imaginários e a formação de novas imagens e consensos, cujos significados apontam para o reconhecimento da igualdade e das diferenças de gênero.

Outro ponto fundamental para a análise é o cuidado, menos que um ponto de inflexão nas carreiras morais das entrevistas foi acionado como um *continuum*. Um valor formativo e vocacional presente nas temporalidades das narrativas, tanto no início como no decorrer das trajetórias. Por este motivo vimos o cuidado como ensejador da carreira política, o cuidado e políticas de saúde em relação a empatia pelo próximo. De certa forma, ao aludirem ao cuidado, “à vontade de ajudar”, aos valores familiares aprendidos, as entrevistadas parecem se apartar da tensão entre ética da responsabilidade e ética da convicção (WEBER, 1998).

Assim como o acesso ao estudo e a vivência com os movimentos sociais e estudantis, porque nestes locais é possível conhecer pessoas, fazer contatos, compartilhar, ouvir ideias, pensamentos, opiniões que contribuem para a formação individual, mas que pode trazer grandes impactos na vida profissional, em sua atuação nos movimentos sociais e políticos. A participação em movimentos sociais é algo inerente da mulher e sua participação na vida pública e na política.

E um ponto central na fala das entrevistadas que são mães, assim como eu, que a maternidade pode ser o grande incentivo para a vida pública e a busca por igualdade e acesso.

A carreira moral, representações e estereótipos trazem em suas trajetórias apresentadas aqui como construtos formulados em conjunto entre pesquisadora e interlocutoras, ao destacar o cuidado, a relação materna e o ensino como categorias centrais, também deve ser levado em consideração que tais categorias não foram aqui acionadas de forma inofensiva.

Assim como o lugar de fala da mulher frente à estrutura machista, quando a Thalita diz que

“a política é um ambiente que não tem muito espaço para as mulheres, é um ambiente em que as mulheres são usadas como moeda pra tudo.

Se uma mulher não souber se vestir, não poderá fazer mais nada, este é o mito da incapacidade feminina, que se baseia puramente na aparência e avalia a competência da mulher em grande parte por sua atratividade. O pensamento que, quando uma mulher é atraente ou bem-vestida, assume-se que ela é burra e incapaz, entretanto, isso não faz nenhum sentido, pois a capacidade intelectual de uma pessoa não é definida pela sua aparência.” (Entrevista Thalita)

Na luta feminina, busca-se assegurar a participação plena e efetiva das mulheres na tomada de decisões em todos os níveis da vida política, econômica e pública, bem como a igualdade de oportunidades para elas em cargos de liderança, além de adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para promover a igualdade de gênero e emponderá-las em todos os níveis.

Como uma das considerações finais, percebo que é fundamental desenvolver a democracia paritária, um sistema democrático justo e inclusivo que permita que as mulheres participem da tomada de decisões com igualdade em relação aos homens e contribuam para a agenda pública a partir de uma perspectiva de gênero. O engajamento político das mulheres demonstra que mudanças ocorreram, seja como eleitoras ou como candidatas a cargos públicos, mas essas mudanças têm acontecido de forma lenta, gradual e com muitos entraves.

No entanto, a presença cada vez maior de candidatas, mesmo que ainda em número inferior quando comparados com os índices de homens, é fundamental para o fortalecimento da democracia, pois a representatividade das mulheres é importante quando se considera as lutas pelos seus direitos em um contexto em que, como sabemos, ainda há muito preconceito, exclusão, machismo e misoginia.

Como indicado, as mulheres constituem a maioria dos eleitores no Brasil e esta é, sem dúvida, uma área que os candidatos de ambos os gêneros avaliam para obter esse voto feminino. Mais do que isso, é um indicador de que atenção deve ser dada a este considerável segmento da população, especialmente no caso de uma sociedade que busca reforçar suas credenciais democráticas. Essa tendência vem se solidificando há algum tempo, e mais engajamento feminino tem acontecido em todas as esferas da nossa sociedade. Certamente, os obstáculos que as mulheres enfrentam na política e na sociedade em geral, como por exemplo, questões do mercado de trabalho e salários igualitários aos homens na mesma posição, permanecem significativos.

Ainda que possamos afirmar que as mulheres estejam assumindo seu lugar, devemos lembrar que devido às chamadas cotas, que são fruto de ações afirmativas para aumentar o envolvimento feminino, os partidos são obrigados a dar, pelo menos 30% de participação para cada gênero, além do fundo partidário destinado às candidatas.

Os principais objetivos da proposta são garantir as candidatas do sexo feminino o uso eficaz de recursos, minimizar fraudes, assegurar a equidade do processo eleitoral e fortalecer os partidos políticos. Dessa forma, a ampliação da participação das mulheres no registro de candidaturas está ligada não apenas a uma maior conscientização da importância da política entre elas, ou à revolução das mulheres através do feminismo desencadeada nos anos 1960, ou mesmo à expansão geral da politização da sociedade civil, mas também à obrigação de cumprir uma lei eleitoral.

A aprovação desta lei pode ser tida como um progresso. No entanto, vale lembrar que leis e convenções, enquanto instrumentos vitais, têm força apenas relativa quando se trata de eliminar preconceitos de qualquer natureza. Os papéis e posições sociais das mulheres na sociedade brasileira são repletos de inconsistências. Em termos quantitativos, o percentual de mulheres na Câmara dos Deputados é de 9% e de 10% no Senado, ocorrendo baixo índice entre governadores estaduais.

Claramente, a eleição da primeira mulher *presidenta* do Brasil contribuiu de alguma forma para reverter a percepção de declínio do envolvimento feminino e, talvez, estimular outras candidatas. A importância desse evento em termos de confirmação da figura de Dilma em um cenário totalmente masculino da história, onde se teve o poder sempre ligado à figura do homem, foi sublinhado por sua escolha de ser tratada como *presidenta*, e não como *presidente*.

Além da luta pelo direito, há um embate de violência política entre os sexos, uma vez que os cargos de representantes eleitos são majoritariamente ocupados por homens, resultando em uma sub-representação das mulheres, subalternidade e normatividade. Ou seja, as desigualdades de gênero persistem em lugares de autoridade e tomadas de decisão.

A baixa representatividade das mulheres na política impacta na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o campo feminino deixando de abordar prioridades em áreas fundamentais como saúde, educação, assistência social, segurança pública, planejamento e urbanismo, habitação, empreendedorismo

e empregabilidade. Não há discussão suficiente, ampla e pluralista de ideias e pontos de vista, sendo vital apoiar atividades afirmativas que aprofundem as conversas, objetivando encontrar e avaliar iniciativas de políticas legislativas e estaduais que melhorem a representação política das mulheres e previnam a violência de gênero na política a partir de uma perspectiva que todos são iguais e possuem os mesmos direitos.

O que constatamos na sociedade é que, apesar das pequenas mudanças, a mulher ainda é tida como a grande responsável pela casa e pelos cuidados com os filhos. Informação comprovada nas entrevistas onde relatam a saída da vida pública em prol dos cuidados de filhos, pais e/ou marido. Enquanto o homem ainda é considerado um ajudante, pois não realiza, na maioria das vezes, as mesmas obrigações e afazeres que a mulher. A distinção entre trabalho masculino e feminino continua a construir um valor, minando o que se identifica com o feminino.

Essa perspectiva sobre as atividades domésticas ignora as horas gastas realizando afazeres longos, repetitivos, monótonos e desvalorizados. Mulheres trabalhadoras e mães de crianças pequenas que passam horas cuidando da casa, além de suas responsabilidades profissionais, podem se sentir em desvantagem tanto em sua carreira quanto em sua experiência como mães.

Na frase de Simone de Beauvoir, que fez uma reflexão sobre o trabalho doméstico, temos:

“Poucas tarefas são mais parecidas com a tortura de Sísifo do que o trabalho doméstico, com sua repetição sem fim: a limpeza se torna sujeira, a sujeira vira limpeza, de novo e de novo, dia após dia. A dona de casa se desgasta marcando o tempo: ela não cria nada, apenas perpetua o presente. A batalha contra a poeira e a sujeira nunca é vencida,” (BEAUVOIR, 2014).

As tarefas domésticas que são vistas como "trabalho feminino" são descritas como inferiores, o que aumenta a delegação masculina dessas tarefas a pessoas que sempre as fizeram, ou seja, as mulheres. Nas esferas de poder os homens são vistos como poderosos, confiantes e autoritários. Já as mulheres quando ocupam esses espaços, são percebidas como arrogantes, confrontadoras e frias.

Outro ponto importante verificado na maioria das entrevistadas nesta pesquisa, foi a conexão com suas mães, tida como crucial para seu desenvolvimento moral. Aqui eu avaliei que as categorias de cuidado, apego materno e estudo são fundamentais

como ideais utilizados para organizar e dar sentido às memórias. As mulheres questionadas se valeram da realidade, inerentemente caótica, para construir uma versão de si e de suas interações com o mundo à medida que narravam suas experiências. A riqueza das histórias de vida decorre de sua capacidade de enfatizar processos subjetivos dentro do cenário de contextos maiores.

As histórias de vida são especialmente importantes porque dão uma visão dos processos subjetivos dos sistemas institucionais. Assim, o vínculo entre a pessoa, as instituições e os ciclos de vida foram questionados por essas pesquisas. Embora existam variáveis que indicam regularidade nessas interações, o atrito social, principalmente no cenário do emprego e da política, tornou cada jornada subjetiva única.

A incredulidade que vemos nas empresas e nas estruturas políticas quando as mulheres são menos remuneradas pelas mesmas atividades, ou quando são retiradas as vagas e oportunidades para a participação delas nos espaços políticos, ou mesmo quando elas são utilizadas apenas para alavancar a candidaturas de homens, cenário comum na política brasileira, é uma ilustração tangível do que muitas mulheres encontram diariamente.

Apesar das conquistas históricas, as mulheres continuam enfrentando uma série de desigualdades em função de seu gênero: são assassinadas por seus parceiros e ex-companheiros, são responsáveis pela maior parte, se não todas as tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa, são minoria em cargos de liderança e ganham menos que os homens no mesmo trabalho, mesmo em muitos casos apresentando nível superior de formação e capacidade. Muitas são vítimas de assédio sexual desde crianças, na rua, no transporte público e no trabalho, sofrem com piadas, comentários que as denigrem, que muitas vezes, as fazem se sentir menores.

Acontecimentos como a batalha das sufragistas pelo voto feminino, o uso da pílula anticoncepcional, a ambição de sair da casa dos pais e ter um emprego de sucesso, o surgimento de mulheres notáveis que mudaram o mundo em seu campo de estudo e interesse, tem que continuar a existir. Como disse Michelle Obama, “o sucesso não tem a ver com o lugar de onde você veio, e sim com a confiança que você tem e o esforço que você está disposto a investir” (Michelle Obama, 2020) ou seja, mesmo que sua realidade seja contrária a tudo aquilo que você quer alcançar, a

carreira que quer seguir, o cargo que deseja ocupar, lute, e continue a lutar, mesmo quando já tiver alcançado aquilo que era seu objetivo.

Muitas mulheres desempenham papéis no local onde estão inseridas, seja numa associação de bairro, ou como presidenta, promovendo a empatia, o cuidado pelo próximo, a luta pela igualdade, justiça e equidade. Independentemente da classe social e das motivações, todas as mulheres que conversei neste estudo, apresentam algo em comum: a vontade de continuar lutando por aquilo que acreditam. Seja por elas mesma, pelos filhos, pelo bairro, cidade em que reside, todas desejam continuar a contribuir para modificar a realidade em que estão inseridas, de forma conhecida ou no anonimato pois, como disse Virginia Woolf (2020), ao longo da maior parte da história, 'anônimo' era uma mulher (WOOLF, 2020).

Muitas mulheres fazem de tudo para se sentir mais fortes, incluindo perder peso, malhar por horas e até desistir de comer. No entanto, sentir-se bem consigo mesmo envolve muito mais do que apenas ter um belo físico, pois o poder de uma mulher se estende além do que ela pode alcançar fisicamente. Mulheres fortes nem sempre estão preparadas, mas aceitam os desafios como oportunidades de aprendizado, não tendo medo de viver. A maior atitude contra o mundo que uma mulher pode ter é encarar a vida de frente, mostrando toda sua força, motivação e vontade de traçar sua própria narrativa.

Como mulher, mãe, profissional, pesquisadora e cidadã que sou, eu sei que existe grandes lutas ainda para todas as mulheres continuarem a exercer seus cargos na vida pública e na política, mas isso é inspiração para as próximas que estão chegando para ajudar nesta batalha. Assim, esta pesquisa conseguiu atingir seu objetivo, mostrando como a trajetória, as motivações e razões que levaram tantas destas mulheres a traçarem o caminho em que estão contribuindo para construir um mundo mais tolerável de se viver, promovendo melhorias para as futuras gerações, gerando esperança de dias melhores.

As entrevistas revelam o quanto a sociedade brasileira ainda se mantém como um espaço masculino e que necessita ampliar seu horizonte e agregar outros valores através do olhar e do pensamento "feminino". Característica comum dessas mulheres é uma certa desconfiança em relação à política partidária e os espaços machistas. Mas isso não as impediu de desenvolver papéis importantes na esfera pública à luz da busca por reconhecimento que as levava a serem motivadas por esta força coletiva em luta por igualdade e uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R. N. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000.

ALBERTUNI, P. S.; STENGEL, M. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 3, p. 709-728, 2016.

ALMEIDA, Débora C. Rezende de. Representação Política: a virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, 2018. p. 1-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6zw8tpctvpqGpSmNMV8F66Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2020.

ARAÚJO, C. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda, ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 33-50.

ASCENSÃO, J. O. A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 103 p. 277–299, 2008.

AYRES, J. R. de C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 8, p. 73-92, 2004.

BASTOS, L.B.; LIMA, S.R.C.; SANTIAGO, M.N. **Análise da representatividade partidária das mulheres no poder legislativo com enfoque nas juntas**. I Seminário do NUGEN e VII Semana da Mulher da ASCES Unita, Anais do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra À Mulher - Elma Novaes (NUGEN), 2019.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S.A. Administração: construindo vantagem competitiva. **Revista Atlas**, 1998.

BECKER, H. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BECKER, H. Biographie et mosaïque scientifique. **Cherche Actes de la Reen Sciences Sociales**. v. 62-63, p. 105-110, 1986

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 90, p. 45-69, 2010.

_____. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102, 2017, pp. 173-210.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil, 11 ed., Rio de Janeiro, 2012, 160p.

_____. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v.62-63, jun., p. 69-72, 1986

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** [atualizada]. Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Lei nº 9100 de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasil, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Mulheres ocupam mais cadeiras e postos de comando na Câmara dos Deputados**. Agência Câmara de Notícias. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/552996-mulheres-ocupam-mais-cadeiras-e-postos-de-comando-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH-SUS)**. – 3. ed. Rev. Atual. Brasília, 2005. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/3nob_sus.htm. Acesso em: 12 Jun. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde**. Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, Série B: Textos básicos de saúde), 2005.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Descentralização das ações e serviços de saúde**: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei. Brasília, 1993.

_____. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial Brasília, DF, p. 25.694, 1990.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução Nacional, nº 333, 2003.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde**. Política nacional de educação permanente para o controle social no Sistema Único de Saúde – SUS / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 12 abr. 2019

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012**. Aprova as seguintes diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasil, 2012. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_12.htm. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. **Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017**. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. Brasil, 2017. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm. Acesso em: 28 jun. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Violência na política afasta as mulheres, diz especialista**. Agência Câmara de Notícias, 2020.

CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde, responsabilidade pública e cidadania: a reforma sanitária como reforma do Estado. In: FLEURY, S. (Org.). **Saúde e democracia: a luta dos Cebes**. São Paulo: Lemos, 1997.

CAVALCANTI, N. C. S. B.; BAÍÁ, D. C. P. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. **Anais** do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017.

CASTRO, Celso CP. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras, de Everett C. Hughes. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 46, 2005.

CEMBRANEL, P.; CARDOSO, J.; FLORIANO, L. Mulheres em Cargos de Liderança e os Desafios no Mercado de Trabalho. **Revista de Ciências da Administração**, v. 22, n. 57, p. 57-67, 2020.

CORREIA, M. V. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2000.

EISENBERG, N.; STRAYER, J. Prefácio. In.: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (orgs.). **A empatia y su desarrollo**. Bilbao: Desclée de Brouwer, p. 9-10, 1992.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 83-111, 2017.

FEDERICI, Silvia. Pandemia, reprodução e Comuns. **Outras palavras**, 23 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/pandemia-reproducao-e-comuns/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FALCONE, E. M. O. **A evolução e as relações entre os estilos de vinculação, a empatia e a raiva**. Relatório final de Pesquisa de Pós-Doutoramento não publicada. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

FALCONE, E. M. O. O papel da tomada de perspectiva na experiência da empatia. In FALCONE, E. M. O., OLIVA, A. D.; FIGUEIREDO, C. (orgs.), **Produções em Terapia Cognitivo-Comportamental**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 61-69, 2012.

FALCONE, E.M.O. **A avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. **Estudos Feministas**, n. 15, v. 1, p. 11-25, 2007.

FERREIRA, R. **De 17 cadeiras na Câmara dos Deputados, apenas duas são ocupadas por mulheres**. Jornal Opção, 2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/de-17-cadeiras-na-camara-dos-deputados-apenas-duas-sao-ocupadas-por-mulheres-395962/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FRASER, N. **Culture, Political Economy and Difference: On Iris Young's Justice and the Politics of Difference**. In: FRASER, Nancy. Justice Interruptus: Critical reflections on the "Postsocialist" condition. New Yourk: Routledge, 1997.

_____. Recognition without Ethics? **Theory, Culture & Society**, v. 18, jun., 2001. pp. 21-42.

_____. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002. p. 7-20.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, n.15, v.2, 2007, pp. 291-308.

_____. O feminismo, o capitalismo e astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FUNG, Archon; COHEN, Joshua. Democracia radical. **Política e Sociedade**, n. 11, 2007.

_____. Putting the Public Back into Governance: The Challenges of Citizen Participation and Its Future. **Public Administration Review**, n. 75, v. 4, p. 513-522, 2015.

FU, Q.; LAND, K. C.; LAMB, V. L. Bullying victimization, socioeconomic status and behavioral characteristics of 12th graders in the United States, 1989 to 2009: repetitive trends and persistent risk differentials. **Child Indicators Research**, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **Frame analysis. L'organizzazione dell'esperienza**. Armando editore, 2006.

GOLEMAN, D. What makes a leader? **Harvard Business Review**, n. 76, v. 6, p. 93-102, 1998.

GONÇALVES, M. A. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 19-42, 2012.

GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Estudos Feministas**, n. 1, ano 9, p. 167-206, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D3mtYCb7yv3yQkKqgkv4Xrn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. [Trad.] Flávio Beno Siebeneichler., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.1, 1997.

LIMA, G. S. et al. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Pretexto**, v. 14, n. 4, p. 65-80, 2013.

LIMA, Raquel Guilherme. **Os sentidos do diploma: percepções sobre mobilidade social através do ensino superior**. Tese (2016). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 224f. 2016.

HALPERN, D.F.; CHEUNG, F.M. **Women at the top**. London: WileyBlackwell, 2010.

HENRICH, D; HUBER, P; HUBER, P. **Einführung in das englische Privatrecht**. Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1971.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174876>

IBGE EDUCA. **Conheça o Brasil - População: Quantidade de Homens e Mulheres**. 2022. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em 08 ago. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 10,5% menos que homens, 2018**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em: 17 ago. 2022.

JONSEN, K.; MAZNEVSKI, M.; SCHNEIDER, S. Gender differences in leadership: believing is seeing – implications for managing diversity. Equality, Diversity and Inclusion: **An International Journal**, v. 29, n. 6, p. 549-572, 2010.

JUNQUEIRA, D. Pela igualdade de gênero. **Revista Elas por Elas – SINPRO** Minas, Belo Horizonte, n. 08, p. 11-17, 2015.

KHURIYEH, S. A política como instrumento de valorização da cidadania. **Opinião**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=306965>. Acesso em: 12 ago. 2022.

KUSCHNIR, K. **Trajetória, projeto e mediação na política**. Mediação, cultura e política. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 137-164, 2001.

LABRA, M. E.; S t. AUBYN, F. J. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.

LEAL, C. L. **Maternidade distanciada: vivências de mães sobre o ajuste entre maternidade e profissão, da gestão ao retorno ao trabalho**, 2013.

LINS, J.P. **Trade Union Leadership and Gender: Brazilian Banking Workers' Inequalities**. In: Britwum, Akua & Ledwith, Sue (eds.), *Visibility and Voice for Union Women: Country case studies from Global Labour University researchers*. Mering: Rainer Hampp Verlag, p. 17-32, 2014.

LIMA, M.E.B. et al. **Mulheres na CUT: Uma História de Muitas Faces**. São Paulo: CUT Brasil, 2006.

LUCHI, J. P. Direito entre autonomia e autorrealização. **Sofia**. v. 6, n. 2, p. 89-112, 2017.

MARIE CLAIRE. 48% das mulheres são demitidas após a licença maternidade. **Marie Claire**, 2017.

MANIN, B. As metamorfoses dos governos representativos (*). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.10, n.29, out. 1995.

MATOS, M. Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. In: MATOS, Marlise. (Org.). **Enfoques Feministas e os Desafios Contemporâneos: Perspectiva Feminista de Gênero na Política e nas Políticas Públicas**, v. 4, Belo Horizonte: FAFICH/DCP, 2009, p. 59-112.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, jun., 2010. p. 67-92.

_____. PARADIS, Clarisse Goulart. Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região. In: *Seminários Temáticos 05*:

Desigualdades e Democracia. **37º Encontro Anual da ANPOCS**. Set., 2013. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st05/8413-mulheres-e-politicas-publicas-na-america-latina-e-caribe-desafios-a-democracia-na-regiao/file>. Acesso em: 17 fev. 2020.

_____. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57-118, 2016.

_____. Despatriarcalizando o Estado: desafios de uma agenda inconclusa. **ENEAP & NEPEM**, s.d. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3241/7/Aula%205_Despatriarcalizando%20o%20Estado.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

MEHABIAN, E.; EPSTEIN, N. A measure of emotional empathy. **Journal of Personality**, n. 40, p. 525-543, 1972.

MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOISÉS, J. Á.; SANCHEZ, B. R. Representação Política das Mulheres e Qualidade da Democracia: O caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (org.) **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, p. 89-115, 2014.

MOUFFE, Chantal. Hegemony and New Political Subjects: toward a new concept of democracy. Henrique de Oliveira Lee (Trad.) Hegemonia e novos sujeitos políticos: em direção a um novo conceito de democracia. **Psicologia Política**, v. 18, n. 41, 1988. p. 177-187.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-23, 2005.

NICOLETTO, D. **Papel da mulher e sua atuação em negócios de impacto**. Instituto Sabin, LinkedIn, 2022.

NOBRE, M. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, p. 7-22, 2003.

O'DWYER, G. C.; MOYSÉS, N. M. N. Conselhos municipais de saúde: o direito de participação da sociedade civil? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, n. 1, p. 26-27, 1998.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Mulheres e Saúde**. 2019. Disponível em: https://www.who.int/ageing/mulheres_saude.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

ONU MULHERES. ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Brasil 50-50: Todos e todas pela igualdade**; Ibope Inteligência. Indicador de demanda de igualdade de gênero no país. 2018. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/brasil-fica-em-167o-lugar-em-ranking-de-participacao-de-mulheres-no-executivo-alerta-onu/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ORO, A. P. A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, 2011.

PASSARINHO, N. Candidatas laranjas: pesquisa inédita mostra quais partidos usaram mais mulheres para burlar cotas em 2018. **BBC NEWS**, 9 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723> Acesso em 4 nov. 2019.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Trad.: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 268-290, 2001.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PEREIRA, B. et al. Bullying in Portuguese schools. **School psychology international**, v. 25, n. 2, p. 241-254, 2004.

PEREIRA, R. S. G. Juventude é curtição, o problema é se Jesus voltar: cultura funk, pentecostalismo e juventudes nas camadas populares. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 41-62, 2018.

PORTO, C. de A. M. O que há de moral na carreira moral: Sobre dispositivos de transformação de si em 'egressantes' do sistema penitenciário. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 3, p. 477-498, 2019.

POLLAK, M. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, P. S. **Participação da Mulher na vida política**. Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/participacao-mulher-na-vida-politica.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RIGBY, K; SLEE, P. T. Bullying among Australian schoolchildren: Reported behavior and attitudes toward victims. **Journal of Social Psychology**, v. 131, p. 615– 627, 1991.

RIZZOTTO, Carla et. al. A narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nas páginas dos jornais brasileiros. **Compólitica**, n.8, v.2, pp. 69-100, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2018.8.2.151>.

RODRIGUES, C.; SAPUCAIA, M. Proteção à maternidade: uma reflexão sobre apaziguamento e sedimentação das desigualdades entre homens e mulheres. **Revista da ABET**, v. 15, n. 1, p. 22-32, 2016.

SAAVEDRA, G.A.; SOBOTTKA, E.A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8 p. 9-18, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewfile/4319/3261>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SALIBA, N. A; MOIMAZ, S. A. S; FERREIRA, N. F; COSTÓDIO, L. B. M. Conselho de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1369-1378, 2009.

SALIBA, Nemre Adas et al. Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 1369-1378, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SALVADORI, M.; HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 16, n. 1, 2011.

SANTOS, C. Oliveira; RODRIGUES, F. F.; WILBERT, M. D. Análise da eficiência na geração de valor adicionado por empregado de empresas brasileiras. In: **Anais do Congresso UnB de Contabilidade e Governança. Brasília, DF, Brasil**. 2015.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SAWARD, M. **The Representative Claim**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. Shape-shifting representation. **American Political Science Review**, n.108, v.4, p. 723-736, 2014.

SCHEIN, V. et al. Think manager – think male: a global phenomenon?. **Journal of Organizational Behavior**, v. 17, n. 1, p. 33-41, 1996.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SHAPIRO, I. Optimal deliberation? **The Journal of Philosophy**, v. 10, n. 2, p.196-211, 2002.

SILVA, J de S e. **Por que uns e não outros? - caminhada de jovens pobres para a universidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

SILVA, Z. P.; BARRETO JR., I. F.; SANT'ANA, M. C. A política municipal de saúde em dados: a experiência da pesquisa municipal unificada - PMU 1992, 1995 e 1997 da Fundação Seade. **Saúde e Sociedade**, v. 9, n. 1-2, p. 151-162, 2000.

SOUZA, R. A. A.; SALIBA, O. A saúde bucal em pauta: análise de registros dos conselhos municipais de saúde de municípios pertencentes a 17 a Regional de Saúde do Estado do Paraná, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, n. 5, p. 1381-1388, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA-LOBO, E. **A Classe operária tem dois sexos - trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPINELLI, L. M. Amor, direito e estima social: intersubjetividade e emancipação em Axel Honneth. **Latitude**, v. 10, n. 1, p. 84–111, 2016.

STAKE, R. Case studies. In.: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (org.). **The handbook of qualitative research**. 2nd. ed. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, p. 435-54 2000.

STRALEN, C. J. V. et al. Conselhos de saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 621-632, 2006.

TESTA, I. Intersubjetividade, natureza e sentimentos morais: a teoria crítica de A. Honneth e a regra de ouro. **Civitas - revista de ciências sociais**, Porto Alegre, v. 8 n. 1, p. 94-124, 2008.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Candidaturas**. 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/home?session=8678117772166>. Acesso em 08 ago. 2022.

URBINATI, N. **O que torna a representação democrática?** In: Lua Nova, n. 67, p-191-228, 2006.

YOUNG, I. M. Five faces of oppression. **The Philosophical Forum**, v. XIX, n. 4, 1988.

_____. **Justice and politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006.

_____. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p.193-214, 2012.

YIN, R.K. **Case study research, design and methods**. 3rd. ed. Newbury Park (CA): Sage Publications; 2002.

WEBER, M. *Economía y Sociedad I*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. **Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

____. **Ciência e Política. Duas Vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

WENDHAUSEN, A.; CAPONI, S. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 18, n. 6, p. 1621-1628, 2002.

ANEXO 1 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1ª PARTE – CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome:

Data de Nascimento:

Naturalidade:

Raça autodeclarada:

Religião:

Formação:

Profissão:

Cargos públicos ou de representação que ocupa atualmente:

Cargos que já ocupou:

Cargo no Conselho ou na área em saúde:

Local de residência atual:

- Você já morou em outros endereços ou cidades?
- Os seus pais são da cidade? Eles eram de onde?

Você tem parentes na vida pública?

- Quem são?
- Foram importantes para sua trajetória na vida pública?

Situação civil:

- Possui filhos? Quantos?
- Moram com você?

Escolaridade do cônjuge:

Escolaridade dos seus pais:

Ocupação do cônjuge:

Ocupação dos seus pais:

2ª PARTE – TRAJETÓRIA (observar os Marcos Temporais)

Conte-me a sua trajetória de vida.

De onde surgiu o interesse em participar da vida pública?

Fale sobre pessoas importantes na sua trajetória

O trabalho te ajudou a chegar aqui?

A sua formação contribuiu para chegar até aqui?

Você se sente representada ou representando um segmento e/ou a sociedade nos espaços que ocupa hoje?

Quais foram as dificuldades encontradas pra chegar até aqui?

E quais foram os facilitadores encontrados para chegar até aqui?

PARTIDO

Tem vínculo partidário? Fale-me sobre a rotina do partido?

Já ocupou cargos administrativos no partido?

Já foi candidata a algum cargo eletivo?

- Quais? Por quê?
- O que te motivou a participar?

Dentro do partido como foi a campanha política?

- Conte-me quais foram os fatos mais marcantes desta experiência?
- Quais foram as barreiras encontradas dentro do partido?
- E quais foram os facilitadores encontrados?

CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Já participou de cursos de formação? Como você vê a atuação das mulheres nestes espaços?

Você acha que existe igualdade de oportunidades na participação entre homens e mulheres?

VIDA PÚBLICA

Que momento em sua trajetória mais te marcou?

- Fale por quê?

Quais são suas ambições para o futuro?

Pretende seguir a carreira política?

Deseja pleitear outro cargo de representação?

- Qual?

SOCIABILIDADE

Coletar informações sobre a sociabilidade do entrevistado durante a sua vida.

Fale-me sobre os seus vínculos atuais.

Como são as pessoas que compõe a sua rede de relações?

De uma maneira geral, sua rede de amigos se concentra em qual ambiente?

Vizinhança?

Escola?

Igreja?

Trabalho?

AUTOPERCEPÇÃO

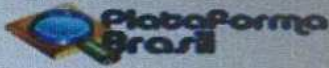
Quais foram as maiores mudanças que ocorreram na sua vida depois que você entrou para a vida pública?

Qual foi a experiência que lhe trouxe maior satisfação pessoal, profissional?

Quais são os seus projetos para o futuro? Profissionais e pessoais.

Levando em consideração tudo que conversamos, a entrada na vida pública possui qual sentido para a sua vida?

ANEXO 2 – Parecer da CONEP

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA	
	
PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP	
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: Saúde e democracia: estudos integrados sobre participação social na 16ª Conferência Nacional de Saúde	
Pesquisador: Alcindo Antônio Ferla	
Área Temática:	
Versão: 1	
CAAE: 14851419.0.0000.0008	
Instituição Proponente: Ministério da Saúde	
Patrocinador Principal: Ministério da Saúde	
DADOS DO PARECER	
Número do Parecer: 3.383.727	
Apresentação do Projeto:	

ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Entrevistas com Mulheres

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa de doutoramento: **Mulheres nos espaços de poder: trajetórias, narrativas e a motivação das mulheres dedicadas a vida pública**. Sub Projeto da Pesquisa: **Saúde e democracia: estudos integrados sobre participação social na 16ª Conferência Nacional de Saúde**. Aprovada pela CONEP por meio do CAAE 14851419.0.0000.0008.

Esta pesquisa foi a base para a tese de doutoramento da pesquisadora Astrid Sarmento Cosac discente de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Sua participação nesta pesquisa se dará respondendo a uma entrevista, na qual você responderá perguntas sobre sua trajetória e experiências na vida pública e a participação em conselhos de saúde.

Esta pesquisa não usou nomes fictícios, mediante a sua autorização. Somente informações fornecidas por cada entrevistada será base para a pesquisa sem a intenção de constranger ou expor. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada e outra será fornecida a você.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma remuneração ou compensação financeira adicional.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. Os(as) pesquisadores(as) _____ certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Em caso de dúvidas poderei entrar em contato com: Astrid Sarmento Cosac, pesquisadora responsável por esta pesquisa e discente da Universidade Federal de Juiz de Fora, no telefone (32) 99194-6736 ou e-mail: astridsarmento@gmail.com, ou no Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Endereço: SRTV 701, Via W3 5 Norte, Lote D, Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70723-040. Telefone: (61) 3315-5878. E-mail: conep@saude.gov.br.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

Nome	Assinatura da Testemunha	Data
------	--------------------------	------